



Revista do ARQUIVO

Rio Claro • Outubro de 2010 • Nº 6

O Passado e a Geografia: O Espaço Urbano de Rio Claro e os Testemunhos Concretos de Atividades Industriais Pretéritas

O Solar da Baronesa de Dourados - memória da arquitetura residencial paulista no século XIX

Movimento Negro em Rio Claro-SP (Brasil): demandas históricas por espaço, respeito e poder

Trabalho livre na Rio Claro escravista (1850-1888): a documentação do juizado de Paz sob a guarda do Arquivo Público e Histórico do Município

Liberdade Condicionada e Liberdade por Indenização

O Barão de Grão Mogol
Coronel Gualter Martins Pereira

A Fazenda Santa Gertrudes e os Italianos

Uma aventura iconográfica:
piratas a procura de um tesouro perdido

Colégio Koelle – Breve história de uma instituição centenária

Secretaria Municipal de Ação Social recupera sua história ao organizar arquivos

Associação “Lute pela Vida” - GACC
Grupo de Apoio à Criança com Câncer

Programas de Atividade Física para Terceira Idade da UNESP de Rio Claro

Literatura e Memória: experiências da oficina de leitura e criação literária para adultos maiores

Associação de Teatro Amador Rio-Clarense
A.T.A.R.

Rio Claro Revela Sua História II
Cantos e Encantos da Ferrovia

Memória Viva: arte, cultura e história

GIJO, um Homem de todos os tempos

João Rehder Neto: O Tigre Brasileiro e Orgulho de Rio Claro



PREFEITURA DE
RIO CLARO
www.rioclaro.sp.gov.br

Apresentação

Entregamos à comunidade rio-clarense mais um exemplar da Revista do Arquivo que contempla uma bela diversidade de temas instigantes sobre a nossa cidade e nossa história.

Temos uma trajetória rica em acontecimentos e atores que deixam suas marcas não apenas aqui como em toda a nação, no tempo passado e no presente. A exemplo disso, Rio Claro foi escolhida como sede para o Censo Experimental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por reunir as diferentes características socioeconômicas e geográficas do País, além de ser uma fração perfeita da população presumida do Brasil: 190 mil habitantes em um total de 190 milhões, como aponta o site do IBGE. Rio Claro serviu como ensaio para o Censo Demográfico 2010, que está em fase final de aplicação em todo o território nacional.

Definido pelo Conselho Editorial, os temas aqui apresentados são contribuições voluntárias dos articulistas que nos emprestam seu talento com a escrita para que aprendamos e conheçamos um pouco mais sobre a nossa comunidade.

A Revista do Arquivo está aberta à participação de todos que queiram contribuir com o registro e a reflexão sobre nossa história, nossa cidade.

Homenageamos na primeira e na última capa desse número a nossa Ferrovia, marco desenvolvimentista de nossa cidade e região.

Boa leitura e aproveitem a companhia dos articulistas para saborear nossa história pelo olhar atento de cada um deles.

Maria Teresa de Arruda Campos
Superintendente do Arquivo

NORMAS GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os textos recebidos para publicação deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Extensão: deverão ter no máximo 7 laudas, seguindo as especificações abaixo. Poderão ocorrer edições especiais e nesses casos os articulistas serão convidados e orientados com relação ao número de laudas daquela edição.
- b) Margens: superior de 2 cm, inferior de 2 cm, esquerda de 3 cm e direita de 3 cm;
- c) Fonte: Texto principal: Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas: 1,5, com adentramento de parágrafo de 1,25 cm. Texto das notas: corpo 10, espaço simples, sem adentramento de parágrafo;
- d) Título e subtítulo: na primeira linha, centralizados, negrito, fonte Times New Roman corpo 12, somente primeira letra em maiúscula em ambos;
- e) Nome do autor: duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, seguido de nota de rodapé, indicando titulação, apresentação do autor, e-mail (opcional);
- h) Citações: com menos de 3 linhas aparecem dentro do texto corrido, entre aspas; com mais de 3 linhas vêm destacadas do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda e digitadas na fonte 10 e em espaço simples - sem itálico, negrito, aspas ou qualquer outra forma de destaque;
- i) Imagens: em alta resolução, com suas respectivas legendas e fontes. A ordem de apresentação das imagens no texto deve ser especificada.
- j) Referências: deverão aparecer como nota de rodapé, completas, segundo os padrões da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
- k) Os artigos devem ser enviados para o e-mail: arquivo@aphrioclaro.sp.gov.br

**Revista do Arquivo Público e Histórico do
Município de Rio Claro / Outubro de 2010**
Rua 6, nº3265 - Alto do Santana - CEP: 13504-099
Rio Claro - SP
Fone /fax: (19)3522-1938

www.aphrioclaro.sp.gov.br
www.memoriaviva.sp.gov.br
arquivo@aphrioclaro.sp.gov.br

Coordenação dessa edição:

Ana Carolina Rios Gomes
Maria Teresa de Arruda Campos
Marisa Campos

Conselho Editorial:

Ana Carolina Rios Gomes, Ana Maria Penha Menna
Pagnocca, Everaldo Quilice Gonzales,
José Roberto Santana, Lourenço Favari
Maria Teresa de Arruda Campos, Marisa Campos
Milton José Hussni Machado Luz, Sandra Baldessin

EQUIPE DO ARQUIVO:

Superintendente:

Maria Teresa de Arruda Campos

Funcionários:

Alessandra Zorzetto Moreno, Amílcar Guevara,
Ana Carolina Rios Gomes, Ana Maria Penha Menna
Pagnocca, Arthur Fernando Carvalho,
Carolina Hirai, Cleber Rodrigues da Silva,
Geraldo Francisco Antonello, Gilberto Rossetti,
Gisele Cristiane Fernandes, Kátia Cristina Fernandes
Guidotti, Luiz Gustavo Barrotte, Maria Célia Viana,
Marigelma Santos da Silva, Marilucia Vicentini de
Souza, Nádia Cristina Picelli, Odete Alves, Onivaldo
Donisete Dagnolo, Yolanda Mainardi Bell

Estagiários:

Aline Nathália Picelli, Carolina Pinto da Silva,
Eraldo Marinho da Silva, Felipe Augusto Vale Silva,
Ítalo Matheus Maligere de Souza,
Juliana Soares Vieira, Ralf Luiz Marasca Pigatti,
Guilherme Serapião de Souza Neto,
Willian Rodrigues Brandão, Thiago de Souza Santos

Aprendiz – Guarda Mirim:

Lucas Henrique de Moraes

Voluntários em projetos:

Ciça Alves da Cunha, Iray Denzin, Leopoldo Laium,
Maria Luiza Dantas da Gama Penteado,
Renê Mainardi, Ronaldo Ciribelli, Sandra Negrão
Therezinha Dukur

Pesquisadoras voluntárias:

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
Daniela Cristina Lopes de Abreu
Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira
Maria Antonia Gardenal Molon
Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho
Maria Flora Wheaker de Castro Santos
Hélia Gimenez Machado

Imagem Capa:

Estação Ferroviária de Rio Claro
("Chefia" - Carla Priscila da Cunha)

Imagem Contracapa:

Ferrovia
("Trilhas" - Camilo Cazonatto)

Projeto Gráfico e Diagramação
Editora Seta Regional

*Todos os textos e imagens dessa publicação são de
inteira responsabilidade de seus respectivos autores.*



Arquivo
Público Histórico
Rio Claro

Revista do Arquivo | Rio Claro | Outubro 2010

Sumário

- 5. O Passado e a Geografia: O Espaço Urbano de Rio Claro e os Testemunhos Concretos de Atividades Industriais Pretéritas**
Silvia Selingardi-Sampaio
- 10. O Solar da Baronesa de Dourados - memória da arquitetura residencial paulista no século XIX**
Carolina Bortolotti de Oliveira
- 14. Movimento Negro em Rio Claro-SP (Brasil): demandas históricas por espaço, respeito e poder**
Flávia Alessandra de Souza Pereira
- 20. Trabalho livre na Rio Claro escravista (1850-1888): a documentação do juizado de Paz sob a guarda do Arquivo Público e Histórico do Município**
Alessandra Zorzetto Moreno
- 27. Liberdade Condicionada e Liberdade por Indenização**
Geraldo Francisco Antonello
- 30. O Barão de Grão Mogol Coronel Gualter Martins Pereira**
Anselmo Ap. Selingardi Jr.
- 33. A Fazenda Santa Gertrudes e os Italianos**
Marisa Campos
- 37. Uma aventura iconográfica: piratas a procura de um tesouro perdido**
Joseano Moncaio Moraes
- 41. Colégio Koelle – Breve história de uma instituição centenária**
Gunar Koelle
- 47. Secretaria Municipal de Ação Social recupera sua história ao organizar arquivos**
Luci Helena Wendel Ferreira
- 52. Associação “Lute pela Vida” - GACC – Grupo de Apoio à Criança com Câncer**
Aparecida Costa Trombe
- 55. Programas de Atividade Física para Terceira Idade da UNESP de Rio Claro**
Deisy Terumi Ueno, Lilian Teresa Bucken Gobbi, José Luiz Riani Costa, Florindo Stella, Sebastião Gobbi
- 59. Literatura e Memória: experiências da oficina de leitura e criação literária para adultos maiores**
Sandra R.S. Baldessin
- 62. Associação de Teatro Amador Rio-clarense – A.T.A.R.**
Cerjio Mantovani
- 65. Rio Claro Revela Sua História II – Cantos e Encantos da Ferrovia**
Maria Teresa de Arruda Campos
- 70. Memória Viva: arte, cultura e história**
Ana Carolina Rios Gomes, Carolina Pinto da Silva, Maria Teresa de Arruda Campos

Histórias Marcantes

- 72. GIJO, um Homem de todos os tempos**
Luis Antonio de Arruda Campos
- 74. João Rehder Neto: O Tigre Brasileiro e Orgulho de Rio Claro**
Américo Valdanha Netto, José Roberto Gnecco

O Passado e a Geografia:

O espaço urbano de Rio Claro e os testemunhos concretos de atividades industriais pretéritas

Silvia Selingardi-Sampaio

Professora e pesquisadora do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Rio Claro. Livre-Docente em Geografia Industrial. E-mail: triesses@ig.com.br

Alguns podem perguntar: porque falar do passado, se podemos viver apenas o presente? Nessa questão, cabe bem uma analogia com os seres humanos. No plano das pessoas, ou a nível individual, viver o presente plenamente significa, entre muitos outros aspectos, ter consciência do passado; resguardar a memória de tempos já vividos; manter a lembrança de fatos, bons ou ruins, que marcaram a vida pregressa, e contribuíram para a formação do “eu” atual. É segundo tal lógica que uma pessoa com amnésia, por exemplo, é tratada como caso patológico, e não como um modelo de vida saudável, a ser buscado. No plano do espaço, em geral, e das cidades, em particular, pode-se afirmar que o mesmo acontece, e os tempos passados adquirem expressiva significância, em especial porque podem explicar muitos eventos e características do presente. Assim, tais lugares, se não tiverem suas histórias identificadas e registradas, ao longo do tempo; seus processos diacrônicos (e modos evolutivos), das mais variadas naturezas (econômica, espacial, urbana, política etc.), analisados e compreendidos; e suas heranças físicas reconhecidas e preservadas, pelo menos em parte, enfrentam o risco de perder suas identidades, ver ruir seus marcos característicos, e assistir ao total desaparecimento de formas materiais que representam testemunhos concretos de tempos, técnicas e ações humanas passadas.

A Geografia, como ciência que privilegia o estudo da dimensão espacial de uma realidade que é multidimensional, tem enfatizado o caráter cumulativo dos espaços historicamente e socialmente construídos (ou territórios). Para muitos geógrafos, o espaço tende a apresentar uma mescla (variável, segundo os diferentes lugares e tempos) de estruturas e feições novas com outras herdadas, preservadas: são as “rugosidades” que, acumuladas, outorgam aos espaços características de palimpsestos (SANTOS, 1999). E são os espaços urbanos os que mais se encontram impregnados de tal ca-



Prédios da antiga Cervejaria Rio Claro, à rua 8, av. 2. Data: 1920.

ráter cumulativo, a ponto de George (1993, p. 3) reconhecer as cidades, em especial as dos países desenvolvidos, como somas e, ao mesmo tempo, como superposições de “testemunhos de tempos sucessivos”, ou acumulação de tempos.

Doreen Massey, brilhante geógrafa inglesa, em trabalho seminal de 1984, ponderou que, na maioria das vezes, os lugares constituem produtos de longas e diferentes histórias, ou evoluções. Assim, no transcorrer do tempo, atividades econômicas e formas sociais diversas surgiram, dominaram e perderam importância; algumas foram mais duradouras que outras, mas todas acabaram, em maior ou menor proporção, deixando suas marcas, suas memórias, nos locais de ocorrência. Nesse contexto, a estrutura de economias locais pode ser interpretada como um produto histórico da combinação de sucessivas “camadas” de atividades, resultantes de novas “rodadas” de investimentos ao longo do tempo e propiciadoras de novas estruturas urbanas, industriais e regionais. Haveria, assim, nas diferentes localidades, como que uma *arqueologia*

de sistemas socioespaciais superpostos, em que os de baixo não são totalmente recobertos pelos de cima e, em decorrência, em cada corte analítico transversal, ficarão expostos tanto contextos propícios a novas rodadas de investimentos e reestruturação, quanto representações do passado. Essa combinação de tempos e atividades diversas resulta em verdadeiros mosaicos geográficos, típicos exemplos de “tempo consolidado” (RONCAYOLO, 1997, p. 20), que testemunham ações humanas, divisões do trabalho e estágios técnicos pretéritos.

Em outra vertente, especificamente na área de Geografia Industrial, desenvolveu-se, nos anos 1980, e sobretudo na França, uma linha de pesquisa denominada Arqueologia Industrial, que considera que a história da industrialização de um país, região ou cidade, está “escrita” através das construções e edifícios industriais, da infra-estrutura existente, de utensílios e instrumentos de trabalho usados e dos produtos finais obtidos (PINARD, 1985). A partir de tais elementos analíticos, o geógrafo deverá não apenas fazer

um simples inventário dos elementos residuais encontrados, mas ainda tentar reconstituir partes, ou parte, da evolução industrial local. Atente-se para o fato de que em países europeus, como a França, com história muito antiga, podem ser estudadas e preservadas instalações de grande valor histórico, como forjas ferreiras da Idade Média, ou as “manufaturas reais” dos séculos XVI e XVII.

Com base nos conceitos acima enunciados, não é difícil concluir que os espaços urbanos encontram-se carregados de sinais, de testemunhos físicos de fases econômicas e tempos históricos passados. Identificá-los e caracterizá-los pode ser uma tarefa para várias áreas do conhecimento (Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Economia, Arquitetura, etc.), contudo, o que aqui se pretende é destacar o olhar e a interpretação específicos dos geógrafos.

Este breve resgate teórico permite, agora, que eu direcione o foco analítico para Rio Claro, cidade média do interior paulista, situada na área mais desenvolvida e industrializada do Estado de São Paulo e do país, por mim denominada, em estudo anterior (2009), de *Multicomplexo Territorial Industrial (Metropolitano/Urbano) Paulista*.

Meu envolvimento com o estudo da indústria rio-clarense remonta a 1984, quando iniciei várias pesquisas bibliográficas e de campo sobre este tema. Em um primeiro texto (SELINGARDI-SAMPAIO, 1987), foi feita uma periodização do processo de industrialização local, ao longo do qual pude identificar três fases distintas:

- A fase “pioneira”, de 1873 a 1929, caracterizada pela atuação de fatores endógenos, tais como modestos capitais locais, em grande parte vinculados à economia cafeeira; mercados local e regional; estabelecimentos médios e pequenos, em esmagadora maioria;



Trabalhadores no interior da serraria da "Casa Augusto Schmidt", à rua 1, avs. 3 e 5. Data: década de 1940.



Instalações do extinto Matadouro Municipal, já com as janelas modificadas. Data: 1992.



Entrada de operários na tecelagem Matarazzo, na Vila Paulista. Data: década de 1950.

forte participação de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos e alemães, tanto como empresários quanto representando mão-de-obra; uma estrutura produtiva definida, basicamente, por: a) beneficiamento e transformação de matérias-primas de origem agrícola e extrativa mineral e vegetal (serrarias, "máquinas" de beneficiar algodão, arroz e café, curtumes, olarias, engenhos de aguardente etc.); b) fabricação de bens de consumo direto da população (sapatos, móveis, selas, cigarros, sabão, massas etc.); c) produção metal-mecânica (fundição de metais, máquinas agrícolas, carros à tração animal, ferrarias e funilarias etc.). Quatro estabelecimentos podiam ser considerados de grandes dimensões: as Oficinas Mecânicas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, resultantes de investimentos externos ao município, e fundadas em 1892 para a montagem de máquinas e vagões importados e para conserto de peças, empregando mais de 1000 pessoas; a Cia. Cervejaria Rio Claro, instalada em 1899, que ocupava, em 1922, 86 pessoas; a fábrica de cigarros "Princesa d'Oeste", surgida em 1913, e que contava, alguns anos depois, com 50 operários; a serraria Schmidt & Meyer Ltda., que a partir de 1917 produziu madeiramento, forros e assoalhos para construções, e que também é citada por historiadores como sendo de grandes dimensões.

- A fase "tradicional", que se estendeu de 1930 a 1968, e teve como feições básicas: fraca expansão industrial; surgimento do ramo têxtil no município; domínio incontestado de ramos "tradicionais", que não exercem efeito multiplicador no processo de industrialização, ou seja, não provocam o aparecimento de outras indústrias; predominância de pequenos estabelecimentos; reduzida capacidade de acumulação capitalista no município, e tímida iniciativa empresarial local; precárias condições de abastecimento de

energia elétrica e água. Nessa fase, foram instaladas em Rio Claro duas tecelagens, uma unidade da S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em 1939, então com 808 operários, e uma fábrica da E. F. Saad e Cia., de menor dimensão; ambas representavam investimentos externos ao município (paulistanos, no caso), assim como a unidade da Prema, a fábrica de balas São João, e a holandesa Quimanil.

- A fase “dinâmica”, de 1969 em diante, caracterizada por forte aceleração do crescimento industrial, provocada por uma vigorosa nova “rodada” de investimentos na indústria local, e protagonizada, principalmente, por investidores de âmbito nacional e internacional. Os estudos sobre essa fase estão sendo retomados, pois precisam ser definidos com precisão o fim do período em foco e o início de uma eventual nova fase.

Esta primeira pesquisa chamou a atenção para os testemunhos concretos que as fases industriais passadas haviam deixado no tecido urbano e periurbano, e uma investigação sobre tal objeto foi realizada por meu orientando Marcelo Pires, e publicada em co-autoria (1992). Assim, no texto “*Arqueologia Industrial de Rio Claro, SP: um estudo de prédios industriais e equipamentos técnicos antigos*”, foram identificados e fotografados, em 1991, onze prédios industriais desativados ou refuncionalizados, àquela data (pouco depois, passariam a ser conhecidos como *brownfields*). Eles haviam surgido nas fases “pioneira” e “tradicional”, retro identificadas, e constituíam heranças materiais de “rodadas” de investimentos pregressas ocorridas no município. Eram eles:

- o antigo Matadouro Municipal, localizado na porção sul da cidade, entre o bairro Cidade Jardim e o aeroporto. Foi inaugurado pelo imperador D. Pedro II, em 1886, durante

a fase “pioneira”, portanto. Foi fechado em 1965, dada a precariedade de suas instalações, e em 1991 ainda estava relativamente bem conservado. Em 2010, encontra-se praticamente em ruínas, e bastante encoberto por vegetação. Trata-se de uma construção histórica bem documentada, com fotos e referências em textos e, muito provavelmente, estas serão, para o futuro, os únicos registros disponíveis do aludido objeto social e do estágio técnico que ele simbolizou.

- as oficinas da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro, também implantadas na fase “pioneira”, em 1892. Constituem um extenso conjunto arquitetônico situado ao longo da linha férrea, o qual está bastante degradado e deveria ser resgatado com alguma função ligada à memória ferroviária, tão cara à cidade e aos seus habitantes. A atividade industrial ligada à ferrovia representou um marco indelével na evolução econômica e social do município, e como tal merece ser tratada.

- as edificações da antiga Cervejaria Rio Claro, igualmente remanescentes da fase “pioneira” (1899), e desativadas pela empresa Brahma, em 1992. Algumas construções deste vasto conjunto de prédios situados na área central da cidade, remodeladas, abrigam, atualmente, novas atividades, tais como uma faculdade, e alguns empreendimentos comerciais.

- a grande construção na qual se localizavam as oficinas da serraria Schmidt e Meyer, ou “Casa Augusto Schmidt”, na rua 1, em frente à antiga estação da Fepasa. Implantada em 1917, a serraria foi desativada na década de 1950 e, inserida na área de tombamento do Condephaat, tem suas dependências, relativamente bem preservadas, ocupadas por novas atividades (mercado de frutas e legumes, igreja evangélica, loja de móveis etc.).

- os edifícios das extintas Indústrias Timoni, tanto a constru-

ção localizada à rua 1, esquina da avenida 6, que já abrigou a selaria e a fábrica de chinelos de Antonio Timoni (a partir de 1920) e hoje sedia a loja da mesma família, quanto os cinco prédios situados à avenida 6-B, no bairro Cidade Nova, construídos, em 1947 e 1955, para agruparem as atividades do curtume de Mauro Timoni. Na atualidade, eles se encontram parcialmente ocupados pelas indústrias Camoy e Resitec.

- o prédio da extinta “Oficina Leopoldo Meyer”, localizado à rua 4, entre avenidas 8 e 10. Essa indústria, produtora de equipamentos para outras, além de arados, foices, carroças, etc., foi inaugurada em 1919 e transferida, em 1981, já com nova razão social – MGM - Meyer Giometti Engenharia Mecânica – para o Distrito Industrial.

- o imóvel sede da Tipografia Costa, à rua 3, esquina da avenida 8, fundada em 1908. A parte frontal do prédio é alugada para uma loja de artigos populares, principalmente chineses.

- em diagonal a este, do outro lado da rua, a construção onde funcionou a Fábrica de Calçados Flora, criada em 1908 e fechada nos anos 1950, e que hoje abriga a loja Ponto Frio.

- as edificações da “máquina” de descaroçar algodão da antiga firma J. Cassab & Cia., na rua 1-B, avenida 2-B, no bairro Cidade Nova, instalada em 1935 (fase “tradicional”). Um dos prédios é ocupado, desde os anos 1990, pelo Buffet Pinhatt.

- o imóvel localizado à rua 10, esquina da avenida 3, onde funcionou a Indústria de Refrigerantes D’Abronzio, fundada em 1930 e desativada no começo dos anos 1980. Reformado, é ocupado atualmente pela loja Vedações São Benedito.

- o grande conjunto arquitetônico da antiga Indústria Têxtil Matarazzo, que começou a ser construído em 1933, para sediar uma unidade de produção de seda da “So-



Fábrica da empresa Indústrias Reunidas F. Mwazzo, na Vila Paulista. Data: década de 1950.



Vista geral das oficinas da "Casa Augusto Schmidt". Foto de 1936, encontrada na capa do catálogo de produtos da firma.

cidade Anônima Indústria de Seda de Campinas". Antes que começasse a funcionar, contudo, foi tal instalação vendida às Indústrias Reunidas F. Matarazzo, que a inaugurou em 1939. No começo da década de 1980, a fábrica de Rio Claro (assim como outras do grupo Matarazzo) foi vendida para a Cianê, que a desativou em 1989. Suas instalações, reformadas, foram refuncionalizadas com a instalação do Shopping Center Rio Claro.

Todas essas construções, modificadas ou não, existem até hoje (2010), muitas ganharam novas funções, como se viu, e o simples fato de ainda marcarem presença no espaço rio-clarense ajuda, sobremaneira, a reconstituição e o estudo do passado industrial do município (há outros prédios cujas indústrias foram desativadas, tais como a Caninha Villa Velha, a Indústria de Carroças Cecagno, e outras que deverão ser arroladas, no futuro). Por outro lado, quando a estrutura arquitetônica que abrigou uma determinada indústria desaparece, e não há registros dela na bibliografia correlata, pode passar como ignorada uma atividade que efetivamente marcou a vida e o trabalho de muitos cidadãos: tal foi o que aconteceu com a empresa

Têxtil Paulo Abreu, instalada para a fiação de seda natural, por capitais externos ao município, em 1943 ou 1944, e transferida da cidade por volta de 1949. Em toda a bibliografia consultada, não encontrei nenhuma referência a ela, e sua existência apenas pôde ser conhecida através de história oral, contada por duas senhoras que, ainda adolescentes, nela trabalharam. Em um prédio localizado à avenida 4-B, bairro Cidade Nova, em frente à atual Loja Clarice, funcionava a referida indústria, com cerca de 40 empregadas, que faziam a extensão do fio da seda (os casulos eram trazidos de outro local) e o enrolavam em bobinas, que eram enviadas para uma unidade têxtil, em outra cidade.

O espaço urbano de Rio Claro ainda mantém, como herança material de fases industriais passadas, um patrimônio imóvel relativamente expressivo, embora nem sempre bem conservado. Que tais testemunhos, preservados, reformados e/ou refuncionalizados, possam continuar a nos ajudar na reconstituição, tão fiel quanto possível, do passado industrial de Rio Claro, das ações dos atores locais, de suas técnicas e de seu trabalho, e na manutenção de suas memórias. ●

REFERÊNCIAS

- GEORGE, P. Les rencontres de la Géographie avec le temps. Acta Geographica, Paris, v. 2, n. 94, p. 3-9, 1993.
- MASSEY, D. Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production. London: Macmillan, 1984.
- PINARD, J. Le patrimoine industriel de l'agglomération Parisienne, in C.R.E.P.I. F. L'Archeologie industrielle. Paris: Sorbonne, Cahier du CREPIF, p. 8-14, 1985.
- RONCAYOLO, M. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard, 1997.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3.ed.São Paulo: Hucitec, 1999.
- SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Rio Claro. Contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo. Geografia, Rio Claro, v.12, n. 24, p. 1-60, 1987.
- SELINGARDI-SAMPAIO, S. Indústria e território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial (Metropolitano / Urbano) Paulista. 1950-2005. Campinas SP: Editora Alínea, 2009.
- SELINGARDI-SAMPAIO, S.; PIRES, M. R. Arqueologia industrial de Rio Claro: um estudo de prédios industriais e equipamentos técnicos antigos. Rio Claro, 1992. (Documentos Geográficos da ARGEO, n. 19).

O Solar da Baronesa de Dourados

memória da arquitetura residencial paulista no século XIX

Carolina Bortolotti de Oliveira

Arquiteta e urbanista, especialista em Patrimônio Arquitetônico e mestre em Urbanismo pela PUC-Campinas (2004). Doutoranda em História – área de política, memória e cidade, na UNICAMP. Professora do curso de arquitetura e urbanismo na ASSER – Rio Claro.

“Há dois deveres em relação à nossa arquitetura nacional cuja importância é impossível superestimar: o primeiro, tornar a arquitetura atual, histórica; o segundo, preservar, como a mais preciosa de todas as heranças, aquela de épocas passadas.”ⁱ

Poeta e crítico da sociedade inglesa no século XIX, John Ruskin foi um dos principais mentores da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico em seu país, quando a Revolução Industrial já delineava não apenas um novo panorama econômico, mas apontava mudanças sem precedentes no campo artístico, estético e arquitetônico. Da substituição do trabalho artesanal para a industrialização galopante dos centros urbanos ingleses, questões vinculadas à identidade e memória passaram a ser relevantes dentro de um cenário de rápidas transformações: o que preservar e como deixar esse legado histórico para as gerações futuras? Restaurar ou deixar “à mostra” as marcas do tempo? Conservar as ruínas...

Tomando como referência a teoria lançada por Ruskin, podemos observar em que medida as nossas cidades – já no século XXI – também têm incorporado novos referenciais urbanos e arquitetônicos, por vezes conservando monumentos significativos pela história que carregam, por vezes transformando ou perdendo uma série de edificações que guardam em si a memória e a nostalgia de tempos passados. Lançar novos olhares sobre a cidade, buscando encontrar uma identidade para as construções que a perfazem, permite-nos identificar o que é importante ser preservado ou não. Ao observar cuidadosamente o local em que habitamos, “*sofremos com a perda dos referenciais culturais e os conteúdos da nossa memória coletiva se empobrecem*”ⁱⁱ.

Dentro desse contexto, o Solar da Baronesa de Dourados representava um marco histórico e arquitetônico na cidade de Rio Claro, uma vez que constituía o único remanescente da arquitetura residencial urbana do século XIX preservado pelo IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O edifício, construído quando houve a implantação da malha ferroviária e a expansão da economia cafeeira no interior paulista, apresentava uma técnica construtiva peculiar, com taipa de pilão no pavimento térreo, taipa de mão nas divisórias internas e alvenaria de tijolos no andar superior.

ⁱ RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Trad. Maria Lúcia Bressan Pinheiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. p.55

ⁱⁱ FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC – FAPESP – Annablume, 1997. p.165

Quanto ao estilo arquitetônico, apresentava tanto elementos característicos do período colonial, como o beiral, a telha capa-e-canal, as janelas guilhotinas e o forro saia-e-camisa; quanto do Império, como a porta central com a bandeira em arco pleno, sacada com guarda-corpo em ferro fundido, além dos gradis, porões e jardim lateral.

Esse modelo se difundiu durante o período cafeeiro e a própria estrutura do imóvel, com suas dimensões avantajadas e a localização privilegiada, denotava a distinção política e o status social dos ricos fazendeiros na sociedade. Geralmente os sobrados não faziam uso residencial do pavimento térreo, que era utilizado para fins comerciais ou depósitos. Internamente, tanto os elementos decorativos como o mobiliário muitas vezes eram importados ou inspirados nos modelos europeus.

Com relação à técnica construtiva empregada, observou-se uma amarração estrutural em toda a área externa do edifício, que foi encamisada com alvenaria de tijolos – uma intervenção de manutenção/ conservação do edifício da década de 1960. Internamente, o sobrado apresenta paredes de pau-a-pique com travamento cruzado, sendo que nas duas fachadas principais, as paredes foram preenchidas com adobe e barro, enquanto o tijolo comum foi empregado na fachada lateral e posterior. Dessa forma, constatou-se que a técnica estrutural mista empregada foi algo característico para a região, pois não se verificam os blocos monolíticos de barro característicos da taipa de pilão.

Dada a relevância arquitetônica do edifício, o Solar foi tombado pelo IPHAN em 1963, tornando-se então sede do Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”, cujo acervo com cerca de treze mil peças inclui objetos raros, fotografias e documentos referentes à história da cidade e à época em que o edifício foi construído.

A implantação da ferrovia e o desenvolvimento urbano de Rio Claro

Com a implantação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro no interior de São Paulo, na década de 1870, a cidade de Rio Claro ganhou impulso político e econômico, pois se tornou um ponto importante neste entroncamento ferroviário, principalmente com a fundação das oficinas em 1884.

Sob o impacto da expansão cafeeira, a presença da burguesia local também foi fundamental para que fossem adotadas medidas políticas e urbanas que pudessem organizar e desenvolver efetivamente o município. A formação dessa burguesia também esteve associada ao predomínio de grandes fazendeiros que, valendo-se da propriedade da terra e da mão-de-obra escrava, consolidaram a sua atuação no processo de desenvolvimento local desde o início do século XIX, tornando-se os chefes políticos locaisⁱⁱⁱ.

Assim, as famílias que exerciam influência



Perspectiva do Solar da Baronesa, no período de funcionamento do Instituto “Joaquim Ribeiro”. Década de 1930.



Vista do jardim e fachada posterior do edifício. Década de 1990.

política, ao transferir sua residência rural para a cidade, procuravam incorporar os novos padrões da civilização urbana e, para tanto, passaram a exigir dos representantes políticos locais uma melhor adequação de Rio Claro às novas condições de vida em voga naquele momento.

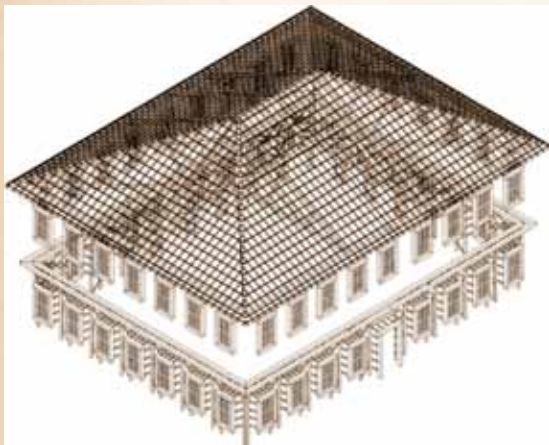
Serviços especializados chegavam à cidade, incluindo o crescimento do comércio, de serviços e gêneros alimentícios, do número de casas de importação e exportação, além do processo de industrialização, realizado principalmente pelos imigrantes, através da instalação de pequenas fábricas artesanais. Dessa forma, o grande número de imigrantes que passou a residir na cidade propiciou a diversificação e a ampliação do núcleo urbano.

Assim sendo, com o intuito de desfrutar as melhorias e a modernização da cidade, que já apresentava um aspecto bastante agradável - com casas bem construídas e arruamentos devidamente identificados – transfere suas re-

ⁱⁱⁱ GARCIA, Liliansa Bueno R. “O Núcleo Urbano, 1850-1890”. In: São João do Rio Claro: a aventura da colonização. Rio Claro, 2001. Tese de Livre-Docência – Instituto de Geociências/ UNESP. p. 148



Sala de Exposição Temporária. Detalhe do forro saia-e-camisa, dos colunelos de madeira e das aberturas das janelas. Acervo da autora: Agosto/ 2002



Prospecção Arquitetônica: reconstituição da estrutura do edifício, do madeiramento do telhado ao encamamento da parede no piso térreo. Estúdio Sarasá Conservação e Restauro – São Paulo, 2003.

sidências das fazendas (que mais tarde seriam incorporadas ao processo de expansão da cidade) para o meio urbano.

É neste mesmo período, em meados de 1860 e 1870, que são executados importantes edifícios públicos em Rio Claro, ganhando destaque no cenário urbano: a Casa de Câmara e Cadeia, o Teatro São João, o Gabinete de Leitura, a Sociedade Philarmônica Rio-clarense e o Mercado Municipal.

As residências dos barões do café no interior paulista

Com a estruturação da malha ferroviária, Rio Claro passa a adquirir maior expressividade no seu desenvolvimento urbano e, entre as inúmeras transformações, já é possí-

vel identificar a partir de 1860 “os primeiros casarões representativos do sucesso econômico dos fazendeiros estabelecidos na região”^{iv}. Tais edifícios se inseriam pontualmente no traçado urbano da cidade, fazendo com que se destacassem em relação às demais construções do período, geralmente de tipologia arquitetônica mais simplificada.

Vale lembrar que a partir de 1850, as normas higienistas, de saneamento e abastecimento de água começaram a ser divulgadas e as moradias, de um modo geral, apresentavam novas condições de ventilação e de iluminação natural em seus cômodos, eliminando as alcovas, por exemplo.

Embora alguns fatores tenham dificultado esse processo, como as dificuldades técnico-constructivas encontradas na taipa-de-pilão e na taipa de mão, além da ausência total de uma legislação apropriada às residências, é durante o segundo Império que as questões urbanísticas também ganham espaço, como o arruamento, a adequação das fachadas e dos gabaritos das construções, assim como as novas formas de edificação, materiais e acabamentos decorativos que passam a ser incorporados nos projetos arquitetônicos.

Com relação aos programas das residências urbanas da classe média (anteriores ao Eclétismo da segunda metade do século XIX), as casas ainda eram construídas no alinhamento das calçadas, e em linhas gerais, o modelo tradicional caracterizava-se pela porta central em arco pleno, com bandeira de ferro, duas ou três janelas de cada lado, três degraus no corredor de entrada – permitindo a execução dos porões, porta de vaivem situada logo depois das portas de acesso às salas da frente, sala de jantar no final do corredor e o “puxado” de serviços com duas dependências, inclusive a cozinha.

Esse modelo se difundiu durante o período cafeeiro e, muito provavelmente, foi o padrão arquitetônico seguido no Solar da Baro-

nesa de Dourados. Além disso, os sobrados dos ricos fazendeiros não faziam uso residencial do pavimento térreo, que era utilizado para fins comerciais ou depósitos.

O poder econômico de seu proprietário, José Luiz Borges, pode ser identificado na própria estrutura do imóvel, com suas dimensões avantajadas e a localização privilegiada, e nos seus elementos decorativos, importados ou inspirados nos modelos europeus, como os gradis e os ornamentos em ferro fundido. Dentro do contexto histórico da cidade, “essa casa centenária foi edificada numa época em que Rio Claro apresentou forte surto de progresso – o período de 1862 a 1864, marcado na sua história como a época das grandes construções civis”^v.

De maneira geral, pode-se dizer que essas residências representavam uma forma de moradia que dignificava seus proprietários, tornando-se quase obrigatório que as famílias bem sucedidas financeiramente construíssem seus solares, grandiosos e sofisticados, como prova de uma boa posição na vida social da cidade^{vi}. Tais edifícios apresentavam elementos decorativos em suas fachadas como florões, estátuas e vasos cuidadosamente colocados sobre os beirais. Alguns possuíam alpendres – como salas de recepção, que geralmente se localizavam junto a um jardim lateral. Janelas e portas também apresentavam um tratamento diferenciado, com almofadas ou vidros decorados. Elementos estruturais inovadores como o ferro e o tijolo passaram a ser empregados nessas construções demonstrando a riqueza da classe cafeeira, sempre atenta às novidades que chegavam da Europa – como as coberturas de vidro ou de ardósia sobre armaduras de ferro, escadarias de mármore e gradis de ferro fundido elaborados com desenhos minuciosos.

Histórico da edificação: usos e funções

No final do século XIX, o

^{iv} BATISTA, Maria Rosa B. Rio Claro: as pedras da cidade. São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP. p.48

^v PENTEADO, Oscar de Arruda. “O Solar dos Barões de Dourados”. In: Rio Claro: Coletânea Histórica. Rio Claro: Editora Franciscana, 1977. p. 98

^{vi} BATISTA, Maria Rosa B. Op. Cit., p.49



Vista da fachada lateral. Notam-se as características de um casarão eclético – com porões e gradis de ferro, janelas guilhotinas, beirais e a imitação em pedra de cantaria. Acervo da autora: Novembro/2002



Vista da fachada principal, após o incêndio que destruiu consideravelmente a estrutura interna do edifício. Acervo da autora: Junho/2010

Solar da Baronesa abrigou uma das mais distintas e influentes famílias paulistas radicadas em Rio Claro: os *Oliveira Borges*, vinculados ao Visconde de Rio Claro e ao Conde de Pinhal.

Com cerca de vinte cômodos, a residência seguia um programa tradicional de distribuição interna: no pavimento térreo havia sala de visita, escritório, quartos próximos ao escritório, ao antigo salão de bilhar e à sala de jantar, sala com frente para o jardim, quarto de corredor. No pavimento superior localizavam-se as salas voltadas para a avenida e quarto contíguo à sala de jantar.

Embora finalizada em 1863, a família do Barão não deixou a fazenda onde morava, alugando o casarão aos senhores Guilherme Lebeis Jr. e Pedro Alexandre Lebeis, que instalaram no local o Hotel d'Oeste. Inicialmente o casarão desenvolveu atividades comerciais no piso térreo, como lojas e armazém de café, enquanto o pavimento superior

permaneceu como residência.

Em 1874, José Luiz Borges – o *Barão de Dourados* – finalmente foi morar com sua família no casarão que havia construído, permanecendo lá até o seu falecimento, em 1893. A Baronesa, por sua vez, ficaria no casarão até 1908, quando então se mudaria para São Paulo, embora os filhos continuassem morando no sobrado até 1916.

A partir da década de 1920, a residência passa a receber várias funções: de 1922 a 1924, os herdeiros da família alugaram o sobrado ao Colégio Minervino; o edifício foi então vendido ao educador Joaquim Ribeiro dos Santos, que nele instalou o Instituto Joaquim Ribeiro, entre 1926 e 1936.

Em 1937, a construção foi desapropriada pela Prefeitura de Rio Claro, passando a funcionar no local o Ginásio Municipal Joaquim Ribeiro. Entre 1951 e 1963, o antigo Solar serviu como sede do Tiro de Guerra e da Junta de Alistamento Militar.

Em 18 de dezembro de 1963, o casarão foi reconhecido como monumento nacional pelo IPHAN, após receber parecer favorável do arquiteto Luís Saia, registrado no Livro de Tombo Histórico (inscrição n. 364, fl. 39, processo 00353/73)^{vii}. A partir dessa data, a administração municipal destinou um novo uso para o edifício, transformando-o numa instituição pública, com a instalação do Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”.

Por toda essa trajetória e, independente dos processos de restauração pelos quais o edifício passou, ainda nos resta a memória, assim definida por Walter Benjamin: “a memória não é um instrumento para a exploração do passado, é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas”^{viii}. Que possamos, de alguma forma, manter vivos os monumentos de nossa história. ●

^{vii} KAMIDE, Edna H. M. (coord.) Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT, bens tombados, 1988 – 1998. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. p. 136i.

^{viii} BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.239. Obras escolhidas, vol. IIz

Movimento Negro em Rio Claro-SP (Brasil): demandas históricas por espaço, respeito e poder

Flávia Alessandra de Souza Pereira

Doutora em Sociologia

Profa. Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus-BA, Brasil)

Membro da Associação Canadense de Estudos Latino-Americanos e do Caribe (Windsor, ON, Canadá)

Não é de hoje que o movimento negro rio-clarense deixa seus registros tanto na história local, quanto na história mais abrangente da Diáspora Africana. Desde (pelo menos) a abolição a chamada “comunidade negra” de Rio Claro seguiu formando suas próprias organizações, em geral combinando atividades cívicas, carnavalescas, dançantes e beneficentes. Essas organizações polivalentes – não raro entendidas como partes de um mero associativismo negro, esvaziado de sentido político – compuseram um movimento social exatamente porque, no transcorrer da história local, se estruturaram e produziram demandas coletivas específicas ao poder político estabelecido, visando ocupar espaços numa estrutura social que sempre privilegiou a população branca.

Em 1930, ao contrário do ocorrido em 1920 e 1940, não foi realizado recenseamento geral no Brasil. Não obstante, tomando-se os censos de 1920 e 1940, é possível ter idéia do perfil populacional que Rio Claro-SP apresentava nos anos 1930. Conforme censo de 1920, Rio Claro possuía 50.416 habitantes. Neste levantamento não foi incluído o item cor, mas o censo informa que só os estrangeiros não africanos constituíam 16,62% do total populacional da cidade. Destes, 4.843 eram italianos (57,81%); 1.248, portugueses (14,90%); 1.116, espanhóis (13,32%); 700, alemães/suíços/austríacos (8,36%); 218, russos/poloneses/europeus orientais (2,60%); 98 eram asiáticos (1,17%); 85, latino-americanos/norte-americanos (1,01%); e 70 tinham nacionalidade indeterminada (0,83%)¹.

¹ HAACH, Lúcia Tiemi Kobayaski. *Com Deus Início meu Trabalho* (‘Mitt Gott fang ich die Arbeit an’): Imigrantes de Origem Cultural Germânica e Seus Descendentes – Rio Claro-SP. Dissertação, UNESP/CAr, 1998, p.65.

O censo de 1940 registrou 47.287 habitantes para Rio Claro. Desse total havia 1.803 italianos (56,97% do total de estrangeiros), 422 espanhóis (13,33% do mesmo total), 409 portugueses (12,92%), 212 alemães (6,70%), 47 japoneses (1,49%) e 272 pessoas de outras nacionalidades (8,59%). Nesse censo, 44.024 habitantes eram de cor branca; 2.898, de cor preta; 97, de cor amarela; 224, de cor parda; e 44 de cor não declarada².

Nesse contexto, o que significava para negros e negras morar em Rio Claro, onde a maioria esmagadora da população era branca? A

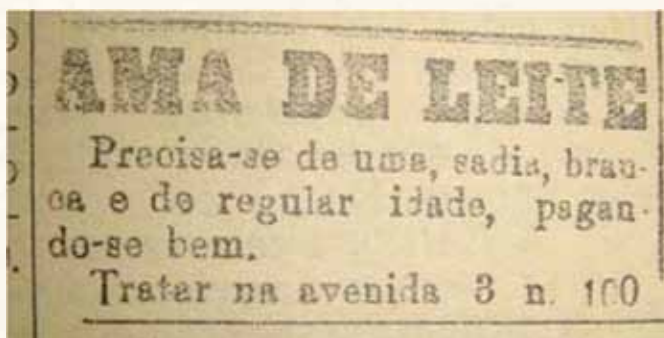
que tipo de constrangimento racial esteve sujeita a população negra local, que, além de minoria política, era também minoria quantitativa no município?

Foram constantes as presões e humilhações raciais sofridas pela população negra rio-clarense que, na época em questão, não dispunha de mecanismos legais anti-racismo para combater o problema. Os documentos a seguir apontam para a prática do racismo a céu aberto em Rio Claro.

Foi justamente nesse ambiente racista e discriminatório que as organizações negras tiveram ori-

gem, se desenvolveram e constituíram um movimento social em Rio Claro. Esse movimento teve de empreender uma série de estratégias específicas, sobretudo para conseguir abandonar o que denominamos por espaços intermitentes da raça, e assim ocupar os espaços próprios da raça, construídos somente ao final dos anos 1960 na cidade.

Antes de realizar efetivamente o “sonho coletivo da casa própria” – sobre o que falaremos adiante – o movimento negro rio-clarense se compôs de vários grupos de mobilização racial no contexto local. Em 1937, fora dos circuitos fascistas



Ama de Leite Branca.

Fonte: Diário do Rio Claro, de 22/04/1932.



Dr. Claro Branco das Neves, Médico.

Fonte: Diário do Rio Claro, de 03/04/1932.



Pagem Branca.

Fonte: Cidade de Rio Claro, de 26/04/1945.

² Recenseamento Geral do Brasil – 1940.

e nazistas de Rio Claro, mas certamente a contragosto dos mesmos, o 13 de Maio foi celebrado pela gente negra com muito Tambu³ no largo de São Benedito. Todavia, a nota abaixo reproduzida indica que a tradicional “batucada dos homens de cor” estava sofrendo ameaças:

Os nossos homens de côr, na véspera e dia de S. João, fizeram realizar no pateo de S. Benedito, dois retumbantes sambas, como despedida do local onde ha tantos annos os adeptos do “batuque” festejam o dia da libertação dos escravos no Brasil.

É que aquelle largo vae receber o seu ajardinamento que o tornará mais attractivo, fazendo jús a belleza da igreja do milagroso Santo preto, cousa aliás que ha muito se fazia sentir.

Veremos agora, no proximo 1938, qual irá ser o local designado pela prefeitura para ser comemorada a data de 13 de Maio, por nossa gente de cor⁴.

A nota faz ver que os praticantes do Tambu estavam sendo expulsos do espaço no qual exerciam, historicamente, sua africanidade. Sob o pretexto de “ajardinamento” procurava-se, na realidade, eliminar o que se tomava por “manifestação primitiva dos pobres descendentes de escravos de Rio Claro”, pondo fim ao “resquíio escravista” já tão ultrapassado e incongruente com a idéia de ordem, de progresso e de modernidade para a época. Esse processo indica um projeto de variação étnico-racial no meio urbano, pois tratava-se de des-enegrecer o

Quilombo (nome original do bairro São Benedito), lugar que os pretos haviam cunhado como um espaço físico e simbólico próprio no plano local. E, destaque-se: era a mão reguladora do poder local de base perrepista que arquitetava mecanismos para controlar os pretos do Tambu e seu espaço em 1937.

Mas, a despeito dos constantes ataques dirigidos às manifestações negras da época, surgia uma nova sociedade negra em Rio Claro. Por ocasião de sua inauguração, ocorrida a 09 de outubro de 1937, o Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama ocupou quase duas páginas do jornal *Cidade de Rio Claro*.

A diretoria do Luiz Gama, bastante diversificada, compunha-se da seguinte forma em 1937: Presi-

dente: Higyno Lucio de Arruda; 1º Vice-presidente: Francisco Franco Arruda; 2º Vice-presidente: Sebastião de Almeida; Secretário Geral: Aristides Souza Santos; 1º Secretário: Gumercindo Jacynto; 2º Secretário: Mario Ferreira Faria; 1º Tesoureiro: Messias Franco de Arruda; Orador Oficial: Thelesphoro Justino de Alcantara Moreira; Diretor de Dança: Luiz Pereira da Silva; Diretor Dramático: Juvenal dos Santos; Diretor Musical: Antonio Francisco; Diretor de Esporte: Augusto Paulino; 1º Bibliotecário: Aparecido Guilherme; 2º Bibliotecário: Anezio Augusto; Comissão de Sindicância: José de Andrade, João Esteves e João da Silva Salles; Comissão Legal: Higyno Lucio de Arruda, Francisco Franco de Arruda e Thelesphoro Jus-



Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama.
Fonte: *Cidade de Rio Claro*, de 09/10/1937.

³ Expressão de matriz africana que envolve canto de rimas instantâneas e dança com umbigadas. Também chamado de Umbigada.

⁴ *Diário do Rio Claro*, de 29/06/1937.

tino de Alcantara Moreira; Comissão de Beneficência: João Albino, João Pedro e Lazaro de Souza Santos⁵.

O Centro Luiz Gama foi estabelecido a partir de demandas que os membros da organização dirigiram a Humberto Cartolano, figura de peso entre a elite financeira rio-clarense. Por um lado Cartolano desejava firmar-se como elite política no contexto local. Por outro, os negros do Centro buscavam congregar e dar assistência à raça, sem que tivessem condições materiais para tal. Tanto o prédio do antigo Glória Rink, onde foi instalado o Luiz Gama, quanto o jornal Cidade de Rio Claro, no qual foram publicadas várias notícias sobre a instituição, eram de propriedade de Cartolano.

Cabe observar que o movimento negro rio-clarense arrefeceu antes de meados dos anos 1940, especialmente por não poder contar com subsídios regulares do poder local de base perrequista para melhorar a estado de bem-estar social da população negra de Rio Claro, e também pelo clima de apreensão gerado pela eclosão da Segunda Grande Guerra na época.

Contudo, a mobilização negra não havia sido extinta por essas externalidades desfavoráveis. Os grupos negros tomaram novo fôlego depois de 1945, quando findaram a Segunda Guerra e o Estado Novo Vargasista. Quando ocorreram as primeiras eleições municipais após o fim do Estado Novo no país, em 1947, em período de redemocratização, lá estava o primeiro candidato a vereador negro da história de Rio Claro: Wandico Norberto. Em 1951, Aristides Souza Santos também se tornou candidato negro ao mesmo cargo. Ambos, apesar de não terem conseguido se eleger diante da monopolização da política por imigrantes/descendentes na cidade, emble-

matizam de modo pioneiro a busca dos grupos negros rio-clarenses por dignidade na esfera da política local.

Importa destacar que, em 1954, um grupo de reivindicantes negros enviou à administração local um ofício, assinado por Amaro Faria, Aristides Souza Santos, Nelson Catetano, Osvaldo Augusto e Wandico Norberto, no qual era solicitado da prefeitura terreno para construção da sede social da gente negra rio-clarense. Os reivindicantes, todos negros ferroviários, expressaram no ofício uma demanda formal ao poder local, realizando aí uma denúncia pontual e contundente, não por acaso. Para cobrar do poder uma postura concessora, relataram a situação de desamparo social que esse mesmo poder havia criado para o negro, de forma especial após a abolição. Ao declarar que “os homens de cor” jamais haviam recebido “qualquer ajuda do Estado” para a instalação de “uma sociedade descendente” em Rio Claro, e que as “famílias negras rio-clarenses” eram, em geral, “desprovidas de bens imóveis, ou de outros recursos financeiros”, os reivindicantes estavam requerendo uma política compensatória do poder local⁶.



A Candidatura de Wandico Norberto, 1947.
Fonte: Cidade de Rio Claro, de 23/10/1947.



A Candidatura de Aristides Souza Santos, 1951.
Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos – material de 1951.

⁵ Cidade de Rio Claro, de 09/10/1937.

⁶ Acervo pessoal da família Souza Santos – material jornalístico de 1954.

Antes porém do encaminhamento desse ofício, já existia no executivo municipal um ofício anterior, de mesma natureza, assinado por José de Andrade, em favor da Sociedade Dançante Familiar José do Patrocínio de Rio Claro. Também negro ferroviário, Andrade havia presidido a José do Patrocínio até sua morte, em 1953. O fato é que desses ofícios teve origem o Projeto de Lei Municipal 25-54, de 1954, sobre cessão gratuita de terreno do município para a construção da sede própria dos “homens de cor” em Rio Claro. O relator desse projeto foi o então vereador Humberto Cartolano⁷. Em 1957, na administração do afamado prefeito Augusto Schmidt Filho, a prefeitura é autorizada a ceder terrenos às associações negras Tamoio Futebol Clube e Sociedade Beneficente José do Patrocínio, por meio da Lei n.567, de 21 dezembro de 1957⁸.

A vontade política de Schmidt Filho nessas cessões tinha razão de existência. O primeiro aspecto dessa determinação liga-se ao caráter populista do governo Schmidt no plano local. Como prefeito, pelo PTB, Schmidt exerceu e consolidou sua liderança via contato direto com as massas urbanas. É comum a aclamação de Schmidt entre os que assistiram sua atuação política em Rio Claro – negros e brancos, de todas as classes sociais. Outro fator que condicionava fortemente essa vontade política era o potencial de retribuição das organizações negras para com Schmidt, por meio das famosas Escolas de Samba Voz do Morro, da Sociedade José do Patrocínio, e Cacique do Samba, do Tamoio Futebol Clube, criadas em Rio Claro por volta da segunda metade dos anos 1950.

Fruto dos antigos cordões carnavalescos negros de Rio Claro – os quais só podiam entrar no cor-



A Escola de Samba do Tamoio.

Fonte: acervo pessoal da família Copriva – 1957.

so oficial dos antigos carnavais da cidade bem depois que todas as sociedades brancas tivessem concluído seus desfiles –, as modernas Voz do Morro e Cacique do Samba passaram a desfilar no carnaval oficial de Rio Claro a partir de 1957, quando se tornaram as grandes protagonistas do mesmo. Acompanhemos o relato de Durval Augusto, da Voz do Morro, sobre a época em questão:

(...) depois, foi indo, foi indo, o povo preferiu mais as Escolas de Samba. Aí já veio o Cacique do Samba também, então facilitou (...) [A partir daí] a Filarmônica não quis por mais o carro [nos desfiles carnavalescos]. O povo não quis mais saber daquilo. O povo cansou..., ficou cansativo ficar só olhando aquela, aqueles carros alegóricos, né?! (...) Nós entramos com força total mesmo, com rumberias, passistas...⁹.

Faz-se necessário destacar

a mobilização negra singular que ocorreu em Rio Claro entre 1957 (ano da doação de terrenos municipais para as sociedades Tamoio e José do Patrocínio) e 1967 (ano em que as sedes das mesmas encontravam-se semi-prontas), lembrando que nessa luta tiveram contribuição ímpar mulheres negras tais como Iracema de Paula (em memória), da Tamoio, e Floriza Araújo (em memória), da José do Patrocínio. Os depoimentos de Jair Francisco, Tamoio, e de Osvaldo Araújo (em memória), Patrocínio, atestam parte fundamental da saga negra para transformar o “sonho coletivo da casa própria” em realidade:

[Jair] A construção do Tamoio foi pesada. Era domingo, sábado, domingo... Nós íamos trabalhar, eu, meu pai, Osvaldo Ventura Dumas, que é irmão do Santinho, meu sogro, Benedito Luis Andrade, o seu Benedito Moraes, tinha lá o José Verito Nascimento, que era o pai da Dagmar,

⁷ Acervo pessoal da família Souza Santos – material jornalístico de 1954.

⁸ Crônica dos Prefeitos de Rio Claro (1908-1983), Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, 1983, p.130.

⁹ Entrevista com Durval Augusto.

do Zé Luis... quem mais ia lá trabalhar? O filho do Dumas também ia lá, Odair Ventura Dumas (...) Era umas 10, 12 pessoas que trabalhavam lá. Tudo de fim de semana. Às vezes quando algum entrava de férias, então ia durante a semana trabalhar. O seu Francisco Franco Arruda, que era o pai do Celso com o Casimiro, ele vinha de São Paulo quando ele estava de férias, ele vinha de São Paulo ajudar nós trabalharmos aqui. Ficava aí a semana inteira, durante a semana toda trabalhando. E erguemos tudo ali. A prefeitura ajudou fazer uma viga que tem em cima do palco lá, coisa que para nós fazermos era impossível. Só trabalhávamos de final de semana, nós não tínhamos máquina, não tinha, então a prefeitura fez [a viga]. Dr. Augusto Schmidt Filho mandou lá uns pedreiros da prefeitura e fizeram aquilo lá. Do resto ali foi tudo nós que fizemos. Os tijolos ali nós compramos tudo. Tijolo ali foi oriundo de uma rifa que o Seu falecido Luis de Moraes inventou, uma rifa lá. Era uma lambreta e

uma geladeira na rifa (...) Aí com o dinheiro da rifa nós compramos tijolo, numa cerâmica de Batovi (...). Arrumávamos caminhão, nós íamos lá buscar o tijolo. Seu Sebastião...pai do Pita, do Celso... Então ele dava o caminhão, ele ia com o caminhão, né? Ia lá buscar (...) O madeiramento o Dr. Augusto Schmidt Filho deu. Aí só pagou o carpinteiro pra fazer aquilo lá, comprou telhas e pagou carpinteiro...¹⁰.

Os materiais nós saímos pedindo. Olha, saímos pedindo para essas olarias de Batovi, essas aí da redondeza. Aqui nós pedimos em todas, e tivemos sorte, ganhamos bastante tijolo (...) Nós tínhamos uma diretoria dinâmica, viu?! (...) De 58 a 66, cada ano nós fazíamos um baile de aniversário e sem interrupção, todo ano nós fazíamos um baile. Quando foi em 66 [1967] nós fizemos um baile onde está construído o José do Patrocínio, nós construímos o José do Patrocínio. Gente pedindo... pedia tudo, pedia tijolo para tudo quanto era gente. E eu não

sei por que nós tínhamos sorte e ganhava tijolo, quando não tinha condição o prefeito Schmidt Filho [ajudava] né (...) Era fim de semana, todos punham a mão na massa (...) Precisava de parafuso...saía procurar, precisava de uma chapa pra emendar vigota, saía para procurar e trazia, chegava lá (...) Alguns estavam vendo o que estava acontecendo depois disso de inaugurar em 66 [1967]. Aí o pessoal juntou, aí nós fazíamos festa das crianças, festa junina, aí começou a rainha das flores, rainha dos veteranos... debutantes (...) Então o que o branco fazia nós fazíamos também, não copiando (...) Tinha a nossa sociedade. Então o que eu ia fazer lá [na sociedade dos brancos]? Nós fazíamos coisas boas, não porcaria (...) Então vou dizer pra você que não percebi o racismo, porque não ia lá (...) Nosso objetivo era educar os nossos patrícios para que crescessem gente, e não porcaria...¹¹.

Em conclusão, a saga do movimento negro local por espaço próprio atravessou o século XX e alcançou o século XXI. Cobertos de legitimidade e legalidade, membros do Tamoio e do Patrô dão continuidade à resistência histórica de seus antecessores, lutando para se manter no interior de suas próprias sedes, e combatendo oportunismos políticos contemporâneos. E não é para menos: os eventos envolvendo o roubo da vasta extensão de terras conhecida por “Chacrinha dos Pretos” de seus reais proprietários, de um lado, e o impasse estratégico acerca da Lei Municipal 2118/86, que autorizou o executivo local a doar área do Jardim Bandeirantes à Escola de Samba GRASIFS – A Voz do Morro, de outro, fazem ver que as organizações em questão ainda têm razões mais que suficientes para continuar sua mobilização negra na Cidade Azul. ●



Sede Social da Sociedade José do Patrocínio.

Fonte: acervo pessoal de Osvaldo Araujo, em memória – foto dos anos 1970.

¹⁰ Entrevista conjunta com Jair Franciso e Leoneta de Lourdes Andrade Franciso [Leoneta, em memória].

¹¹ Entrevista com Osvaldo Araujo, em memória.

Trabalho livre na Rio Claro escravista (1850-1888): a documentação do juizado de Paz sob a guarda do Arquivo Público e Histórico do Município.

Alessandra Zorzetto Moreno

Doutora em História Cultural pela UNICAMP e analista cultural do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro

Desde o início da colonização no Brasil, o uso de mão-de-obra livre - nacional e estrangeira - caminhou paralelamente à utilização de trabalhadores escravos - indígenas ou africanos – nas mais diversas atividades econômicas. Porém, foi durante o século XIX que ocorreram mudanças essenciais nas relações de trabalho que transformaram o mercado de mão-de-obra na sociedade brasileira. Primeiramente, traçaremos um histórico das experiências envolvendo o trabalho livre ao longo do século XIX. Em seguida, faremos um mapeamento da documentação relacionada à mão-de-obra livre existente no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

A vinda de estrangeiros foi vista pelos estudiosos como um elemento essencial na formação das relações de trabalho livre na sociedade brasileira. Direcionados pela iniciativa governamental ou particular, os projetos de imigração tinham dois objetivos principais: a ocupação de terras pertencentes ao Estado, sobretudo em áreas fronteiriças ou litorâneas, e o fornecimento de trabalhadores às fazendas cafeeiras¹.

Na Província de São Paulo, as experiências com trabalhadores estrangeiros foram mais enfáticas devido, entre outros fatores, à expansão agrícola e ao fim do comércio internacional de escravos, ainda que o tráfico interno garantisse o abastecimento de cativos até a década de 1880. Os primeiros grupos de imigrantes chegaram ao final dos anos de 1840 e

¹ Sobre a imigração no Brasil, veja: Michael M. Hall, "The Origins of Mass Immigration in Brazil 1871-1914", Ph.D., Columbia University, 1969; George P. Browne, "Government Immigration Policy in Imperial Brazil 1822-1870", Ph. D., Washington, The Catholic University of America, 1972 e Paulo P. Machado, *Política de Colonização no Império*, P. A., Ed. UFRGS, 1999.

instalaram-se em várias colônias particulares espalhadas pela Província, sendo que a mais conhecida foi organizada por Nicolau de Campos Vergueiro, na região de Limeira. As primeiras relações de trabalho foram baseadas em um sistema de parceria, no qual o colono cultivava certo número de cafeeiros entregando parte da colheita ao proprietário como pagamento pelo uso da terra, de instrumentos agrícolas e pelos gastos do fazendeiro com sua contratação. Nas décadas de 1860 e 1870, ajustes foram feitos surgindo sistemas de trabalho baseados na locação de serviços e no colonato: o pagamento era fixado de acordo com a quantidade de café colhido e o colono podia cultivar alimentos em áreas cedidas pelo proprietário ou nos intervalos dos cafeeiros².

Por sua vez, os estudos sobre os trabalhadores livres nacionais começaram apenas nos anos de 1980, quando Peter Eisenberg chamou a atenção dos historiadores sobre a existência de um importante segmento populacional de “homens esquecidos” pela historiografia³. Contrariando estudos tradicionais que insistiam na inexistência ou na marginalidade da população livre, os historiadores passaram a destacar

o papel de homens e mulheres livres e pobres caracterizando-os como protagonistas de um sistema de trabalho paralelo ao mercado externo e voltado à agricultura de subsistência e ao pequeno comércio de excedentes. A ocupação da terra baseada na existência de fronteiras abertas, particularmente no período colonial, favorecia a mobilidade populacional que teve um maior significado para homens e mulheres libertos do cativo que buscavam vivenciar a liberdade através do exercício do direito de ir e vir, trabalhando onde e como melhor lhes aprouvesse. Mais recentemente, alguns estudos avançaram na análise destacando a integração do trabalhador livre nacional na própria economia agroexportadora e evidenciando sua participação em colônias agrícolas, em afazeres das fazendas e também em atividades ligadas à implantação das ferrovias⁴.

De modo geral, a substituição do trabalhador cativo e a solidificação de um mercado de mão-de-obra livre no Brasil foi um processo lento e gradual que ocorreu ao longo do século XIX, tornando-se mais intenso a partir do fim do tráfico externo de escravos, em 1850. Tal processo foi marcado por embates e

negociações entre autoridades imperiais, fazendeiros, empreiteiros e trabalhadores culminando com a promulgação de algumas leis que buscavam regulamentar as relações entre esses segmentos sociais. A primeira delas surgiu em 1830 e continha apenas oito artigos voltados a trabalhadores nacionais e estrangeiros. Em 1837, ela foi complementada por uma lei mais detalhada que continha 17 artigos, mas que se restringiu aos contratos envolvendo trabalhadores estrangeiros na forma de locação de serviços. Ambíguas em vários pontos, essas leis foram substituídas por uma regulamentação mais abrangente, em 1879, que englobou o trabalho de nacionais e estrangeiros nas formas de locação de serviços, parcerias agrícolas e pecuárias. Em 86 artigos, essa lei determinou que os contratos de locação de serviços e de parceria deviam incluir nacionais e estrangeiros devendo ser feitos por escritura pública e com duração entre cinco e sete anos. Os fazendeiros podiam rescindir os contratos se os trabalhadores apresentassem doença prolongada, embriaguez, imperícia e insubordinação. Em casos de faltas graves, como a ausência ou recusa ao trabalho, o colono podia ser punido com a prisão⁵.

² Sobre o tráfico interno, veja: Robert W. Slenes, “The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888”, Ph.D., Stanford University, 1975 e Warren Dean, *Um sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*, Paz e Terra, 1977, cap. 3. Sobre a imigração em São Paulo, veja: Warren Dean, *op. cit.*, cap. 4; Sílvia Basseto, “Política de Mão-de-obra na Economia Cafeeira do Oeste Paulista (Período de Transição)”, doutorado, Usp, 1982; Regina M. A. F. Gadelha, “Os Núcleos Coloniais e o Processo de Acumulação Cafeeira (1850-1920): Contribuição ao Estudo da Colonização em São Paulo”, doutorado, Usp, 1982; João S. Witter, *Ibicaba, uma experiência pioneira*, 2ª ed., SP, Arquivo Estado, 1982; Verena Stolcke e Michael Hall, “A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo” in *Revista Brasileira de História*, nº 6, setembro de 1983, pp. 80-120; Tereza C. Kirschner, “Le Colonato a São Paulo dans les Années 1870”, tese de doutorado, Université de Paris III, Sorbonne, 1985 e Alessandra F. Zorzetto, “Propostas Imigrantistas Na Década de 1880: a Organização de Associações de Apoio à Imigração de Pequenos Proprietários Norte-Americanos – Análise de uma Colônia”, mestrado, Unicamp, 2000.

³ Peter L. Eisenberg, *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*, Campinas, Unicamp, 1989.

⁴ Laura M. Souza, *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*, RJ, Graal, 1982; Luis Kowarick, *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, SP, Brasiliense, 1987; Hebe M. Castro, *Ao sul da História, trabalhadores pobres na crise do trabalho escravo*, SP, Brasiliense, 1987; Sheila C. Faria, *A colônia em Movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial*, RJ, Nova Fronteira, 1998; Denise A. S. Moura, *Saindo das Sombras – homens livres no declínio do escravismo*, Campinas, CMU-UNICAMP, 1998; Maria L. Lamounier, “Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890” in *Estudos Econômicos*, vol. 37, nº 2, abr.-jun. 2007, pp. 353-72.

⁵ Maria L. Lamounier, *Da Escravidão ao Trabalho Livre: a Lei de locação de serviços de 1879*, Campinas, Papirus, 1988.

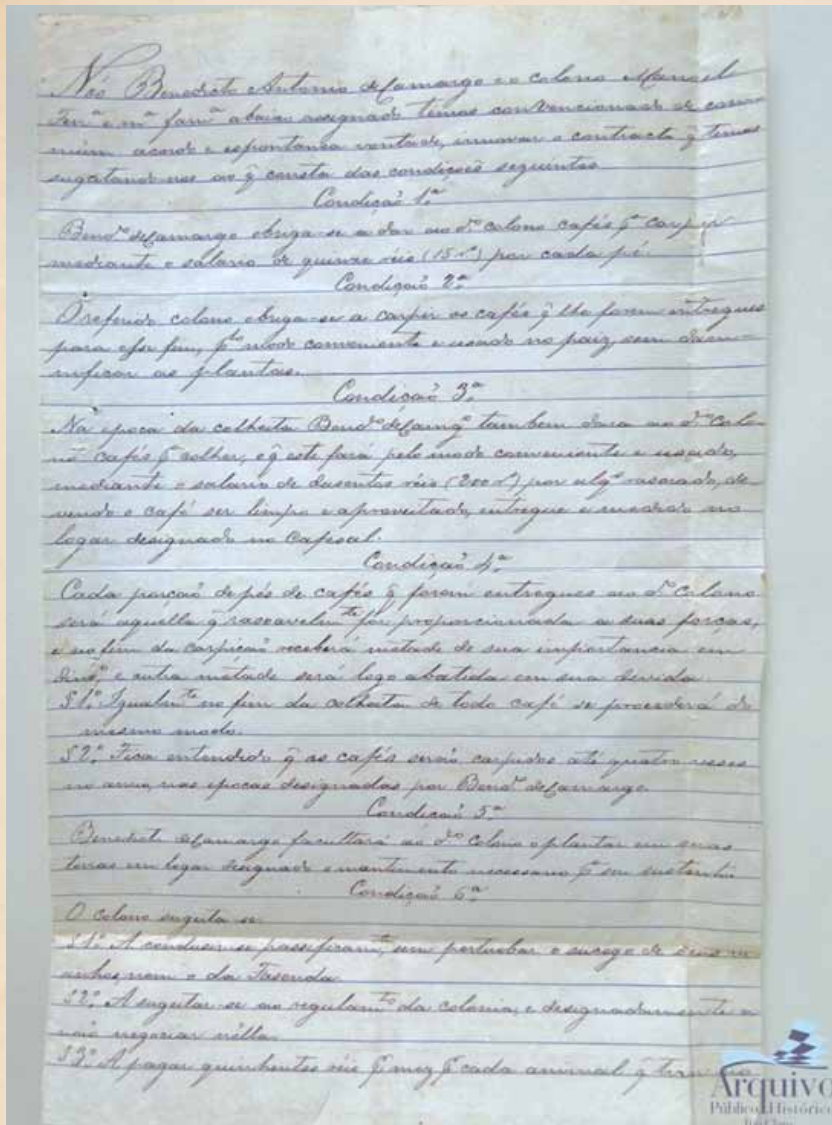


Figura 1 - Primeira página de contrato familiar de prestação de serviços feito entre Manoel Ferreira e o proprietário Benedito Antonio de Camargo (1860). Destaque para o formato manuscrito do documento.

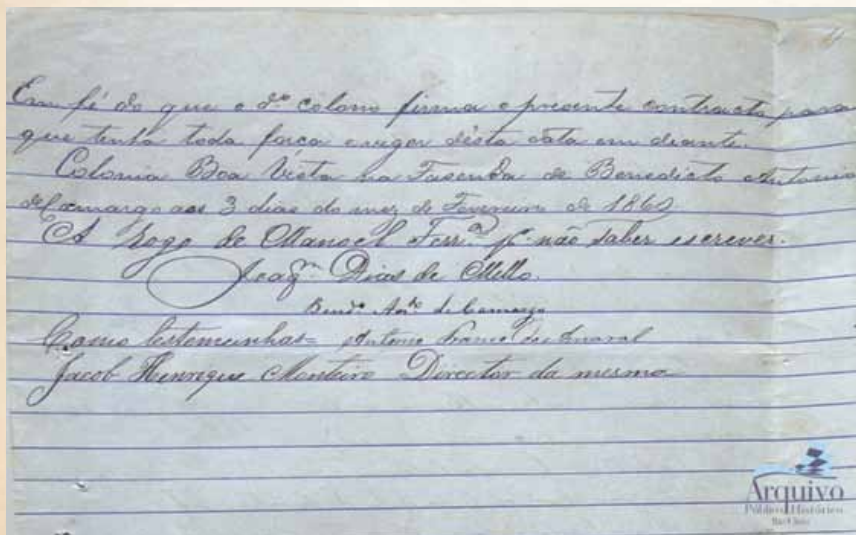


Figura 2 - Segunda página de contrato familiar de prestação de serviços feito entre Manoel Ferreira e o proprietário Benedito Antonio de Camargo (1860). Destaque para as assinaturas do proprietário e do administrador da fazenda e para a indicação do analfabetismo do trabalhador.

Tais situações de conflitos e negociações entre fazendeiros e trabalhadores livres foram vivenciadas pelos moradores da região de Rio Claro, ao longo da segunda metade do século XIX, e podem ser analisadas por meio de documentos preservados no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Entre os vários fundos e coleções, destacamos a documentação do Primeiro Cartório de Registro Civil da cidade que abarca o período de 1836-1990. Dentre os documentos, há processos instaurados junto ao Juizado de Paz e que tratavam dos mais variados conflitos surgidos em Rio Claro naquele período: cobranças de dívidas contraídas por empréstimos ou por não pagamentos de contas correntes em armazéns ou casas de secos e molhados; pedidos para que autoridades judiciais arbitrassem limites territoriais de sítios e fazendas; discussões entre vizinhos; realizações de exames de corpo delito em cadáveres, além de outras tantas temáticas sociais. No interior desta documentação do juizado de paz existem processos por quebra de contratos de trabalho envolvendo trabalhadores livres e fazendeiros. Embora os contratos informais e verbais fossem mais comuns, o aumento das experiências com mão-de-obra livre e dos desentendimentos advindos destas relações influenciou a prática de implantação de contratos escritos na região de Rio Claro. Neles, buscava-se delinear de forma clara as obrigações e deveres de cada uma das partes envolvidas. E graças aos casos de descumprimento dos contratos e à instauração dos processos, podemos ter acesso ao cotidiano de trabalhadores livres e fazendeiros que viveram em Rio Claro no século XIX.

Contrato de locação de serviços

Entre o Barão de Porto Feliz e o colono *Homerich Meltezer* naturalidade *Alemanha* e sua mulher *Leatha* e seus filhos *Maxima, Heinrich, Carl, Anna*

Art. 1.º

O colono *Homerich Meltezer*

obriga-se:

- 1.º A receber do locatário *Barão de Porto Feliz* em sua fazenda denominada *Casapal* a tratar da forma mais conveniente o cafezal que lhe for entregue e a sua família, na razão de seis centos a mil pés para um homem e quatro centos a oito centos a uma mulher e assim aos de mais conforme as idades, a carpiço annualmente cinco vezes, e a replantar as falhas que se derem, recebendo *500* reis por cada alqueire razeirado que entregarem, e nada pelas carpas, e não podendo o café assim recolhido tomar-lhe todo o tempo, se obrigará mais a receber o café a cargo da fazenda todo o que possão carpir, na razão de 10\$ rs. por mil pés, e no tempo da colheita, o que possão colher na razão de 240 rs. por alqueire razeirado.
- 2.º A dar começo á colheita no dia que for designado, só colher o café maduro, e todos os fructos desde a primeira até a ultima arvore do cafezal a seu cargo, e a entregar-o no carroador, limpo de qualquer corpo extranho e grãos verdes.
- 3.º A apanhar os fructos a mão e nunca colher café verde, e quando por ventura o faça, a entregal-o separado do maduro, sem direito a paga.
- 4.º A não empregar-se em nenhum outro serviço fóra do café, depois de finda a colheita, antes de primeiramente tel-o carpiço.
- 5.º A não retirar-se dos serviços da fazenda enquanto não estiver com sua divida integralmente salda, sob pena de 30\$000 de multa por pessoa maior de 10 annos.
- 6.º Além de um lote de terreno de mil braças quadradas que o proprietario lhe dará gratuitamente para suas plantações de cereas, podera receber até mais dois iguaes, mas por estes pagará de arrendamento annual pelo primeiro 2\$000 e 3\$000 pelo segundo, e se exigir mais, pagará o preço que for convenionado.
- 7.º A responsabilizar-se pela divida e pagamento da quantia de *1000* que recebem do proprietario, não só por si como por sua mulher e filhos, e todos reciprocamente, divida esta proveniente de *1000* e mais o juro á razão de 6 por cento ao anno, abatidas as subvenções do governo geral e provincial, conforme as condições dos mesmos, exaradas nos contractos etc.
- 8.º A cumprir e executarem, e bem assim a obrigar os de sua familia a cumprir e executar o presente contracto em todas as suas clausulas, e mais o regulamento da colonia, em tudo que for relativo á policia e á administração da mesma.
- 9.º A cumprir e obrigar os seus a cumprir a accetarem todas as instruções que lhes forem dadas pelo proprietario ou seu agente em tudo que for concernente aos serviços contractados.
- 10.º A aceitar a transferencia do contracto a outrem quando, por motivos plausiveis, não convenha ao proprietario a sua conservação na fazenda.

Art. 2.º

O locatário *Barão de Porto Feliz*

proprietario da fazenda denominada *Casapal*

obriga-se:

- 1.º A fazer entregar em sua fazenda de *Casapal* ao locador *Homerich Meltezer* cafezal correspondente ao pessoal de sua familia, conforme ficou estipulado na primeira condicção do art. 1.º
- 2.º A pagar-lhe pelas carpinas e colheitas os preços
- 3.º A pagar-lhe pelas carpinas e colheitas os preços

Dienst-Vertrag.



Zwischen
mit dem Retenist
gehörtig aus
seiner Frau
und seinen Kindern

Art. 1.

Der Retenist

verpflichtet sich:

- 1.) Zu übernehmen von dem Dienstgeber auf seiner Fazenda

um auf die möglichst beste Weise die Kaffeepflanzung, welche ihm und seiner Familie angewiesen wird, zu bepflanzen nach Maßgabe von 400 bis 1000 Kaffeestämme auf den Mann, 400 bis 700 auf die Frau, u. s. w. auf die übrigen im Verhältnis zu ihrem Alter, sie fünfmal per Jahr zu bebauen, um die ausgehenden Bäume nachzupflanzen, indem er dazu einen Reis für jede zustrabene Akre erhält, die er einbringt, jedoch nicht für das Bebauen der Bäume.

Wollte die unter diesen Bedingungen erhaltene Kaffeepflanzung nicht alle seine Zeit in Anspruch nehmen, so verpflichtet er sich, mehr Kaffee anzunehmen auf Rechnung der Fazenda, um zwar so viel als er bebauen kann, wofür er 10\$000 Reis auf das Tausend Bäume erhält, je wie zur Vertragzeit so viel er kann gegen eine Entschädigung von 240 Reis für die zustrabene Akre, zu pflügen.

2.) Am spätesten Tage mit der Ernte zu beginnen, dies reifen, jedoch über allen Kaffee vom ersten bis zum letzten Baum der ihm angewiesenen Kaffeepflanzung zu pflücken, je wie ihm auf den besten Wege abzuwirken, frei von jedem fremden Körper und unreifen Körnern.

3.) Die Früchte mit der Hand zu pflücken, jedoch niemals unreifen Kaffee, und sollte letzteres je verkommen, ihn abgehendert von dem reifen abzutrennen, ohne Bezahlung dafür beanspruchen zu können.

4.) Sich auf keine andere Arbeit einzulassen außerhalb der Kaffe's, nach Beendigung der Ernte, sobald er erst einmal bebaut zu haben.

5.) Sich nicht von dem Dienste auf der Fazenda zurückziehen, so lange nicht seine Schuld vollständig zerlöst ist, bei einer Strafe von 30\$000 Reis für jede Person über 10 Jahren.

6.) Außer einem Handstücke von 1000 Quadrat Braffen, welches der Gutsherr ihm unentgeltlich für seine Unterhaltung anweisen wird, kann er noch zwei gleich große erhalten, jedoch hat er für dieselben jährlich, für das erste 2\$000 Reis und für das zweite 3\$000 Reis zu bezahlen, und sollte er noch weiter verlangen, einen vertragmäßig dafür festzusetzenden Preis.

7.) Sich verantwortlich zu machen für die Schuld mit Bezahlung der Summe von *1000* welche er von dem Gutsherrn erhalten, nicht bloß für sich selbst, sondern auch für seine Frau und Kinder.

Diese Schuld besteht aus nicht den Zinsen von 6 pro cent jährlich, nach Antrag der Subventionen der Landes- und Provincial Regierung, gemäß den Bestimmungen derselben, welche in den Contracten u. s. w. enthalten sind.

8.) Zu erfüllen und auszuführen eben so wie die Gattin seiner Familie dazu angewiesen, zu erfüllen und auszuführen den gegenwärtigen Contract mit allen seinen Klauseln, je wie die Kolonial-Verordnung, in Allem, was sich auf Polizei und Verwaltung derselben bezieht.

9.) Zu erfüllen und die Dienigen zu verpflichten zu erfüllen und auszuführen alle Unterstellungen, welche ihnen von den Gutsherrn oder ihrem Kommissarien gegeben werden in Allem, was die vertragmäßigem Dienste zubeht.

10.) Anzunehmen die Uebertragung des Contractes auf irgend einen Andern, falls es aus triftigen Gründen den Gutsherrn nicht mehr zusetzen sollte, ihn auf seiner Fazenda zu halten.

Art. 2.

Der Dienstgeber

Eigenthümer der Fazenda

verpflichtet sich:

- 1.) Anzunehmen auf seiner Fazenda zum Dienstnehmer

von dem Verlöblich einer Familie entsprechend den Bestimmungen des Art. 1.º, 2.º, 1.

2.) Zu richten auf die Verpflichtungen in dem, um das dem Dienstnehmer auf seiner Kaffeefeld nachzupflanzen.

Figura 3 – Primeira página de contrato familiar de prestação de serviços feito entre o alemão Meltezer e o Barão de Porto Feliz (1873). Destaque para o caráter bilíngüe e o modelo impresso do contrato.

Upanados na condição 1.^a do art. 1.^o, isto é, *doze reis* por alqueire mazarado do café que receberem para tratar e colher, e nada pelas curpas, e 108 rs. por cada mil pés que carpirem do café a cargo da fazenda, e 240 rs. por cada alqueire do café que colherem.

4.^a A dar mil braças quadradas de terreno para as plantações de cereais do locador gratuitamente e até duas e mais, conforme ficou estipulado no art. 1.^o condição sexta.

5.^a A fornecer o que for indispensável para a subsistência do locador e de sua família até a quantia correspondente a metade da renda provável de um anno; este fornecimento consistirá em feijão, inhã, toucinho, café, arroz e sal, e só enquanto o locador e sua família mostrarem boa vontade nos serviços e não poderem por si prover-se dos mencionados artigos, o que deverão fazer no prazo de 10 mezes salvo o caso de impossibilidade justificada.

6.^a A não transferir o presente contracto semão por mutas accordo, ou pelos motivos de que falla a condição 10 do artigo 1.^o

7.^a A verificar e ajustar as contas todos os annos a 31 de Dezembro, e só depois de justas e verificadas a cobrar juros de 6 por cento pela quantia que ficar devendo o locador.

8.^a A cumprir o contracto em conformidade com as leis em vigor.

Art. 3.^a

O presente contracto terá vigor por 3 annos ou até o pagamento integral do que deve o locador, e se entenderá continuar por mais outro tanto tempo se não houver aviso contrario com antecedencia de 4 mezes.

O colono que se retirar sem o referido aviso perderá os serviços feitos e mantimentos por colher.

E por esta forma dão-se as duas partes por firmas e contractadas, se obrigando reciprocamente a cumprir as estipulações do presente contracto, e assignar em duplicata o locador, sua mulher e seus filhos maiores de 10 annos, afim de ficar um exemplar em poder de cada uma das partes.

Art. 4.^a

1.^a Todo o serviço a que o colono é obrigado pelo presente contracto, e o não fizer a tempo, podendo-o, será feito pelo proprietario, pagando o colono em dobro do que podia custar esse serviço; podendo tambem ser judicialmente compellido ao trabalho.

2.^a Nos pastos que a fazenda aluga não será permitido ter animaes d'aminhos, ou arrombadores, e os daquelles que por duas vezes forem achados em terrenos de cultura, ou em outro pasto ficão impedidos de serem soltos.

3.^a Não é permitido vender qualquida alguma de bebidas espirituosas, e nem negociar em qualquer artigo que seja, sem permissão por escripto do proprietario; o contraventor pagará de multa 30\$000 rs. pela primeira vez, e o dobro na reincidencia.

4.^a O colono não poderá admittir em sua casa pessoa alguma estranha por mais de 24 hora sem licença por escripto do proprietario, no caso de contravenção pagará a multa de 10\$000 rs. por cada dia de demora dessa pessoa.

5.^a Não é permitido lançar fogo em terras da fazenda, e nem nas que os colonos tenham recebido para suas plantações, sem licença por escripto do proprietario; o contraventor pagará cada um a multa de 30\$000 rs., e não lhe será permitido plantar nesse terreno.

6.^a É totalmente prohibida toda e qualquida planta na plantação do cafezal, sem licença por escripto do proprietario; o contraventor perderá a planta, e pagará em dobro o serviço de a arrancar.

7.^a Todas as multas impostas serão cobradas sem prejuizo das penas em que incorrem, conforme as leis em vigor.

8.^a As multas cobradas deverão formar um fundo de beneficencia para ser applicado em beneficio dos colonos, ou mesmo utilidade da colônia.

9.) Não se pagarem für das Pflanzen und Pflücken den in Art. 3. 1. bezugenen Preis, das heißt

Reis für die a) ständige Miete, diese erhält er für das Pflanzen und Pflücken, nicht für Behaden. Dagegen wird aber für das Behaden von je 1000 auf Rechnung der Fazenda laufenden Bäumen 10\$000 Reis bezahlt, so wie 240 Reis für jede gepflückte Miete.

4.) Dem Dienstnehmer 1000 Quadratbraffen Land für seinen Unterhalten unentgeltlich angewiesen, so wie bis zu zwei gleich großen Unterbrüden und mehr nach den Bestimmungen des Art. 1. 3. 6.

5.) Die Unterhaltsmittel für den Dienstnehmer und seine Familie zu liefern bis zu einer der Hälfte des mathematischen Jahreertrags entsprechenden Summe. Diese Lieferung wird bestehen in Bohnen, Kaba, Speck, Kaffee, Reis und Salz, und zwar, nur so lange der Dienstnehmer und seine Familie guten Willen zeigen in ihren Diensten und sich nicht selbst mit den erwähnten Artikeln versehen können, wegn sie nach Verlauf von 10 Monaten verpflichtet sind, ausgenommen den Fall der begründeten Unmöglichkeit.

6.) Den gegenwärtigen Vertrag nur zu übertragen nach beiderseitigen Uebereinkommen oder aus Gründen, von denen Art. 3. 10 spricht.

7.) Die Rechnung jährlich am 31. Dezember aufzunehmen und ins Reine zu bringen, und erst nachdem dieselbe gegeben, die Jinsen zu erheben, bestehend in 6 pro cent von der Summe, welche der Dienstnehmer noch schuldig bleibt.

8.) Den Contract gemäß den in Geltung stehenden Gesetzen zu erfüllen.

Art. 3.

Der gegenwertige Contract gilt für drei Jahre oder bis zu der pänslichen Tilgung der Schuld des Dienstnehmers, seine Verlängerung auf eben so viele Zeit wird angenommen, falls nicht vier Monate vorher Aufkündigung erfolgt.

Der Kolonist welcher ohne die fragliche Aufkündigung sich zurückzieht, verliert die für das Pflücken geleistete Dienste und Unterhaltsmittel.

Auf Grund des gegenwärtigen erklären sich beide Theile für rechtlichmässig gebunden, die Bedingungen des gegenwärtigen Contracts zu erfüllen und im Dupikat zu unterzeichnen, der Dienstnehmer, seine Frau und seine Kinder über 10 Jahren, damit ein Exemplar in der Hand jeder der beiden Parteien bleibe.

Art. 4.

1.) Jede Dienstleistung, zu der der Kolonist durch gegenwärtigen Vertrag verpflichtet ist, wird, wenn er sie, trotzdem daß er könnte, nicht rechtzeitig ausführt, durch den Eigenthümer geahndet, und hat der Kolonist das Doppelte zu zahlen von dem, was diese Dienstleistung kosten kann, auch kann er gerichtlich zu der Arbeit gezwungen werden.

2.) Auf den Weideplätzen, welche die Fazenda vermiethet, dürfen keine Schädlichen oder die Umzäunungen durchdringende Thiere gehalten werden, und die von ihnen, welche pecunial auf angekauften Boden oder anderer Weide angetroffen werden, dürfen nicht mehr freigelassen werden.

3.) Es ist nicht erlaubt, irgend eine Art geistiger Getränke zu verkaufen, oder mit irgend einem Artikel ohne schriftliche Erlaubniß des Gutsherrn zu handeln bei Strafe von 20\$000 Reis im ersten Falle, und das Doppelte im Wiederholungsfall.

4.) Der Kolonist kann ohne Erlaubniß des Gutsherrn keine Fremde länger als 24 Stunden beherbergen, und wird der Zuwiderhandende 10\$000 Reis Strafe für jeden Tag des Aufenthaltes der fraglichen Person bezahlen.

5.) Es ist nicht erlaubt, ohne schriftliche Erlaubniß auf Wäldern des Gutes Feuer anzulegen, so wie auf denen, welche den Kolonisten zur Beschäftigung angewiesen sind; die Zuwiderhandenden haben 30\$000 Reis Strafe zu bezahlen, und dürfen auf diesem Lande nicht pflanzen.

6.) Jede unerlaubte Anpflanzung in der Kaffeepflanzung ohne Erlaubniß des Gutsherrn ist bei Verlust der Pflanzung, so wie Zahlung der doppelten Kosten des Ausreisens verboten.

7.) Alle auferlegten Strafen werden erhoben unabhängig der Strafen, in welche die betreffenden laut den in Kraft stehenden Gesetzen verfallen.

8.) Die erhebenen Strafgebühren sind zu einem Wohlthätigkeitsfonde bestimmt, um entweder zum Heile der Kolonisten oder zum allgemeinen Besten der Kolonie verwendet zu werden.

a 13 de Janeiro 1873

Barão & Filho
Heinrich Meltezer



Figura 4 – Segunda página de contrato familiar de prestação de serviços feito entre o alemão Meltezer e o Barão de Porto Feliz (1873). Destaque para a assinatura dos envolvidos, particularmente do trabalhador.

É importante destacar que, ao trabalhar com a documentação do juizado de paz, o pesquisador deve estar atento às diferentes nomeações/títulos dados aos processos envolvendo o sistema de trabalho livre. Em uma pesquisa inicial que realizamos nos documentos, localizamos todos os processos cujos títulos traziam claramente as palavras “locação de serviços”. Como resultado, identificamos 76 documentos elaborados

entre os anos de 1857 e 1888. Desconfiando que os conflitos entre fazendeiros e trabalhadores livres pudessem ter gerado um número maior de processos, decidimos realizar a leitura de documentos cujos títulos forneciam pistas sobre possíveis quebras de contrato: títulos como “Autos de infração de contrato”, “Autos de arbitramento por conciliação entre partes” ou “Pequena Demanda” acabaram revelando outros 54 processos

relacionados ao trabalho livre e, particularmente, ao sistema de locação de serviços. No total, encontramos 130 processos envolvendo transgressões das leis de regulamentação do trabalho livre que foram instaurados junto ao juizado de paz de Rio Claro, entre 1857 e 1888, e que estão sob a guarda do Arquivo Público e Histórico do município. A distribuição desses processos, ao longo dos anos, pode ser vista na tabela abaixo:

Tabela 1. Processos instaurados no Juizado de Paz de Rio Claro envolvendo trabalhadores livres. (1857-1888).

Período	Nº de processos	Tipo de trabalhador		
		nacional	estrangeiro	Sem informação
1857-1860	8	4	2	2
1861-1865	6	6	0	0
1866-1870	18	14	4	0
1871-1876	80	53	27	-
1877-1880	13	9	4	-
1881-1888	5	4	1	-
TOTAL	130	90	38	2

Os documentos envolvendo quebras nos contratos de trabalho são constituídos por várias partes. Primeiramente, há uma capa que traz um termo de autuação datado com os nomes do autor e do réu, os quais também podem aparecer com a denominação de justificante e justificado. Na seqüência, existe uma declaração do autor resumindo os motivos de instauração do processo. Seguem os contratos de trabalho (originais ou cópias

registradas em cartório), que podiam ser feitos sob a forma de parceria ou locação de serviços. A fim de provar a quebra das cláusulas dos contratos são arroladas testemunhas, as quais tendem a confirmar as alegações dos autores. Poucos processos trazem testemunhas de defesa, sendo raros os casos em que os trabalhadores iniciam a ação: a imensa maioria foi instaurada por proprietários diante da saída do empregado do trabalho na fazenda.

Por fim, o juiz apresenta sua sentença e o processo se encerra com os cálculos referentes aos custos da demanda e a execução da determinação judicial, quando cabível.

A análise da documentação do Juizado de Paz de Rio Claro nos permite identificar que as experiências iniciais do trabalho livre, no Brasil do século XIX, foram marcadas por inúmeros conflitos, desentendimentos e denúncias de cobranças de

Liberdade Condicionada e Liberdade por Indenização

Geraldo Francisco Antonello

Historiador e funcionário do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro

Quando a atenção se volta para o período escravocrata no Brasil, percebe-se que, longe de serem passivos e submissos, os escravos exerceram algum tipo de pressão junto aos senhores e às autoridades. Tais pressões se deram através de meios ilegais, como as fugas por exemplo e, por meios legais, através da utilização de leis, criadas durante aquele período, tal como mostram as ações de liberdade, por volta de 25, existentes no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro – SP.¹

Sendo a liberdade o objetivo maior, e por que não dizer, o principal a ser alcançado pelos escravos, duas merecem destaque: a liberdade condicionada e a liberdade por indenização. A primeira baseada no controle dos senhores, a segunda sustentada pela Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, que dava ao escravo que tivesse pecúlio suficiente, o direito de indenizar o seu senhor em troca da própria liberdade² Inicialmente, será tratada a questão sobre a liberdade condicionada e, posteriormente, a liberdade por indenização.

Antes da aprovação da Lei de 1871 a única esperança de liberdade dos escravos, fora as fugas, estava depositada nas mãos de seus senhores que em troca da mesma, exigiam o cumprimento de certas condições e obrigações. Este tipo de liberdade além de ser, segundo a ideologia senhorial, um meio dos libertos se adaptarem paulatinamente a nova condição que iriam levar, pois, como afirma Chalhoub (1990) “(...) *Daí as auforrias condicionadas; a intenção era prover um período de transição no qual os libertos ascenderiam a sua nova condição devidamente orientados pelos senhores*”³, e tinha também por objetivo a manutenção, junto aos senhores, os escravos mais qualificados e difíceis de serem substituídos.

Tal situação demonstra que esses mesmos senhores também tinham alguma dependência com relação aos seus escravos, pois segundo Queiroz “*Esses homens e mulheres proprietários de mão-de-obra para eles absolutamente indispensável, conhecem sua incapacidade de sobreviver sem a ajuda de seus escravos; alguns escondem isso sob formas astucio-*

¹ Esse artigo refere-se a uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso para o curso de História da UNIMEP, realizado em 1998, utilizando como fonte os processos do Cartório Criminal que estão sob a custódia do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro-SP.

² “O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para a indenização de seu valor, tem direito a alforria (...)” CONRAD, Robert. Os últimos anos da Escravatura no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; p. 141.

³ CHALHOUB, Sidney. Visões de Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo, companhia das Letras, 1990; p. 141.

sas, outros o declaram abertamente, impondo por exemplo, que o escravo terá a sua liberdade quando o senhor tiver encontrado um substituto para ajuda-lo em seu comércio, sua fazenda, sua vida cotidiana.”⁴

Se, por um lado tal liberdade interessava aos senhores de escravos, por outro, também interessava aos escravos. É que, após recebê-las, eles não podiam mais ser tratados como escravos, ou seja, não podiam receber castigos físicos, ser vendidos, alienados, hipotecados, além de seus filhos nascerem livres.

Mesmo usufruindo de certos direitos que os escravos não tinham, os libertos sob condição viviam sob pressão, pois, ao menor sinal de rebeldia ou descontentamento, podiam ter suas alforrias anuladas. Por isso, muitos escravos tentaram na justiça a obtenção da liberdade plena e sem condição. Vejamos um caso ocorrido em Rio Claro, em que duas escravas libertadas sob condições de prestação de serviços procuraram adquirir as suas emancipações através da alegação de não terem sido rematriculadas:

“Mando ao oficial de Justiça (...) e a requerimento de Virginia e Francisca, escravas que foram de D. Anna Mathilde de Barros, intime a Elias de Almeida Leite para que fique sciente de que as mesmas requerem sua liberdade allegando não terem sido rematriculadas novamente, na forma do art. 1º, § 7º, da lei de 28 de setembro 1885 (...)”⁵. O argumento usado pelas duas escravas estava fundado no parágrafo 7 do artigo 1º, que dizia “serão considerados libertos os escravos que no prazo marcado não tiverem sido dados à matricula.”⁶

O escravo, aos poucos, foi conquistando seu espaço e adquirin-



Documentos de “Ação de Liberdade por Indenização”. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

do certos direitos, como por exemplo, o de após o advento da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, poder indenizar, caso tivesse pecúlio suficiente, os seus senhores. A liberdade por indenização não chegou a anular a por condição, pois ambas ocorreram juntas, mas foi o meio mais seguro de os escravos tentarem a sua emancipação.

O escravo que desejasse adquirir a liberdade através da indenização de seu valor, deveria apresentar ao juiz uma quantia razoável em dinheiro, que uma vez aceita, intimava ao senhor do mesmo, que podia rejeitar ou aceitar a proposta de indenização. Sendo aceita, o escravo era posto em liberdade imediatamente, caso contrário, o valor seria estipulado por meio judicial.

Os avaliadores, sempre em número de três, eram escolhidos pelo senhor do escravo, pelo curador do escravo, e pelo juiz, que só se manifestaria se não houvesse acordo entre os dois primeiros. Uma vez iniciado

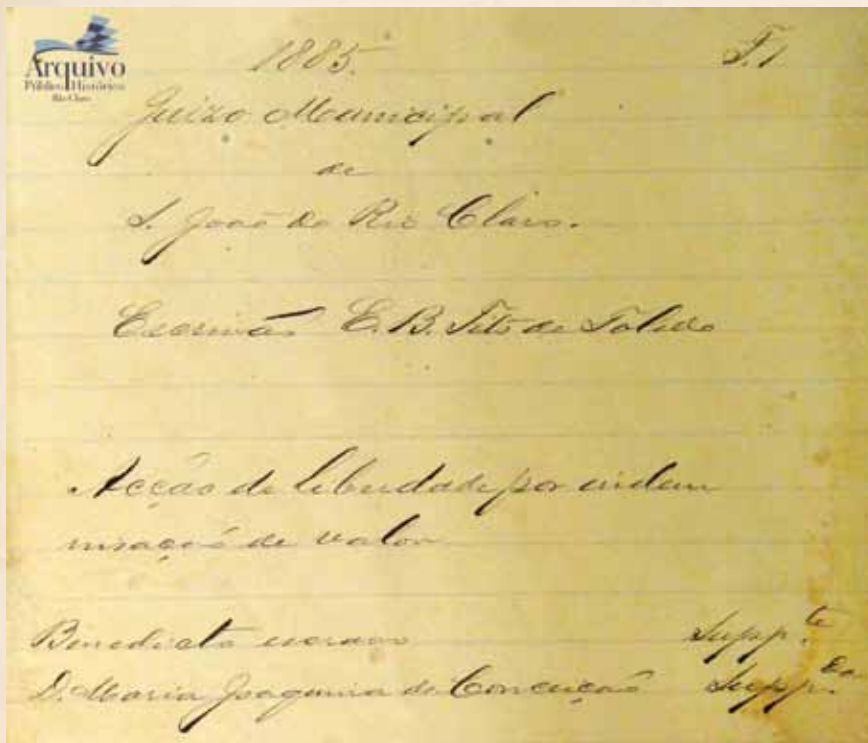
o processo, o escravo era tirado dos domínios do seu senhor e colocado sob a tutela de seu curador, ou, em alguns casos, num depósito que podia ser um barracão ou a cadeia, e lá ficavam até o término do processo de onde saíam livres ou voltariam para as mãos de seus senhores. Os critérios utilizados pelos avaliadores para determinarem o preço dos escravos eram os seguintes: idade, profissão e estado de saúde do escravo, sendo este último muito utilizado pelos próprios escravos para desvalorizarem ao máximo o preço que se pedia pela sua liberdade.

Em Rio Claro, uma escrava de nome Jonna, apta para serviços domésticos, pertencente a Paschoal A. Rinaldi, após ter apresentado um valor considerado para indenizar o seu senhor, expressou o desejo de ser examinada por peritos alegando sofrer problemas de saúde: “(...) Requer ainda a supplicante vista como sofre de ruptura intestinal que seja o seu senhor da mesma forma citado

⁴ MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser Escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982; p. 212.

⁵ Ação de Liberdade, nº03, 1887, caixa 1.

⁶ CONRAD, Robert. Os últimos anos da Escravatura no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; p. 371.



Detalhe de documento de “Ação de Liberdade por Indenização”, datado de 1885. Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

para comparecer na mesma audiência a fim de nomear e aprovar peritos que examinem a suplicante...”⁷

O escravo também podia, a partir da Lei de 1871, servir a um outro senhor que tivesse pago pela sua liberdade, num período máximo de sete anos, tal como ditava a Lei em seu artigo 4º, parágrafo 3º. “É, outrossim, permitido ao escravo, em favor de sua liberdade, contractar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do seu senhor e aprovação do juiz de orphão”⁸.

Percebe-se que a lei de 1871 criou um “divisor de águas”, isto é, se antes era o próprio senhor

quem estipulava o tempo de prestação de serviços para os libertos sob condição, a partir de então, é a própria lei que determina esse tempo. A delimitação do tempo deu ao liberto uma condição mais confortável, pois o mesmo sabia que após sete anos estaria completamente livre.

Como exemplo de liberdade condicionada com prestação de serviço por tempo determinado, houve em Rio Claro, um caso assim: “Diz Feliciano de Godoy Camargo, que fundado no art 3º, § 9º da lei de 28 de setembro de 1885, pretende libertar o escravo Luiz pertencente ao acusado finado Francisco Rodrigues de Almeida, com a condição de lhe prestar o dito escravo, serviços por

7 anos.”⁹

Se o escravo no caso acima foi favorecido pela lei de 1871, quem pagou pela sua liberdade também o foi, mas, por outra lei, a de número 3270, de 28 de setembro de 1885, que criou uma tabela onde estava estipulado o preço máximo que se podia cobrar pela liberdade dos escravos, levando em consideração a idade dos mesmos. “pela certidão de matrícula verã V. S^a que o referido escravo, matriculado na colectoria desta cidade em 29 de julho de 1872 com 24 annos de idade se acha actualmente com 38, devendo potanto valer (...) a quantia de oitocentos mil réis, que o supplicante exhibe (...)”¹⁰

A referida tabela foi profundamente criticada na câmara dos deputados por parte de alguns parlamentares que a viam como um desrespeito ao direito de propriedade, bem como a revogação de um direito que os escravos haviam adquiridos, que era o de serem avaliados. “Para Joaquim Nabuco a fixação de preços significaria a revogação de um direito adquirido pelos escravos desde a lei de 1871, qual seja, o da avaliação(...) Para Andrada Figueira, Valadarez e Bernardo de Mendonça Sobrinho a tabela só tinha defeitos: não respeitava o direito de propriedade.”¹¹

Finalizando, pode-se dizer que quando o assunto é escravidão, fica praticamente impossível versar sobre outro assunto, mas que está relacionado àquele, ou seja o da liberdade e as lutas e esforços desempenhados para a conquista da mesma. E os escravos, conscientes de seus direitos, não abriram mãos dos mesmos, pois como foi visto, sempre que podiam eles usufruíam daquilo que a lei lhes proporcionava. ●

⁷ Ação de Liberdade por indenização de Valor, n° 07, 1886, caixa 1.

⁸ CONRAD, Robert. Os últimos anos da Escravatura no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; p. 368.

⁹ Ação de Liberdade por indenização de Valor, n° 39, 1886, caixa 2.

¹⁰ Ação de Liberdade por indenização de Valor, n° 39, 1886, caixa 2.

¹¹ MENDONÇA, Joseli M. Nunes. A Lei de 1885 e os Caminhos da Liberdade. Dissertação de Mestrado, Campinas, 1995; p. 167.

O Barão de Grão Mogol Coronel Gualter Martins

Anselmo Ap. Selingardi Jr.

Perito Judicial em Arqueologia e Documentação Histórica

Inscrição: N. 1417 SP

Na região de Rio Claro muitas fazendas pertenciam a sociedades, quer por transações econômicas ou por situações de herança. Algumas chegaram até a pertencer a bancos estrangeiros, o que ocorreu com a Fazenda Angélica, nome em homenagem à esposa do principal acionista, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

O Senador Vergueiro, agricultor progressista, foi o primeiro que, em caráter particular, promoveu a colonização estrangeira assalariada para garantir a substituição do trabalho escravo.

Em 1846 trouxe para as suas fazendas Ibicaba (Município de Limeira), e Angélica, quatrocentos e vinte e três colonos alemães e suíços, que trabalharam no regime de parceria, sob normas completamente novas e revolucionárias para a época.

A Fazenda Angélica, passando a ser propriedade do London Bank, foi comprada em 1881, por Rs.305:000\$000 (trezentos e cinco contos) pelo Coronel Gualter Martins Pereira, Barão de Grão Mogol (Decreto Imperial de 17 de setembro de 1873), migrante de Itacambira, centro pecuário e de mineração do norte de Minas Gerais, pertencente à época do nascimento do Barão, em 1826, à cidade de Grão Mogol.

Primeiramente, a Fazenda Angélica tinha como principal produto agrícola a cana-de-açúcar e, com o Barão, fez-se o plantio de café em grande escala, facilitado o comércio com a implantação da Ferrovia.

Em 1883 iniciou-se a construção da nova sede da Fazenda Angélica, obra realizada por cerca de oitenta escravos de procedência mineira e baiana.

O casarão foi construído em lugar plano e aprazível, ao lado do Rio Ribeirão Claro, com a frente voltada para o oeste. Rodeado de janelas, com uma varanda de grades de ferro em toda extensão da ala exposta ao sul, de estilo “Oitocentista”, apresenta ampla escadaria de acesso ao pavimento superior e também ao sótão.

Os portais das janelas e portas são de pedra trabalhada. Execu-

tado em alvenaria de pedras, com empenas dotadas de envasaduras e paredes divisórias de pau-a-pique, o casarão apresenta-se fora das tradições paulistas de taipa de pilão, representando, no Estado de São Paulo, exemplo da arquitetura urbana baiana do século XIX.

Na frente do casarão alinhavam-se terreiros de café; mais para trás, ficavam as senzalas dos escravos.

O Barão, pessoa de destaque no Município de Rio Claro, foi eleito Vereador pelo partido monarquista, para o quadriênio de 1886 a 1890; período em que também ocupou a Presidência do Legislativo.

Homem culto e progressista, abraçou depois os ideais republicanos pregados por Campos Salles, Cerqueira Cesar e Alfredo Ellis. Após renunciar, publicamente, ao título honorífico de “Barão de Grão Mogol”, o cidadão Coronel Gualter Martins, em 5 de fevereiro de 1888, quando Rio Claro libertava seus escravos, esteve à frente da iniciativa, discursando no Largo do Teatro São João (Phenix; tradicional local de manifestações) e na redação do “Diário de Rio Claro”.

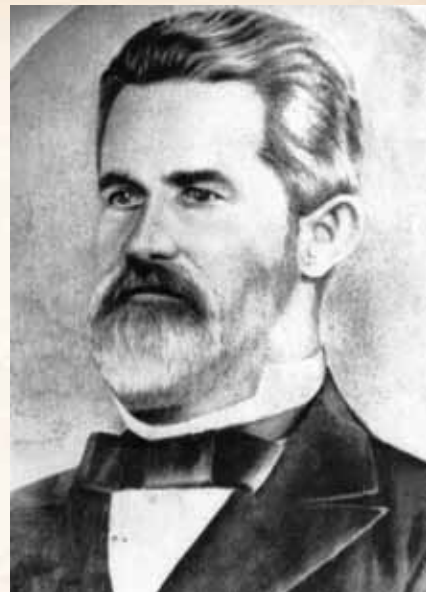
Proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, coube-lhe como Presidente da Câmara, a missão de anunciar, oficialmente, o grande acontecimento ao povo rio-clarense, em 16 de novembro.

Faleceu o Barão na Fazenda Angélica, às 4.30 horas, na manhã de 15 de dezembro de 1890, sendo sepultado no Cemitério Municipal. Consta no recibo n. 407 (Livro 95): “Recebi do Senhor Joaquim Jose de Sá a quantia de oitocentos mil réis 800\$000 pela sepultura na quadra particular para o cadáver de Gualter Martins. Rio Claro, 15 de dezembro de 1890. O procurador da Intendencia Francisco de Almeida Camargo”.

“Depois de 30 anos, encontrado por uma de suas netas documento em que expressava o desejo de ser enterrado junto de seus escravos, teve os seus restos mortais trasladados para o Cemitério particular da fazenda, na década de 1920”, relata D. Maria (a “Nona”; matriarca da Família Rossi). No túmulo do Barão havia uma lápide – já roubada – com a seguinte inscrição: “Obedecendo a sua ultima vontade, repousam aqui, os restos mortais de Gualter Martins, Barão de Grão Mogol, orae por ele”.

O testamento do cidadão Coronel Gualter Martins Pereira, foi reproduzido em três originais idênticos e do mesmo teor, em 17 de junho de 1890, pelo Escrivão Ernesto Belisário Fito de Toledo. Em fino papel de linho azul, “ALL MASSO”, com marca d’água “THOMAR”, fora escrito à tinta ferrosa. Havia na página de rosto, cinco pontos com fios de retrós preto, cobertos por lacre vermelho. Trinta e cinco dias antes de sua morte fez um Termo de Aditamento, o Codicilo, consignando legatários, além de efetuar outras pequenas alterações. Notada a gravíssima enfermidade que o acometia pela caligrafia de próprio punho, a assinatura desenhada trêmula e desalinhada. Sobre seu falecimento, não importando o local, expressou: ... “desejo a meus restos sejam inhumados ... juntamente com os restos de meu tio e Amigo Francisco Martins Pereira” ... Era tal o apreço, que os restos mortais, em uma urna fechada, ficavam guardados num ninho, no sótão do casarão.

Os herdeiros legítimos das duas partes de sua fortuna, somada em 1:514:586\$500 (milhão-contos-mil réis-centavos), foram: D. Emília (a Baronesa, sua prima, interdita em 1899, residia em Araras em dois endereços, lá sepultada em 1902);



Coronel Gualter Martins Pereira
(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga)

Mathilde (filha primogênita, 41 anos, viúva, ... “judicialmente interdicta por sofrimentos da mentalidade ... pensionista de primeira classe no Hospício Nacional de Alienados da Capital Federal” ...); Orlinda (casada com o Desembargador José Ribeiro de Almeida Santos, cuja relação com o Barão não era amigável ... “não devendo em caso algum ser lembrado o meu genro ... em razão da rancorosa antipatia notada por este a minha desditosa filha e sua cunhada”) e Sérgio (37 anos, solteiro, lavrador, profissão de grande prestígio à época, sucedeu o pai na curatela da irmã, removida em 1900). Uma terça da herança foi distribuída às instituições rio-clarenses da Casa de Caridade de Rio Claro (atual Santa Casa de Misericórdia), ao Gabinete de Leitura e “à Casa de Caridade Grão Mogol, recebendo um conto de réis cada. Beneficiou dezenas de empregados, de ex-escravos, amigo, parentes, filhos ilegítimos, inclusive, assegurando e determinando os estudos futuros... “aos mencionados maiores dar-se-á uma educação trivial, a aos menores



Casarão do Barão de Grão Mogol visto do terreiro de café
(Fonte: Acervo do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro)



Túmulo da Baronesa no Cemitério de Araras
(Foto: Silvéria/Benê)



Folha de rosto do Testamento do Coronel Gualter Martins Pereira
(Fonte: Acervo do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro)



Escada de acesso ao pavimento superior do casarão
(Fonte: Acervo do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro)

... *educações ilimitadas, formando-se em alguma ciência para que se mostrem mais aptos*".

Posteriormente, a Fazenda Angélica foi subdividida nas seguintes propriedades: Santo Amaro, Jussara, Mata Negra, Angélica e Água Branca.

Em 1923 a Fazenda Angélica foi comprada por Pedro Rossi, colono italiano; ainda hoje, a esta fa-

mília pertencendo a propriedade.

Cumprе lembrar que as imagens do casarão de Grão Mogol foram perpetuadas no filme "O Predileto", rodado pelo cineasta rio-clarense Roberto Palmari, que àquela época, já realizava ações concretas no sentido de conservar e preservar tão importante Patrimônio Arquitetônico, Histórico e Cultural. Certa-

mente, não tivesse falecido prematuramente, viesse a consegui-lo, dado seu enorme prestígio.

Em 20 de janeiro de 1987, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), inscreveu-o no Livro do Tombo sob o número 232, página 63. ●

A Fazenda SANTA GERTRUDES e os Italianos

Marisa Campos

*Professora de Línguas Neolatinas
Conselheira do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro*

O Barão de São João do Rio Claro, Amador de Lacerda Rodrigues Jordão, que foi deputado provincial por diversas legislaturas e deputado geral, recebeu, na partilha dos bens de sua mãe, Gertrudes Galvão de Moura Lacerda, em 1848, o sítio denominado Laranja Azeda, que passou a ser chamado de Santa Gertrudes em homenagem à mãe do Barão.

Em documentos de 1856, a nova denominação aparece e nessa época a fazenda dedicava-se ao plantio da cana de açúcar, para a produção de aguardente e açúcar. Logo depois, dedica-se também ao plantio de café. Em 1861, a principal atividade agrícola de Rio Claro é o café e a fazenda fornecia 6.000 arrobas de grãos de café, 2.000 arrobas de açúcar, e 30 pipas de aguardente. Em duas décadas de atividade a fazenda torna-se uma das mais importantes de São Paulo, pelo volume de sua produção.

Falecendo o Barão de São João do Rio Claro em 1873, foi a Fazenda, a partir de 1876, dirigida pelo Barão de Três Rios, segundo marido da Baronesa de São João do Rio Claro, até 1893.

Em 1876, chega a Santa Gertrudes a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, cujos trilhos vinham de Campinas, e que a partir daí faz escoar a produção cafeeira até Santos, para a exportação.

Em 1893, a Fazenda possuía 700 alqueires e produzia 30.000 arrobas de grão de café, sendo a maior produtora do município. Nesse ano, a Fazenda é herdada por Eduardo Prates, casado com a irmã da Baronesa e depois Marquesa de Três Rios.

Eduardo Prates, banqueiro, dedicava-se também à importação, a negócios imobiliários e ao desenvolvimento das vias férreas paulistas. Continuou a alavancar a Fazenda Santa Gertrudes, num momento de desenvolvimento econômico surpreendente para o Estado de São Paulo, estabelecendo tecnologia avançada, modernizando a propriedade. Recebeu do Papa Leão XIII, o título de Conde, pela Santa Sé, por atividades filantrópicas realizadas.

Em 1878, a sede da Fazenda Santa Gertrudes era iluminada a gás acetileno, e a partir de 1902, passa a ter energia elétrica. Em 1904, recebe telefone, e logo depois instala usina elétrica própria, através de um motor Wolf.

A estrada de ferro, passando próximo à Fazenda Santa Gertrudes, o grande desenvolvimento agrícola e industrial da Fazenda, fizeram surgir em 1948 o Município de Santa Gertrudes.

A Fazenda Santa Gertrudes foi modelo da cafeeicultura paulista e possuiu a maior concentração de trabalhadores estrangeiros. Os italianos e descendentes, sempre representaram a maioria, seguidos por portugueses, espanhóis e alemães. Depois vieram os japoneses, e finalmente os cearenses.

Em 1900, mais de 65% da mão de obra era italiana, sendo intensa a imigração nessa época.



Ferraria da Fazenda Santa Gertrudes onde trabalhou Emílio Benante, em 1919.



Cinema e Escola da Fazenda Santa Gertrudes.



Casas de empregados da Fazenda Santa Gertrudes onde morou Emílio Benante e onde nasceu Cezira Benante, em 1919.

Na Itália, o crescimento demográfico, as lutas pela liberdade e unificação, a industrialização trouxeram o homem do campo para a cidade, e aí os problemas enfrentados, como fome e desemprego, levaram cerca de um milhão de pessoas até o Porto de Santos, no Brasil, vindas das mais diversas regiões em busca de um paraíso, de trabalho, pois a Itália possui apenas 20% de terras planas, sendo as 80% restantes onduladas ou muito acidentadas.

Através de agenciadores sul-americanos, com propagandas tentadoras de boas terras para plantio e bons salários, para cá vieram, fugindo das dificuldades do país de origem, vindo substituir a mão de obra escrava que se liberava no Brasil, nos fins dos anos 80, do século XIX.

Dos portos de Gênova, Nápoles, Trieste e Palermo, partiram os italianos com passagens oferecidas pelos agenciadores.

Só em 1901, vieram 500.000 imigrantes, para os Estados Unidos, Brasil, Argentina, África, e outros países europeus.

Provocou a imigração grandes transformações, como o crescimento da agricultura, a criação de cidades ao longo das ferrovias que transportavam o café, a vinda dos artistas e arquitetos que mudaram a feição da capital paulista, as fábricas que trouxeram desenvolvimento.

A grande maioria dos imigrantes italianos, tinha deixado na Itália seus parentes, amigos, a terra natal, o que deixou marcas, sendo uma experiência difícil. Nas malas traziam apenas o necessário – roupas, instrumentos de trabalho, objetos de valor sentimental. Venderam, no país de origem, tudo o que foi possível, para trazer algum dinheiro.

Viajaram na terceira classe dos navios, sem muita higiene, sem espaço, amontoados, recebendo alimentação precária. Muitos ficavam doentes e morriam na viagem ou logo na chegada. A viagem era longa, de aproximadamente vinte dias ou mais, muitos achavam coragem para cantar, jogar e deixar o tempo passar.

Do Porto de Santos partiram de trem para São Paulo, direto para a Hospedaria dos Imigrantes, hoje museu, situado à rua Visconde de Parnaíba, no Brás, bairro paulistano. Houve outras hospedarias – a São Bernardo e a do Bom Retiro.

Na Hospedaria permaneciam por uma semana, quando eram vacinados, cadastrados, e distribuídos pelas fazendas, para onde iam de trem.

Eram semi-assalariados, pois tinham remuneração pelos serviços e também a permissão para plantarem para suas subsistências e até venderem excedentes.

A moradia era precária, herança dos costumes escravocratas, de madeira em geral, chão de terra batida, e pouca mobília.

Os imigrantes italianos tinham noção de seus direitos, vinham de um país onde socialismo e anarquismo ganhavam força, eram libertários e acabavam por exigir melhores condições de trabalho, como legislação de proteção ao trabalhador.

Em quinze anos, os italianos triplicaram o número de pés de café no solo paulista. O trabalho foi árduo.

Muitos fazendeiros usaram o mecanismo da cobrança da passagem marítima e endividaram os imigrantes, também vendiam artigos de primeira necessidade, visando assegurar a permanência dos trabalhadores. Outros não pagavam os salários ou os reduziam, ocasionando protestos e greves como a de Ribeirão Preto, em 1913, e a geral, em 1917. Foi o início da luta por melhoria nas relações de trabalho.

A depressão econômica dos anos 30 encerra a imigração em massa.

Abandonando as fazendas, descontentes, os italianos se dirigiam às cidades, pois havia no Brasil uma política que limitava a aquisição de terras por imigrantes. Apenas 9% dos italianos adquiriram terras, correspondendo a 4% do território paulista, isso em 1905.

O governo italiano, sensível às denúncias de condições difíceis no Brasil, através do Decreto Prinetti, proíbe a emigração subsidiada, e cria o *Commisariato Del Imigrazione*.

Nem todos os italianos que vieram para as fazendas de café eram agricultores, e muitos que possuíam profissões urbanas, deixaram as fazendas, onde a vida era penosa, e como moveleiros, gráficos, fundidores, artistas, mecânicos, estampadores, foram promover o desenvolvimento industrial urbano.

Na indústria têxtil, a grande maioria da mão de obra era italiana, somente 10% brasileira.

Muitas pequenas oficinas e pequenas indústrias familiares surgiram, resistindo à pobreza. Muitos acabaram tornando-se grandes industriais, pois conseguiram recursos externos e desenvolveram seus negócios.

Também o comércio ambulante se desenvolveu – vendedores de porta em porta, consertadores, realizaram seus trabalhos.

A explosão demográfica de São Paulo foi surpreendente: de 31.000 habitantes, em 1872, passou para 240.000 em 1900, e 580.000 em 1920. Cresceu vinte vezes em meio século.

Surgem bairros novos, bairros operários junto das fábricas e constroem-se, em pequenos espaços, as “meias águas”. Ao mesmo tempo, suntuosos casarões são erguidos com a riqueza do café e da indústria.

A imprensa dos italianos era de caráter sindicalista e socialista. Sofreram perseguições e deportações, assim como o confisco de máquinas e arquivos. *La Giustizia* foi o primeiro jornal (1879). Em 1893, o jornal *Fanfulla* tinha uma tiragem de 15.000 exemplares, enquanto O Estado de São Paulo tinha 20.000.

Outros jornais se fizeram presentes, como: *La Bataglia*, *L'Italia*, *Primo Maggio*, *La Difesa*. Muitos deles se dedicavam à cultura publicando romances, outros eram bilíngües e traziam informações de além mar.

Giuseppe Verdi (1813-1901) é o porta voz do patriotismo e nacionalismo italianos, que levaram à unificação da Itália em 1860. A paixão pela música lírica acompanhou os imigrantes italianos, que lotavam os teatros por ocasião das apresentações líricas de companhias italianas. As bandas musicais estavam sempre presentes nos eventos.

Os jogos como malha e bocha foram introduzidos pelos italianos e o Palestra Itália, hoje Sociedade Esportiva Palmeiras, é testemunho da integração feita aos usos locais.

Os imigrantes criaram seu espaço cultural, seus teatros, que ficavam além do Tamanduateí, e através de seus atores amadores, traziam a universalidade anarquista e pregavam idéias de justiça, liberdade e igualdade, além da crítica do mundo em que viviam.

Os autores pertenciam à pequena burguesia e também a camadas populares. A reconstituição desse teatro é difícil por causa de perseguições políticas e a destruição de bibliotecas.

Sociedades de mútuo socorro foram fundadas em quase todas as cidades e também sociedades culturais e educacionais. *A Società Italiana de Benificenza*, criada em 1878, dirigiu em São Paulo o Hospital Humberto I.

Em 1908 havia já 170 sociedades recreativas e culturais italianas.

Festas religiosas como a de San Giuseppe, e San Genaro, eram realizadas e ainda o são.

São Paulo deve aos imigrantes italianos o incansável trabalho agrícola na cultura do café e sua conseqüente riqueza; deve também o entusiasmo, e a alegria ligados à música, ao teatro, às festas; deve as idéias libertárias, socialistas, de proteção ao trabalho, quando éramos ainda um país de escravos.

Meu avô materno, Emílio Benante, italiano de Nápoles, trabalhou na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, onde exercia a função de ferreiro-mecânico, e ferreiro-fundidor, na Estação de Santa Gertrudes. Morava na Fazenda Santa Gertrudes, onde em 1919 nasceu minha mãe, Cezira Benante. O apelido de meu avô era Tém, porque quando moldava artesanalmente o ferro, produzia um som (tém), ao bater o martelo na bigorna.

Fui paciente ouvinte de suas histórias sobre as greves de 1913 e 1917, de suas idas ao Palácio do Governo Paulista, nos Campos Elíseos, para tratar de interesses sindicais dos ferroviários.

Em reuniões familiares, comia-se uma comida de tradição mediterrânea, perfumada e cantava-se:

*Aqua fà male
Vino fà cantare.
larà, larà
Bevi compare
Se non te ammazzarò.
lerò, lerò
Prima di ammazzarti
Compare io berro.
berrò, berrò
Aqua fà male
Vino fà cantare.
larà, larà •*

366

Fazenda de Santa Gertrudes, 15 de Novembro de 1919

Fazenda de Santa Gertrudes
(Linha Foz de São Paulo)

Diaria de 15 N.º 5397

Tempo: Céu com nuvens; sol com intermitências de sombra.

Ferreiros e Machinistas	Trabalhou com o Moimho e beneficiou arroz: (Muffato)	1	45666
Concertando segadeiras:	(Emilio Benante, Demetrio e dois meninos)	4	88166
Carpinteiros	Em serviço da cobertura da Montureira: (João Pagni, Loureiro, José, Colombo e Joãozinho)	5	178499
Pedreiros	Em serviço da cobertura da Montureira: (F. Faria)	1	58000

Arquivo
Pública História



Igreja da fazenda Santa Gertrudes –
altar-mor em madeira;
no alto Santa Gertrudes



Torre da Igreja da Fazenda Santa
Gertrudes.



Vitral da capela de
Santa Gertrudes
no centro Santo Eduardo.



Lustre da casa grande da Fazenda
Santa Gertrudes.

Uma aventura iconográfica: piratas a procura de um tesouro perdido

Joseano Moncaio Moraes

*Graduando em Pedagogia
UNESP – Rio Claro*

A partir de uma proposta de seminário feita pelo Prof. Jorge Mialhe, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1997) e Professor Doutor (efetivo) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Rio Claro), alunos do segundo ano do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia desta mesma unidade, tiveram como desafio, pesquisar os registros iconográficos (fotos) de escolas públicas e privadas da rede estadual de ensino das cidades de Rio Claro, Piracicaba e Araras. Essa pesquisa serviu como atividade complementar da disciplina “História da Educação Moderna e Contemporânea” ministrada pelo mesmo, no primeiro semestre de 2010.

O professor propôs que, em grupos, os alunos escolhessem uma unidade escolar de sua preferência e iniciassem a pesquisa coletando, no Arquivo Público das cidades ou nas escolas escolhidas, fotos antigas e/ou recentes, que possibilitassem um resgate da história dessas escolas, com a finalidade de apresentá-las – em forma de seminários – para toda a sala. Seria um trabalho tranquilo se não fosse a surpresa dos alunos ao descobrirem que, nem no Arquivo (falando de Rio Claro), nem nas escolas, os registros iconográficos eram abundantes. Salvo exceções (as escolas particulares e algumas públicas), a grande maioria das escolas pesquisadas não tinha registros adequados de sua história em fotos, e quando havia algum registro, a maior parte estava sem data ou qualquer outro tipo de identificação, dificultando assim o trabalho de resgate histórico. O Arquivo, por sua vez, também não tinha muito material para ser pesquisado, dando a impressão aos alunos de que houve certo desinteresse por parte da sociedade e dos órgãos públicos, na conservação destes documentos.

Em consequência disto, os alunos tiveram dificuldade para identificar datas e nomes nos registros iconográficos, comprometendo o processo de pesquisa proposto pelo professor. Diante dos fatos, algumas questões foram levantadas pelos alunos em sala de aula. Por que o material iconográfico é tão raro em determinadas unidades escolares? Será que as famílias de alunos que passaram por essas escolas não tinham o costume de fotografá-las? Será que os diretores também não guardavam esse costume ou se tinham o hábito de fotografar, onde estariam essas fotos? O que teria ocorrido com o material iconográfico da maioria das escolas públicas? Pela brevidade da disciplina, essas questões permaneceram sem respostas para a sala.

Mas apesar das vicissitudes, os alunos fizeram um verdadeiro trabalho de garimpagem nas escolas, no Arquivo Municipal e no Museu



Marcello Schmidt. Fonte: Acervo da Escola.



Diretor Professor Antônio Sebastião da Silva. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.



Corpo docente do Grupo Escolar Marcello Schmidt 1913. Ao centro, o Diretor Professor Antônio Sebastião da Silva. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

“Amador Bueno da Veiga”. Por meio da história oral, foi possível resgatar algumas datas, como também nomes de personagens que as fotos traziam. Os alunos se entregaram a uma aventura, como piratas em busca do “tesouro perdido”. Foram meses de imersão no universo histórico da cidade que acabaram por dar-lhes uma pequena noção do árduo trabalho de um historiador e de sua importância para a preservação da história de uma comunidade, bem como da importância do Arquivo Público e Histórico de um município para auxiliar neste trabalho.

Segundo Rosa (2007),

Os arquivos como local específico para guarda e proteção de documentos tiveram origem na antiga civilização grega. Nos séculos V e IV a.C., os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, ou seja, no Metroon, junto à corte de justiça na praça pública de Atenas. Nele, conservavam-se os tratados, leis, minutas da assembléia popular e demais documentos oficiais (p. 2).

Mas somente com a Revolução Francesa, “reconheceu-se a responsabilidade do Estado na preservação dos documentos de valor

do passado” (ROSA, 2007, p. 2), assim como o direito do povo ao acesso a estes documentos, dando aos Arquivos o caráter de bem público.

Já no final do século XIX, por influência dos historiadores, começou-se a compreender que os documentos recentes também formam Arquivos e que seria importante assegurar-lhes a conservação.

Ainda como afirma Rosa (2007),

Uma série de fatos novos marca a Arquivologia dos últimos trinta anos do século XX, fatos esses que estão ligados à própria evolução da civilização e do conhecimento. Há a adoção de arquitetura moderna e funcional nos prédios de Arquivos, utilização de microfilmagem de substituição, programas de história oral, restauração de documentos pelo emprego de máquinas e material sintético, aparecimento de depósitos intermediários de Arquivos ou administrativos e nos Arquivos econômicos, pessoais e familiares, e, por último, tentativas de aplicar as conquistas de eletrônica ao trabalho arquivístico.

Portanto, podemos constatar que já há muito o desenvolvi-

mento da ciência tem colaborado com a Arquivologia, possibilitando uma melhora nos sistemas de conservação de documentos históricos e invalidando, portanto, qualquer desculpa para que esta conservação não ocorra.

Foi pensando nisto que alguns alunos resolveram – além de garimpar fontes passadas – produzir novas fontes, com o propósito de registrar o presente para um possível arquivamento, já que os documentos recentes também formam o arquivo.

Em conversa com a superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, Maria Teresa de Arruda Campos, relatei a experiência descrita acima e daí surgiu a idéia de socializar os resultados obtidos pelos grupos, com a possibilidade de um trabalho ainda maior de pesquisa e produção de documentos que venham a colaborar com o Arquivo e sirvam para conscientizar e estimular toda a sociedade rio-clarense e o Poder Público, da importância do Arquivo Municipal, bem como da necessidade de iniciativas que contribuam para o enriquecimento histórico-cultural do município, resgatando a história da cidade.



Grupo de Alunos do Grupo Escolar Marcello Schmidt 1920.

Fonte: Museu Amador Bueno da Veiga



Grupo de Alunos do Grupo Escolar Marcello Schmidt.

Fonte: Arquivo Público de Rio Claro

Vale ressaltar que o Arquivo Público é uma instituição garantida por lei, e também um instrumento para o exercício da cidadania, precisando assim de políticas públicas bem elaboradas para seu melhor funcionamento e do apoio da comunidade à qual serve.

Apresento então, como início de uma proposta maior, o trabalho realizado por alguns desses alunos, entre os quais eu me encontro. O grupo composto por Gabriela Franco Subtil, Hellen Caroline Lopes, Juliana Eduarda Anderson, Sônia Conceição Devidé Minucci e eu, pesquisou sobre os registros iconográficos da escola “Marcello Schmidt”, uma escola centenária localizada no centro da cidade de Rio Claro.

Construída em 1865 por Amador Rodrigues Lacerda Jordão, Barão de São João do Rio Claro, foi propriedade de José Estanislau de Oliveira, Visconde do Rio Claro, que residiu no local de 1875 até o seu falecimento, em 1884. Neste período o casarão teve salas cedidas à Câmara Municipal. Em 1892 foi doado em testamento à neta do Visconde, Clementina Eugenia de Oliveira que foi casada com Marcello Schmidt. Entre 1898 e 1903 foi cedida para o funcionamento do grupo escolar, o qual

se instalou definitivamente em 1911. Em 1929, após o falecimento de Marcello Schmidt, recebeu o nome do Patrono. Antes de se tornar prédio do grupo escolar, o casarão hospedou personagens ilustres, entre eles Dom Pedro II.

O Cel. Marcello Nery Schmidt, nasceu em Valença no Estado do Rio de Janeiro, a 5 de maio de 1861 e faleceu em Rio Claro a 11 de abril de 1929. Filho de Dna. Ornélia de Sá Lobato e do Engenheiro Andréas Schmidt, de nacionalidade alemã, que aqui morou e foi um dos construtores da Estrada de Ferro de Campinas - Rio Claro.

O Cel. Marcello estudou humanidades em Campinas no Colégio Internacional e depois cursou a Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, diplomando-se em Pintura. Formado aos 20 anos de idade, veio para Rio Claro, onde o seu pai exercia as funções de engenheiro da Estrada de Ferro. Aqui se casou com a neta do Visconde do Rio Claro, Dna. Clementina Eugênia de Oliveira, filha do Major Antonio Galdino de Oliveira. Eram seus filhos: José Estanislau de Oliveira Schmidt, Antonio Victor Schmidt, Cândido Andréas Schmidt – que foi tesoureiro da Agência Postal desta cidade – e Dna. Elisa Christina

de Oliveira Schmidt, todos já falecidos.

Como presente de casamento, recebeu do Visconde do Rio Claro, a Fazenda Tanquinho, localizada no Bairro da Assistência. Ali, por longos anos, dedicou-se à atividades agrícolas e à criação de gado.

Convidado por amigos ingressou na política e defendeu os ideais republicanos, ao lado de Cerqueira César, Teixeira das Neves, Francisco de Arruda Camargo, Manoel Pessoa de Siqueira Campos, Alfredo Ellis e outros, em pleno regime monárquico.

Foi um dos fundadores do Partido Republicano Histórico em Rio Claro, e o seu prestigioso chefe, desde 1901 até 1929. Este partido venceu na memorável eleição de 1904 a facção liderada pelo Cel. Joaquim Salles, irmão de Campos Salles, fazendo a maioria dos vereadores na Câmara, e assumindo a direção do poder público, sem mais perder eleições até o ano de 1930, quando as Câmaras Municipais foram depostas pelo Governo Ditatorial de Getúlio Vargas.

Ocupou o Cel. Marcello, cargo de vereador e de Presidente da Câmara nos exercícios de 1892 a 1895 e por sucessivas reeleições



Escadaria interna que dá acesso ao pátio.
(Fotografia de Sônia Conceição Devidé Minucci e Fabiano da Rocha)



Quadra da escola.
(Fotografia de Sônia Conceição Devidé Minucci e Fabiano da Rocha)



Refeitório da escola.
(Fotografia de Sônia Conceição Devidé Minucci e Fabiano da Rocha)

exerceu a política por mais onze anos, tendo nesse período ocupado a Presidência da Câmara por diversas vezes. Seu último mandato foi no período de 1913 a 1919, quando foi eleito Vice-Presidente do Legislativo.

Criando em Rio Claro o Banco Noroeste do Estado de São Paulo, foi convidado para ser o seu primeiro Gerente – de 1922 a 1924. No final de sua vida, já cansado, foi escolhido pelo Partido e eleito Deputado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, como representante do Oitavo Distrito Eleitoral, do qual Rio Claro era parte integrante. Não pôde, porém, terminar o seu mandato, a morte o surpreendeu a 11 de abril de 1929.

Faleceu em sua residência, no palacete que posteriormente pertenceu ao Dr. Ruy Ladislau, na Avenida 1 – nº 3 antigo.

Foi o Cel. Marcello Schmidt, um dos chefes políticos de maior prestígio do Oitavo Distrito Eleitoral e dos mais acatados em Rio Claro. Era enérgico e leal com seus companheiros e respeitoso para com seus opositores; os seus atos, sempre pautados de inteira justiça eram bem recebidos pela população, que nele via o seu verdadeiro guia, e de fato, ele era um verdadeiro condutor de homens, um líder! Seu espírito público elevado, acrescido de honradez, capacidade e discernimento, foi o que o conservou por trinta e cinco anos consecutivos na direção da política rio-clarense.

O Grupo Escolar “Marcello Schmidt” atendia uma camada bastante diversificada de alunos, com uma forte presença de imigrantes. Em 1912 o Grupo Escolar possuía 468 alunos matriculados, sendo destes, 219 filhos de pais estrangeiros e 249 filhos de pais brasileiros (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1911, p. 470-1). Em 1917 o número de estrangeiros se intensificava ainda mais, pois dos 672 alunos matriculados, 295 eram filhos de brasi-

leiros e 377 eram filhos de estrangeiros (Anuário do Estado de São Paulo, 1917, p. 482). Porém, a exclusão do negro aqui também acontecia. Dos 148 alunos representados apenas 10 eram negros, conforme evidenciado nas fotos.

Os documentos iconográficos que seguem foram coletados, parte no Arquivo Público, parte no Museu e parte na própria escola, com exceção das fotos recentes que foram produzidas pelo grupo.

Espero sinceramente, que o relato dessas experiências sirva para incentivar toda a sociedade a participar da produção de novos documentos, pela conscientização de que este tipo de ação pode contribuir para a preservação da história da cidade, tão cara aos seus futuros moradores. Desejo que este seja o primeiro trabalho de uma série, e que o espaço esteja aberto à novas idéias e produções, visando o resgate histórico-cultural da cidade. ●

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, de Nelson Martins. *Álbum de Rio Claro - Documento Histórico Ilustrativo do município*. Rio Claro. 1951.

Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

BILAC, Maria Ap. O.; Bilac, Jorge Elisabete Dória. *Secretaria de Cultura, Ciências e Tecnologia- Governo do Estado de SP. Cap.BA. pg. 175e176*. Rio Claro. 1978.

Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno Da Veiga”.

ROSA, Vera Lúcia da. *A importância de um arquivo organizado para a gestão do conhecimento na empresa*. UNISUL. Tubarão. 2007.

Subtil, Gabriela Franco; Lopes, Hellen Caroline; Moraes, Joseano Moncaio; Anderson, Juliana Eduarda; Minucci, Sônia Conceição Devidé. *Trabalho iconográfico: história da Escola Municipal “Marcello Schmidt”*. UNESP. Rio Claro. 2010.

Colégio Koelle

Breve história de uma instituição centenária

Professor Gunar Wilhelm Koelle

Diretor Geral do Colégio Koelle

Secretário Municipal de Cultura (1993-1996)

Secretário Municipal de Educação (2005-2008)

O Colégio Koelle, fundado em 03 de dezembro de 1883 pelo professor Theodor Kölle, neste ano completa 127 anos de existência.

Seus alunos, espalhados por todo o território nacional e também no exterior, são testemunho da educação de qualidade proporcionada por essa instituição dirigida pela família Koelle.

Atualmente a escola é comandada pelos irmãos Theodoro, Gunar e Ingo Koelle, que preparam a quarta geração dos Koelle para dar continuidade a esse importante trabalho. Com a presença de Maria Cecília, filha de Ingo e ainda de João, Larissa e Teodoro, filhos de Gunar e Marta Koelle, a família certamente tem sua presença assegurada no Colégio Koelle por mais uma geração.

O Colégio Koelle conta atualmente com cerca de mil alunos, procedentes de famílias rio-clarenses e das cidades da região de Rio Claro: Araras, Piracicaba, Limeira, Ipeúna, Santa Gertrudes, Cordeirópolis, Analândia, Itirapina e Charqueada.

Seus cursos vão desde o maternal, para crianças de 18 meses, até a conclusão do Ensino Médio, com 17/18 anos de idade.

Sempre mais preocupado com a qualidade do que com a quantidade, o Koelle em 2009/2010 conquistou, através de seus dedicados e brilhantes alunos e professores, reconhecimento generalizado que se estende além dos limites de nosso município.

Para citar somente algumas das conquistas mais recentes (ano letivo de 2010), mencionamos diversos significativos prêmios e títulos alcançados por seus alunos: Seis alunos dos 8º.s e 9º.s anos foram selecionados para representar o Brasil no Campeonato Mundial de Robótica, realizado em Istambul (Turquia), em junho de 2010. Luana Ruiz (3ª. série do EM 2010) integrou a equipe que representou o Brasil na ISEC (International Science and Engineering Camp) em Seul – Coréia do Sul. Alunos do Ensino Médio conquistaram o primeiro lugar entre 1.506 escolas que participaram no DNA – Desafio Nacional Acadêmico, tornando-se campeões brasileiros pela segunda vez desde 2006. No universo das escolas que adotam no Ensino Fundamental o material didático do sistema Pitágoras, o Koelle conquistou o primeiro lugar entre 13.000 alunos do sistema nos quatro níveis (6º., 7º., 8º., e 9º. anos) do Ensino Fundamental. No ENEM 2009, em resultados publicados em julho de 2010, a escola figurou em primeiro lugar na região (Rio Claro – Piracicaba, São Carlos, Limeira, etc.), em 21º. lugar no Estado de São Paulo e no 61º. lugar entre as 36.614 escolas que participaram dessa prova no território nacional. Em agosto, nos dias 11 e 13, o colégio reuniu alunos e especialistas das mais variadas áreas e profissões (muitos dos quais ex-alunos do Koelle) na III Biental das Profissões, cujo objetivo foi o de con-



Em 1950, o calçamento das ruas com paralelepípedos terminava na Avenida 10 e o Colégio Koelle se encontrava na periferia da cidade. Da Avenida 20 em diante vinham os sítios e a zona rural. Hoje a escola ocupa 25 mil metros quadrados em zona nobre, no centro da cidade.



Dr. Augusto Schmidt Filho e Dr. Paulo Koelle em 1967.

tribuir para uma melhor compreensão no momento da escolha da faculdade e da profissão, uma decisão sempre difícil e de extrema responsabilidade para os alunos que estão em vias de concluir o Ensino Médio. Em 21 de agosto a equipe do Koelle classificou-se em 3º. lugar nas eliminatórias do 3º. Desafio Bovespa e foi uma das cinco equipes classificadas para participar da fase final.

Fiel ao seu “slogan” –

MAIS OPORTUNIDADES PARA VOCÊ – a escola oferece a seus alunos atividades no período da tarde que complementam o ensino acadêmico concentrado no período da manhã, com cursos semestrais que proporcionam aprofundamento e enfoques práticos nas disciplinas do currículo ou então diversas opções no campo das artes, em que o aluno pode escolher entre participar do coral, teatro, artes plásticas, de aulas

de fotografia, cinema, linguagem da arte, História da Arte, etc. Assim, a escola cada vez mais assume, a partir do 6º. ano do Ensino Fundamental, as características de uma escola em período integral.

Mas houve tempos, entre 1910 e 1989, período em que a escola manteve regime de internato, que os alunos eram procedentes de todo o território nacional. Conta o professor Theodoro Paulo Koelle, que o colégio nesse período recebeu alunos do Rio Grande do Sul até o estado de Amazonas. Eram freqüentes os alunos filhos de prefeitos, cujos pais procuravam o internato por constatarem que, depois de empossados no cargo, seus filhos passavam a receber um tratamento diferenciado das professoras da sua cidade, que tudo toleravam e desculpavam em se tratando dos filhos do prefeito, motivo pelo qual os pais preferiam matriculá-los no internato, onde seriam tratados como todas as demais crianças, sem privilégios especiais.

Nesse período, o então Ginásio Koelle recebeu os filhos do então prefeito de São Paulo, João Carlos de Figueiredo Ferraz, filhos e netos de diversos artistas da TV, que compareciam a Rio Claro nos domingos reservados às visitas aos alunos: Lima Duarte, Maria Luisa Castelli, Ruth Escobar, Debora Duarte, Paulo Gracindo, e outros, cuja presença, em Rio Claro, fazia então muito sucesso.

Mas nem tudo foi fácil dos anos de 1883 aos tempos atuais.

A Pré-História do Koelle remonta a meados do século XIX, quando os primeiros imigrantes de língua alemã, principalmente alemães e suíços, chegaram ao Brasil com suas famílias, para trabalhar nas fazendas de café da região de Rio Claro.

Fazendeiro e político de larga visão, o Senador Vergueiro, proprietário da Fazenda Ibicaba, que então se estendia sobre um território maior do que o do atual município de Rio Claro, pressentiu que o movimento abolicionista logo iria privar as fazendas de café da sua principal mão de obra: os escravos.

Essa era também uma época de graves crises políticas e econômicas na Europa, onde grassavam o desemprego e a fome em muitas regiões assoladas por guerras e revoluções.

Vergueiro lançou então uma das mais geniais operações de marketing da época: distribuiu em todas as regiões da Europa um periódico que convidava as pessoas a emigrar para o que denominava o “Paráíso dos Trópicos”, onde os imigrantes teriam a oportunidade de trabalhar nas lavouras de café, recebendo um salário que lhes possibilitaria, após um ano, adquirir sua própria propriedade rural, de área superior àquela que seus antepassados haviam cultivado na Alemanha.

A realidade que aqui encontraram foi decepcionante: ao final de um ano de trabalho, os colonos deviam à loja da fazenda mais do que tinham direito a receber como salário. Não havia escolas para os filhos, as condições de habitação e trabalho não eram muito diferentes das que se oferecia aos escravos. Assim foi que um professor que fazia parte do grupo agregado à Fazenda Ibicaba, Thomas Davatz, escreveu um relatório em que descrevia as mazelas de Ibicaba, e que se tornou um best-seller na Alemanha. O fluxo de imigrantes caiu significativamente a partir de 1860, e as instituições alemãs e suíças se preocuparam em enviar missionários ao Brasil, especificamente à região de Ibicaba, para criar as estruturas (igrejas e escolas) que pudessem assegurar aos colonos e a seus filhos um mínimo de assistência e sobrevivência cultural.

Em 18 de julho de 1869 embarca em Le Havre na galera “Commerce de Paris” o missionário Johann Jacob Zink e, juntamente com ele, a jovem Sophie Haeflinger, com quem viria a se casar um ano depois. Em fevereiro de 1870 nasce a filha mais velha do casal, Julie Zink, futura esposa de Theodor Kölle.

A estrada de ferro chegava a Jundiaí em 1869, a Campinas em 1872 e a Rio Claro em 1876. Johann Jacob Zink residiu em São Paulo até 1877, quando se mudou para Rio Claro, que se tornara uma das mais importantes cidades do interior paulista, a ponto de receber, em 20 de setembro de 1878, a primeira visita do Imperador Dom Pedro II acompanhado da imperatriz D^a. Thereza Christina.

Em 1882 o pastor Zink lança as primeiras bases para a implantação de uma escola alemã em Rio Claro, designando como professor o tecelão Adam Zink, seu irmão. Como logo se percebeu, Adam não tinha grande vocação para o magistério, assim o pastor Zink providenciou para que se colocasse um anúncio num jornal evangélico da Alemanha, através do qual se procurava um jovem professor, de firme convicção cristã, que se dispusesse a permanecer no mínimo cinco anos em Rio Claro, aqui recebendo um módico salário de 50 marcos e livre pensão na residência do casal Zink. Theodor Kölle, então com 19 anos de idade, recém-formado professor, aceitou o desafio, chegando em Rio Claro no dia 02 de



O prédio da Rua cinco foi inaugurado em 1948, abrigando o recém-criado curso ginasial e proporcionando melhores instalações para o internato masculino. Hoje neste lugar funcionam os 8^{os} e 9^{os} anos e o Ensino Médio.

dezembro de 1883. No dia seguinte já estava em sua sala de aula, com 15 alunos de 7 a 18 anos de idade. Embora a escola a rigor tivesse sido fundada alguns meses antes pelo missionário Johann Jacob Zink, os filhos de Theodor Kölle passaram a comemorar o dia 03 de dezembro de 1883 como o dia da fundação da escola.

A escola recebeu, ao longo de sua existência, diversas denominações: Deutsche Schule (1883-1910); Deutsch-Evangelisches Internat (1910-1917); Escola Particular de Theodor Kölle (1917-1918); Escola Evangélica de Rio Claro (1918-1938); Instituto Kölle (1939-1945); Ginásio Koelle (1945-1985); Colégio Koelle - Educação Infantil – 1^o. e 2^o. Graus (1985-1998); Colégio Koelle (1998 aos dias atuais).

Theodor Kölle casou-se com Julie Zink em 16 de fevereiro de 1889. O casal viria a ter treze filhos, tendo uma filha falecido durante a epidemia de Febre Amarela, em 1896.

Todos os filhos de Theodor e Julie receberam sua educação inicial em Rio Claro, sendo então encaminhados à Alemanha, para lá concluírem seus estudos.

Paulo Koelle, nascido em 1897 como sexto filho e primeiro varão da segunda geração Koelle, e que se tornaria o mais conhecido representante da família entre os anos 1925 e 1970, por exemplo, seguiu para a Alemanha com treze anos de idade, retornando somente 12 anos depois, em 1923, após ter-se doutorado em Filologia das Línguas Românicas pela Universidade de Bonn.

Os 12 filhos do casal Theodor e Julie Kölle foram: Sophie, Martha, Christine, Augusta, Paulo, Frieda, Lydia, Theodoro, Lydia, Julia, Hertha, Emma, Frederico.

Sophie, Martha, Theodoro, Frieda, Julia, e Frederico afastaram-se da escola, que ficou a cargo dos



Alunos em atividades no Colégio



A piscina semi-olímpica, inaugurada em 1955, foi o palco de grandes realizações no campo esportivo.

demais, muito conhecidos da geração de rio-clarenses que viveu entre 1930 e 1970: Paulo e Luisa (com quem se casou em 1929), Augusta, Christina, Lydia, Hertha e Emma. Muitas são as recordações que nos vêm à mente com relação a cada uma dessas personalidades, que dedicaram suas vidas à escola e à educação de numerosas gerações. Cada uma mereceria um capítulo especial na história do Colégio Koelle, o que evidentemente não cabe no limitado espaço deste artigo.

A escola passou por altos e baixos, como acontece com todas as instituições centenárias. Queremos apenas nos deter em alguns episódios mais marcantes ou pitorescos.

Em 1892 eclodiu em Rio Claro a epidemia de Febre Amarela, que vitimou 21 pessoas da comunidade luterana e 331 habitantes de Rio Claro. Como o pastor Zink já se havia mudado para Campinas, Theodor Kölle assumiu o encargo de dar assistência espiritual às famílias de imigrantes alemães nesses dias tenebrosos. Foi-lhe então formulado o pedido para que assumisse também as funções de pastor da comunidade luterana. Theodor Kölle aprofundou-se nos estudos de Teologia, e cinco anos depois segue para a Alemanha, completando seus estudos em Stuttgart, onde é aprovado em exames e ordenado pastor, em junho de 1897.

Em 1910 Theodor Kölle cede aos pedidos insistentes de um sr. Kuhlmann e recebe como pensionista em sua casa a menina Klara Kuhlmann. Este evento marca o início do Internato, cujas atividades se estenderam até 1989. Outra epidemia ocorreu em 1919, desta vez com a Gripe Espanhola, reduzindo-se para 12 os alunos do internato.

Em 1929 o internato contava com cerca de 80 alunos procedentes de todos os recantos do Brasil. Porém, sobreveio a crise da bolsa de Nova York, em 1929, e no ano seguinte esse número caiu para 40 alunos, dos quais somente 14 pagavam regularmente suas mensalidades. Professores que haviam

sido contratados nos anos anteriores tiveram que ser demitidos, e até algumas das filhas de Theodor Kölle deixaram temporariamente a escola para trabalhar em Nova Friburgo e outras cidades.

Essa crise afetou consideravelmente a saúde do professor Kölle, que em 1932 se retirou da direção da escola, entregando essa responsabilidade ao Dr. Paulo Koelle.

Um dos fatos curiosos desse período ocorreu durante a I Guerra Mundial, em 1917, quando o delegado de polícia local, Dr. Carlos Pimenta, recebeu ordens superiores para fechar a Escola Alemã. Como o Dr. Pimenta era um admirador do trabalho realizado pela família, essa crise pôde ser administrada de forma bastante sensata. O delegado fechou a escola no dia 31 de outubro de 1917, já previsto como recesso por ser o Dia da Reforma. Seguiram-se os dias 01 e 02 de novembro, Dia de Todos os Santos e Dia de Finados, ambos feriados naquela época. Em seguida vieram os dias 03 e 04 de novembro (sábado e domingo). Dr. Pimenta considerou cumprida a ordem superior, que não determinava por quanto tempo a escola deveria permanecer fechada, e ordenou que suas atividades fossem reiniciadas na segunda-feira, dia 05 de novembro, porém com a denominação da escola modificada para “Escola Particular de Theodor Kölle”.

Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, o internato recebeu um grande contingente de filhos de novos imigrantes alemães, desta vez formado de técnicos, engenheiros e profissionais graduados, que deixaram a Alemanha devastada pela guerra. O internato atingiu sua maior expansão em 1958, com 314 alunos.

O colégio contava naquela época com a única piscina existente em Rio Claro, e a professora Hertha Clara Koelle passou a dedicar-se à Natação e ao treino de seus alunos para a participação em competições em São Paulo e nas diversas cidades do interior em que esse esporte prosperava.

Naquela fase, o governo estadual incentivava os esportistas, concedendo-lhes passes gratuitos para se deslocarem através dos trens da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Não eram então cobradas as taxas exorbitantes que mais tarde vieram a ser estabelecidas pela Federação Paulista de Natação para inscrição de clubes, nadadores, provas, etc. e que em boa parte contribuíram para que esse esporte se profissionalizasse e passasse a ser monopolizado pelos clubes ricos, em condições de oferecer significativa remuneração a seus atletas de destaque.

Antes que isso ocorresse, nos anos 50 e início da década de 60, o Clube de Natação do Ginásio Koelle chegou a campeão paulista em 1951. Muitos dos seus nadadores alcançaram fama internacional: João Gonçalves, recentemente falecido, considerado o atleta mais completo de seu tempo; Manoel Gonçalves, recordista mundial dos 100 metros nado livre; Sonia Escher, campeã sul-americana, Nivaldo Gonçalves, Eugênio Zerlotti, Ingo Koelle, Inge e Brigitte Weigel, Helmut Meyerfreund, e muitos outros nomes que figuravam nas manchetes dos jornais esportivos, como a Gazeta Esportiva.

Na década de 1980, ocorreu expansão do ensino em todo território brasileiro, quando o Poder Público decidiu universalizar o acesso à educação de todas as crianças brasileiras. Ao mesmo tempo, a legislação trabalhista tornava cada vez mais onerosa a manutenção dos internatos. Além disso, com os problemas que passaram a atingir um ensino público que deixava de atender a uma elite e passava a ter um caráter mais universal, as escolas particulares passaram a receber pressão das famílias locais para que expandissem seus cursos e passassem a atender seus filhos. Tudo isso levou à extinção de praticamente todos os internatos brasileiros, que passaram a atender exclusivamente os alunos e alunas residentes perto da escola.

Ex-alunos do Koelle, que aqui residiram no período em que existiu o internato, demonstram grande apego à escola, reunindo-se na Associação Koelle de Ex-Alunos – AKEA, que promove um encontro anual em Rio Claro, sempre no mês de outubro.

O Colégio Koelle conta hoje com uma eficiente equipe de educadores, e com uma estrutura administrativa moderna, que o torna apto a enfrentar os desafios do Século XXI.

A palavra tradicional é aqui empregada em seu melhor sentido: a escola traz tudo o que é bom de sua experiência passada; mantém vivos seus valores éticos; promove a excelência na formação de sua juventude; e encontra sempre novos caminhos para manter a instituição afinada com os novos tempos e as novas tecnologias.

O Colégio completa, em 03 de dezembro de 2010, uma existência de 127 anos, em que proporcionou uma significativa contribuição à educação brasileira, em estreita colaboração com a cidade de Rio Claro.

A família Koelle, em todos os momentos, sempre pode contar com o apoio da população e de personalidades importantes da vida política e cultural de nossa cidade.

Por outro lado, o Colégio Koelle contribuiu para projetar o nome de Rio Claro por todo território brasileiro e também no exterior.

Seus ex-alunos estão espalhados pelo mundo afora e levam consigo a sólida formação que aqui adquiriram na convivência com os valores e atitudes praticados por seus educadores.

A comunidade de imigrantes atendidos pelo fundador, professor e pastor Theodor Kölle, integrou-se à sociedade brasileira, através de seus filhos, netos e bisnetos, hoje todos genuinamente brasileiros, mantendo de suas origens apenas os sobrenomes e a tradição cultural que lhes foi transmitida através de valores perenes e universais. ●



Rua Cinco, Avenidas 14 e 16, onde tudo começou.



As três primeiras salas de aula, inauguradas em 06 de fevereiro de 1909.



Junto à residência de Theodor Kölle, entre 1910 e 1925, foram erguidos diversos anexos para comportar o crescente número de alunos do internato



Rio Claro e o Ginásio Koelle em 1954.



Nesta casa, dos tempos em que foi construída a ferrovia, está instalado o Museu Theodor Kölle, que guarda a memória de tempos passados.



Theodor e Julie Kölle conseguiram reunir todos os doze filhos uma única vez, por ocasião da inauguração do novo templo da Igreja Luterana de Rio Claro, em março de 1924.



Ingo, Theodoro e Gunar Koelle, atuais diretores, com os filhos e sobrinhos da 4ª geração.

Secretaria Municipal de Ação Social recupera sua história ao organizar arquivos

Luci Helena Wendel Ferreira

Secretária Municipal de Ação Social

“Por compartilharmos da idéia de que o acesso aos documentos garante a visibilidade e transparência às ações do governo e por ser também um caminho seguro para o exercício da cidadania, temos por objetivo organizar todo material produzido e/ou acumulado pela Secretaria Municipal de Ação Social ao longo desses vinte anos, e por fim, encaminhá-lo ao Arquivo Público do Município”

Com as diretrizes fundamentadas na reorientação da prática da assistência social enquanto direito, ao longo de duas décadas, a Secretaria Municipal de Ação Social (SMAS) vem desenvolvendo suas atividades mediante a legislação que a regula, trabalhando para efetivar políticas sociais que assegurem à população o acesso a benefícios e serviços, construindo um espaço de expansão da cidadania, em conquista de seus direitos e expressão de seus interesses.

Comungando com o ideal da nova gestão municipal em construir-se um novo tempo para os cidadãos rioclarenses, buscando a excelência dos serviços oferecidos pelo Município em todos os segmentos, a SMAS iniciou, em 2009, ações intensivas no sentido de promover maior integração com as ações promovidas pelos governos federal e estadual, convicta de que seu papel principal é “cuidar das pessoas”.

Conforme estabelece a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), as equipes da SMAS somaram esforços para promover a integração do município de Rio Claro ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as ações da assistência social passaram a ser organizadas de acordo com as reais demandas e necessidades dos munícipes, o que implica dizer, que os programas, projetos, serviços e benefícios são atualmente, desenvolvidos nas



Integração de crianças do Centro de Convivência Jardim Bandeirantes com idosos no Centro Dia do Idoso.



Criança do Centro de Convivência Jardim Bandeirantes abraça idosa no Centro Dia do Idoso.



Preparação para o Fórum Jovem no CRAS - Jardim Brasília.

áreas mais vulneráveis do município, com especial atenção às famílias.

Se do ponto de vista jurídico, formal, a transformação está posta, muito temos que fazer para que se efetue o uso do direito pelos cidadãos. Há de se fazer uma boa formação política, cultural e comportamental, no modo de conceber a assistência social na sua operacionalização como política pública.

Todo esse trabalho vem sendo realizado por intermédio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), com a implementação do Cadastro Único (CadÚnico) e sob o controle social dos Conselhos – todos em franca atividade no Município.

Com o decorrer do tempo, aliado à complexidade de suas funções e atividades a SMAS foi responsável por produzir e/ou recolher um considerável volume de documentos. Situação que não poderia ser diferente, na medida em que, como afirma a arquivista Heloísa Liberali Bellotto (2003, p. 25), “as atividades clássicas da administração - prever, organizar, comandar, coordenar e controlar - não se efetuam sem documentos”.

Arquivada de maneira indiscriminada (ao acaso, sem método), a documentação referente à criação e às atividades-fim, apresenta-se como um problema e uma preocupação para a organização da Secretaria, pois reconhecemos a importância de se obter conhecimento e controle desse material, o qual poderá contribuir para uma caminhada histórica relevante para o Município, como fonte de pesquisa.

Assim sendo, em março de 2010 a SMAS iniciou um projeto para elaborar o plano de classificação de documentos da Secretaria, sendo responsável por esse trabalho a historiadora Talita Gouvêa Basso, cujas pesquisas são referenciadas neste texto.

A primeira etapa das operações técnicas buscou localizar, entre a volumosa documentação, as fontes de informação que possibilitassem conhecer a história do órgão produtor desses materiais. Segundo a pesquisadora Janice Gonçalves, estudar a estrutura e o funcionamento do órgão é essencial nesse trabalho, uma vez que através dessa ação, permite-se recuperar o contexto original de produção dos documentos, ou seja, identificar a atividade que determinou a sua existência.

Nesse sentido, tornou-se indispensável o estudo do art. 21 da Lei Municipal nº 2.424/91 - que definiu pela primeira vez a estrutura e as competências da Secretaria - como também, uma leitura atenta da Lei Orgânica do município de Rio Claro, promulgada em abril de 1990 (especialmente, os arts. 247 e 248, os que tratam da assistência social); da Lei Orgânica da Assistência Social (art. 15, que descreve as competências do município); e finalmente, os arts. 34 e 35 da Lei Municipal nº 001, de 26 de abril de 2001, pelo então prefeito Cláudio Antonio de Mauro, que reorganizou mais uma vez

a estrutura administrativa. Somam-se a estes, os relatórios anuais de atividades e os próprios planos de assistência social do município, bem como, uma literatura especializada sobre planos de classificação de documentos.¹

Atualmente, o projeto encontra-se na etapa de determinação das funções, subfunções e atividades que são atribuídas à SMAS, e que irão compor o Plano de Classificação de Documentos das Atividades-Fim deste órgão. Uma vez concluído, este instrumento possibilitará, além da organização física dos documentos, uma padronização da denominação dos mesmos, conferindo assim, maior agilidade no seu acesso e às informações neles registradas.

O projeto conta com a parceria e o apoio efetivo do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, que reconhece nessa experiência uma oportunidade para trabalhar junto à Secretaria Municipal de Ação Social, o futuro recolhimento dessa documentação para o setor de arquivo permanente. Estuda-se também, a possibilidade de se elaborar, conjuntamente, uma Tabela de Temporalidade, na qual se registre os prazos de vigência, prescrição e de precaução, bem como, a definição de prazos para a destinação dos documentos, seja para sua eliminação, transferência ou recolhimento pelo Arquivo Municipal.

Assistência social: um direito do cidadão

A efervescência política que caracterizou o Brasil durante a década de 1980, revelou-se claramente expressa através de um novo texto constitucional. Nesse período de ampla mobilização popular pela redemocratização do país, a promulgação de uma nova Constituição Federal (1988), representou a quebra de paradigmas,

especialmente, por assegurar aos cidadãos direitos que outrora eram reivindicados pelos setores progressistas da sociedade civil. Devido às conquistas no que se refere aos direitos da cidadania - uma vez mais, quando é feita uma comparação com as anteriores -, a atual Constituição foi denominada por seus contemporâneos, e posteriormente, conhecida como sendo a “Constituição Cidadã”.

Dentre os direitos sociais contemplados no art. 6º (cf. Título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, Capítulo II, “Dos Direitos Sociais”), destaca-se o da assistência aos desamparados, que uma vez reconhecido, garantiu visibilidade para uma parcela da população excluída e silenciada nos documentos oficiais até então. Prevista de maneira mais explícita, nos arts. 203 e 204, a assistência social, segundo a análise da pesquisadora Ivanete Salette Boschetti (apud AMARAL, 2009, p. 86), não fica limitada à sua Seção específica, mas se faz presente tanto nas Seções parceiras, no âmbito da “Seguridade Social”, como também em outros Capítulos da “Ordem Social” (a exemplo: da Educação, da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso). Por outro lado, de maneira efetiva, podemos afirmar que a assistência social vai além, na medida em que ela “aloja-se em quase todos os programas federais, estaduais, municipais e particulares que trabalham com a questão da pobreza e da desigualdade social” (PEREIRA apud STEIN, 1997, p. 11).

Apesar de apresentar condições legais que lhe atribuem a condição de política pública, a assistência ainda não é plenamente reconhecida como direito constitucional. Para tanto, convém superarmos obstáculos particulares da sua trajetó-

ria no Brasil, especialmente, aquele que se refere à eterna confusão entre assistência e filantropia, uma vez mais, porque esta revela a intenção de manter a assistência no plano do dever moral e submetida a interesses clientelistas e paternalistas de determinados governos.

No que se refere à sua regulamentação, cabe ressaltar que a assistência social foi uma das últimas a conquistá-la, no ano de 1993; e só sendo de fato efetivada a partir de 1995. Sobre esse assunto, a pesquisadora Adriana Amaral (2009, p. 84) destaca

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - Lei 8.742, de 07/12/1993, é fruto de debates políticos e luta dos segmentos progressistas da sociedade juntamente com categorias profissionais que diretamente executam a política de assistência social no Brasil.

Nesse sentido, concluímos que a política de assistência social, organizada de forma descentralizada no país, apresenta-se como um desafio colocado, sobretudo, para a sociedade civil, que com as inovações trazidas pela Constituição de 1988 e consolidada pela LOAS, reconheceu a oportunidade real de participar nos processos deliberativos que se referem à elaboração, implantação e fiscalização dos serviços públicos constitutivos desta política

A assistência social no âmbito do município

A descentralização político-administrativa do Estado brasileiro, expressa no texto constitucional de 1988, possibilitou aos municípios, autonomia para o estabelecimento

¹Especial atenção deve ser dada a obra de Daise Aparecida Oliveira (*Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos para as Administrações Públicas Municipais - 2007*), e de Ieda Pimenta Bernardes (*Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim - 2008*), ambas publicadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Adolescentes do CRAS Jardim Independência colocam a leitura em dia.



Luci e Talita resgatam a história da Secretaria de Ação Social visitando antigos arquivos.

de prioridades de ação mais consonantes com os problemas locais. Nesse contexto de transformações políticas, o município de Rio Claro sob a gestão administrativa de Azil Francisco Brocchini (1989-1992), iniciou o processo de organização da política de assistência social no âmbito local.

De acordo com um ofício encaminhado pelo prefeito Brocchini à Câmara Legislativa, no dia 22 de outubro de 1990, justificando a im-

plantação de uma Secretaria para esses fins, temos destacada a concepção de assistência social no município, como bem podemos observar

A Secretaria Municipal de Ação Social é criada com o objetivo de potencializar uma efetiva ação social por meio da atuação de assistentes sociais nos diversos setores que o cronograma do projeto sugere, ponderando que não se pretende uma ação meramente

assistencialista, mas sim de promoção humana em todos os segmentos e faixas etárias carentes da comunidade²

O projeto ao qual o prefeito se refere, corresponde a um Projeto de Lei, incluso ao ofício, que dispõe sobre a reorganização administrativa municipal, apresentado para a apreciação da “Colenda Casa Legislativa”, naquele momento. Quanto a esse assunto, faz-se necessário destacar, que o Projeto teve como base para sua elaboração, um minucioso estudo realizado pela Consultora de Empresas Price Waterhouse, no ano de 1989.³ Através de análises da estrutura organizacional da Prefeitura de Rio Claro, a Consultora, apresentou uma descrição pormenorizada da situação vigente, bem como, propostas para sua melhor eficiência.

Dentre as várias observações, o estudo destacou que a Coordenadoria de Promoção Social, responsável pelo serviço da assistência no município, até então, encontrava-se subordinada à Secretaria de Saúde e de Promoção Social, e por não dispor de orçamento próprio - uma vez que os recursos desta Secretaria, por uma questão de prioridade eram esgotados na área da saúde -, merecia ser avaliada com maior atenção, assim como, elaborada uma reestruturação desse setor.

Fato que podemos comprovar, quando somamos a esse documento, um outro, produzido pela então, Coordenadora da Secretaria de Ação Social de Rio Claro, a assistente social Célia Maria Cestaro Christofolletti, em novembro de 1992. No referido documento, que se trata de um relatório do seminário de avaliação da Secretaria, Christofolletti, expõe de maneira sucinta a situação, que convém apresentarmos

Dentro da proposta política de

²Ofício D.E. 0207/90. Temporariamente na caixa nº 24.

³Prefeitura Municipal de Rio Claro - revisão da estrutura administrativa. Trabalho realizado pela Price Waterhouse, no ano de 1989. Temporariamente na caixa nº 24.

abertura e humanização da atual administração e das expectativas e demandas da população, as ações sociais ampliaram-se, exigindo dessa forma o desmembramento e a transformação de Coordenadoria de Promoção Social para Secretaria Municipal de Ação Social. Em 28 de novembro de 1990 passou a funcionar em prédio próprio, e em 1991 teve seu primeiro orçamento independente do orçamento da saúde.⁴

Assim sendo, constatamos que a legitimidade da Secretaria Municipal de Ação Social decorre da aprovação do referido Projeto - resguardadas as devidas modificações -, que se tornou Lei Municipal nº 2.424, em 2 de setembro de 1991, e que trata da reorganização administrativa. Contudo, devemos considerar, que a estrutura e as competências definidas para este órgão, sofreram modificações, em razão da Lei Complementar nº 001, de 26 de abril de 2001, que reorganizou mais uma vez a estrutura administrativa do município, e que até a presente data, encontra-se em vigência.

Preservar para ter acesso

Produzidos no curso de atividades organizadas, com determinadas finalidades, os documentos da Secretaria Municipal de Ação Social, uma vez considerados como tendo qualidade de material de arquivo, apresentam razões para serem preservados, que não apenas aquelas para as quais foram criados ou acumulados.

Valendo-se do pensamento de Schellenberg, autor de *Modern archives: principles and techniques*⁵ podemos afirmar que um dos motivos que justifica o arquivamento de documentos correspondentes aos órgãos públicos, refere-se ao fato de

que esses documentos, além de servir como provas das obrigações financeiras e legais, reúnem um grande capital da experiência oficial de que os órgãos poderão se valer para dar continuidade e consistência às suas ações, bem como, para resolver problemas de organização e métodos.

Outro motivo para o arquivamento em questão está ligado à razão de ordem cultural, na medida em que Schellenberg defende a utilização dos documentos públicos por outras repartições, que não aquela que os gerou, como também por pesquisadores, e a própria população em geral. Sob essa argumentação, Schellenberg reconhece que os arquivos possuem dois tipos de valores; sendo primário o valor que os documentos apresentam para a repartição de origem, e secundário para aquele que se valerá dos dados e informações neles contidos para realizar desde uma análise crítica da administração, como também para a garantia de interesses pessoais.

Constatamos, assim, que a necessidade de preservar a documentação referente a esta Secretaria se faz, especialmente porque, após os documentos terem servido aos objetivos para os quais foram gerados, e passado por uma avaliação quanto aos valores secundários que oferecem, ficarão acessíveis a toda a comunidade.

Em suma, é por compartilharmos da idéia de que o acesso aos documentos garante a visibilidade e transparências às ações do governo – como prevista pela Constituição de 1988 e pela Lei nº 8159/91, que dispõe sobre os arquivos – e a garantia de um caminho seguro para o exercício da cidadania, que temos trabalhado para organizar todo material produzido e/ou acumulado pela Secretaria Municipal de Ação Social, ao longo destes 20 anos. ●

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. Descentralização de responsabilidades X recentralização de recursos: a política de assistência social pós-88. In: *Assistência Social: História, Análise Crítica e Avaliação*. Curitiba, Juruá Editora, pp. 82-147, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos. São Paulo, Arquivo do Estado, 1998. (Como Fazer, 2)

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.

STEIN, Rosa Helena. *Descentralização e Assistência Social*. Cadernos ABONG, São Paulo, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, n. 20, pp. 5-19, out. 1997.

Idealizadora do Projeto: Luci Helena Wendel Ferreira – Secretária Municipal de Ação Social – Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Piracicaba e Especialização em Serviço Social pela PUC de Campinas, com especialização em trabalhos comunitários e interdisciplinaridade. Atuou em projetos de supervisão junto à extinta Fundação Brasileira de Assistência de Piracicaba, abrangendo 27 municípios e junto a Procuradoria Seccional da União. Foi Diretora de Serviços Sociais na Secretaria de Ação Social de Rio Claro, no período 1997-2004, implantando projetos como o Centro Dia do Idoso, Banco de Alimentos, apoio contra a Violência intrafamiliar, Cooperativa de Materiais recicláveis no município, entre outros. Atualmente exerce a função de Secretária Municipal, com ações de relevância como a implementação do SUAS em Rio Claro de acordo com as exigências da nova política nacional, a atuação em transversalidade com o Fundo Social de Solidariedade, realização da VII Conferência de Assistência Social, implementação da Rio Claro Solidária, voltada à economia solidária e seu fortalecimento. É Gestora da Assistência Social do Município e do Fundo Municipal de Assistência Social. Participou de diversos congressos e seminários nacionais e internacionais.

Pesquisa: historiógrafa Talita Gouvêa Basso

Colaboração: jornalista Nilce Franco Bueno (MTB 35560).

⁴Relatório do Seminário de Avaliação da Secretaria de Ação Social - nov./1992. Temporariamente na caixa nº 47.

⁵Publicado no Brasil pela editora da Fundação Getúlio Vargas, no ano de 1974, com o título "Arquivos Modernos: princípios e técnicas". Tradução de Nilza Teixeira de Sousa.

Associação “Lute pela Vida”

Grupo de Apoio à Criança com Câncer GACC

Aparecida Costa Trombe

Aposentada, Voluntária do GACC - gacc@linkway.com.br



Através da Associação “Lute pela Vida”, em 1977 um grupo de moradores do bairro Vila Paulista em Rio Claro, uniram-se para dar vida à idéia de proporcionar a crianças e adolescentes sócio-economicamente menos favorecidos e em tratamento oncológico e hematológico crônico, um local para receberem atendimento diferenciado e que proporcionasse a eles e familiares melhor qualidade de vida.

Com esse objetivo e a parceria de empresas rio-clarenses e comunidade foi adquirido o imóvel da Avenida P17, 253 Vila Paulista, Rio Claro - SP, que abriga a CASA DE APOIO.

O objetivo do GACC é proporcionar ao público atendido melhor convivência com a doença para adaptação ao tratamento do câncer. O apoio à criança, adolescente e jovem de 0 a 24 anos abrange aspectos físico, psicossocial, econômico, ambiental e nutricional, desenvolvidos na Casa de Apoio, onde hoje são atendidas 94 crianças de Rio Claro e região.

O apoio físico consiste em atendimentos: psicológico, dentário, acompanhamento e encaminhamento médicos, exames radiológicos e laboratoriais, exames de alta complexidade, fisioterapia, fornecimento de remédios, transporte a hospitais especializados, hospedagem para os assistidos em recuperação, inclusive de municípios da região, alimentação no local durante a permanência na Casa de Apoio.

Os projetos psicossociais oferecem aos paciente e familiares, acompanhamento:

a) educacional, através de reforço escolar e acompanhamento na escola de origem;



Voluntárias de Eventos

b) oficina de informática, através de aulas de informática;

c) oficina de artes para geração de rendas, através de reciclagem de materiais e customização;

d) oficina de música com aulas de teclado;

e) espaço beleza, oferecendo atendimento de cortes, hidratação e escova de cabelo intensificando a auto-estima de cada um;

f) humanização e entrosamento através de festas comemorativas de Páscoa, Juninas, Dia das Crianças e Natal;

g) brinquedoteca e biblioteca, através de utilização de recursos para o desenvolvimento do paciente;

h) fornecimento de cestas básicas, compostas de produtos específicos que contribuem para a qualidade de alimentação do assistido.

Como entidade do Terceiro Setor os recursos financeiros necessários ao atendimento proposto pela Associação Lute para Vida, vêm de parceira com Setor Público Municipal e Estadual, empresas rio-clarenses, doações, trabalho do telemarketing, contribuintes fixos e eventuais, eventos especiais e trabalhos voluntários.

A direção da entidade é composta de diretoria, vice diretoria e conselho administrativo sem remuneração.

A entidade mantém profissionais contratados para atendimentos das:

a) triagens das ações sociais, que são efetuadas por Assistente Social no levantamento sócio econômico de cada família, bem como a situação específica de cada paciente. O acompanhamento persiste por todo tratamento, dando maior equilíbrio ao atendimento;

b) acompanhamento psicológico por profissionais da área que através de suporte psicológico ao paciente e família contribuem para a qualidade de vida do assistido;

c) ações administrativas, no controle de todas as ações administrativas obrigatórias pelos regimes legais, bem como das necessidades de cada assistido, mantendo um administrador, motoristas, mensageiros para recebimentos das doações, secretaria, faxineira, atendente administrativo e estagiários das áreas afins;

d) telemarketing, através de pessoas com treinamento especial para divulgarem o trabalho da entidade, bem como levantar doações financeiras;

e) coordenação de eventos, através de pessoa especializada voltada para as comemorações de atendimento ao grupo, bem como a organização dos eventos para levantamento de recursos financeiros da entidade durante todo o ano.

Os trabalhos desenvolvidos por grupo de voluntários são:

a) Informática - com professores especializados na área que atendem aos assistidos e familiares com o objetivo de torná-los atualizados, facilitando o entrosamento pessoal de cada um, inclusive no mercado de trabalho;

b) Música - com profissionais especializados que se dedicam ao ensino semanal, objetivando trabalhar a criatividade e a sensibilidade, disciplina, coordenação motora e acuidade auditiva além da atuação terapêutica;

c) Arte e customização - desenvolvido com a atenção voltada para a geração de rendas à família dos assistidos, bem como o levantamento de recursos financeiros para a entidade;

d) Atendimento Odontológico - onde quatro profissionais da área acompanham o assistido por todo o tratamento;

e) Atendimento nutricional - no qual, através de cardápios especiais, a alimentação do assistido é elaborada com os critérios necessários para a qualidade de vida;

f) Eventos -

* festas comemorativas, participando sob a orientação do responsável de eventos da entidade, proporcionando aos assistidos e familiares oportunidade de entrosamento e amizade do grupo.

* almoços e jantares beneficentes, que sob a orientação do responsável de eventos da entidade são organizados: "Feijoada", "Jantar Italiano" e "Almoço" em parceria com o Clube de Cavalheiros de Rio Claro, eventos realizados todos os anos, com a reversão dos recursos para a entidade. Nesses eventos contamos com a participação especial da comunidade, bem como de músicos, imprensa escrita, falada e televisionada e com profissionais especializados na área gastronômica, que contribuem com o sucesso das realizações.

* Mc Dia Feliz - evento a nível nacional, em parceria com o Instituto "Ronald", que com a venda de lanches e camisetas alusivas ao

evento levantam recursos para projetos específicos garantindo assim realizações necessárias ao bom atendimento aos assistidos.

* bingos beneficentes, onde a participação da comunidade é a tônica maior do sucesso do evento.

* exposição dos trabalhos executados pelos grupos voluntários.

g) Artesanato em Tecido; com a supervisão da responsável por eventos da entidade e através do grupo “Arte com Amor”, formado por senhoras dedicadas ao trabalho artesanal, exclusivamente em tecido, mantendo o respeito pelo meio ambiente e com o objetivo maior de obter recursos financeiros para a entidade.

h) Bazares – através de doações de utensílios, móveis, equipamentos diversos, roupas novas e usadas, os voluntários responsáveis pelo bazar mantêm trabalho de atendimento à famílias carentes, bem como recursos para a entidade.

O GACC tem ocupado um lugar de destaque nas diferentes comunidades onde está inserido, especialmente porque ainda falta por parte do Estado brasileiro o cuidado com a saúde integral de nossas crianças. Pessoas envolvidas acabam dedicando seu tempo e talento para que a causa da saúde das crianças, em especial aquelas mais pobres, seja garantido e com isso elas possam, passar pela doença recebendo atenção e recursos materiais que favoreçam sua passagem por momentos tão difíceis, de forma mais amparada.

Aqueles que quiserem aderir a essa causa, podem optar por uma ou mais de uma das seguinte opções: contribuir financeiramente, oferecer seu tempo nas atividades de apoio, encaminhar produtos, vestuários, brinquedos, livros e utensílios domésticos novos ou usados, ser voluntário nos eventos e atividades oferecidas pela ONG, participar do dia-a-dia da CASA DE APOIO.

Sempre há o que fazer quando se tem o propósito de contribuir na construção de um mundo melhor. ●



Casa de Apoio



Voluntárias em ação



Voluntárias casa de apoio



Saúde Bucal



Projeto Música



Espaço beleza



Voluntárias fazendo artesanato

Programas de Atividade Física para Terceira Idade da UNESP de Rio Claro

Deisy Terumi Ueno | terumiueno@uol.com.br

*Profissional de Educação Física e Colaboradora do PROFIT e PRO-CDA da UNESP
– Campus de Rio Claro*

Lilian Teresa Bucken Gobbi | ltbgobbi@rc.unesp.br

Profª. Dra. da UNESP – Campus de Rio Claro e Coordenadora do PROFIT e PROPARKI

José Luiz Riani Costa | riani@rc.unesp.br

*Prof. Dr. da UNESP – Campus de Rio Claro e Coordenador do Núcleo Local UNESP-
UNATI e PRO-CDA*

Florindo Stella | fstella@rc.unesp.br

Prof. Dr. da UNESP – Campus de Rio Claro e Coordenador do PRO-CDA e PROPARKI

Sebastião Gobbi | sgobbi@rc.unesp.br

*Prof. Dr. da UNESP – Campus de Rio Claro e Coordenador do Núcleo Local UNESP-
UNATI e do PROFIT.*

Nos últimos anos, estudos investigando a relação entre o processo de envelhecimento e a prática de atividade física cresceu de maneira exponencial. Este fato se deve, principalmente, ao aumento da expectativa de vida da população.

Estudos científicos têm demonstrado que a prática de atividade física sistematizada e orientada é um importante instrumento de prevenção, promoção e reabilitação da saúde, sendo uma forma eficaz e de baixo custo para minimizar eventuais declínios físicos, psicológicos e sociais relacionados ao processo de envelhecimento. A grande maioria destes declínios é devida à inatividade física, podendo levar à diminuição da capacidade funcional (capacidade de realizar as tarefas do dia-a-dia, com eficácia e segurança, e sem cansaço excessivo). Além de retardar os efeitos do envelhecimento, a atividade física atua preservando a independência e a autonomia dos idosos.

A Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Rio Claro, com o objetivo de promover a formação de alunos de graduação e pós-graduação, a inclusão do idoso na Universidade, a conscientização e promoção de hábitos saudáveis no envelhecimento e o desenvolvimento de pesquisas que possam auxiliar na ampliação de conhecimento sobre o tema, vem desenvolvendo programas voltados à promoção da prática de atividade física para idosos, a saber: Núcleo Local UNESP-UNATI (Universidade Aberta à Terceira Idade) - Campus de Rio Claro, Programa de Atividade Física para Terceira Idade (PROFIT), Programa de Atividade Física para Pacientes com Doença de Parkinson (PROPARKI) e Programa de Cinesioterapia Funcional e Cognitiva para Idosos com Doença de Alzheimer (PRO-CDA).

Do Núcleo Local UNESP-UNATI

O Núcleo Local UNESP-UNATI integra o Núcleo Central UNESP-UNATI, vinculado à Pró-reitoria de Extensão Universitária (PROEX), institucionalizado pela Portaria UNESP nº 191, de 07 de maio de 2001, como resultado do trabalho coletivo desenvolvido nas diferentes unidades universitárias da UNESP.

O Núcleo tem como objetivo principal, apoiar programas e ações de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões concernentes ao processo de envelhecimento humano, bem como à valorização da pessoa idosa na sociedade e sua inclusão na Universidade.

Anualmente, o Núcleo realiza a Semana do Idoso da UNESP de Rio Claro, que ocorre normalmente em parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Claro, no mês de setembro ou outubro e conta com atividades como: visita ao abrigo São Vicente de Paula, ciclo de palestras, Show de Artes, atividades de



PROFIT - Atividade Física Geral

integração, cinema, entre outras.

O PROFIT

O Programa de Atividade Física para Terceira Idade (PROFIT) é vinculado ao Departamento de Educação Física, do Instituto de Biociências da UNESP - Campus de Rio Claro e é considerado um dos pioneiros no Brasil a oferecer atividade física de forma orientada e sistematizada a idosos.

Fundado em março de 1989, o PROFIT tem como objetivos proporcionar, por meio da atividade física, a manutenção da independência e autonomia funcional do idoso em um contexto lúdico e auxiliar na formação de graduandos e pós-graduandos de educação física, além de contribuir na ampliação de conhecimentos científicos acerca da interação entre envelhecimento e atividade física.

O PROFIT é destinado a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos. Os participantes são avaliados em relação à capacidade funcional três vezes por ano, por meio de testes de agilidade, equilíbrio, coordenação, flexibilidade, força de membros superiores

e resistência aeróbia. Ao longo do ano, são oferecidas diferentes modalidades de exercícios (atividade física geral, dança, tapete, musculação e voleibol adaptado) que ficam à escolha dos idosos e condicionadas à disponibilidade de vagas nas atividades. As atividades são planejadas com base nos resultados das avaliações, a fim de proporcionar os melhores resultados.

Com 21 anos de atividade, o PROFIT tem oferecido atividade física adequada para idosos, que tem resultado, entre outros benefícios, na melhora e/ou manutenção da capacidade funcional, agindo como fator de manutenção da autonomia e independência, além de favorecer a integração social, o resgate do lúdico e a melhoria da auto-estima. Além disso, o Programa contribui para a formação profissional de, em média, 35 alunos de graduação e pós-graduação por ano, por meio da vivência pedagógica, e contribui cientificamente com o conhecimento sobre a relação atividade física e envelhecimento.

O PROPARKI

No ano de 2004, o PROFIT

passou a oferecer atividades específicas para pacientes com Doença de Parkinson. Em 2005, a atividade foi desvinculada do PROFIT, e em 2008, recebeu o nome de Programa de Atividade Física para Pacientes com Doença de Parkinson (PROPARKI).

O PROPARKI tem como objetivos: auxiliar no tratamento de pacientes com doença de Parkinson (idosos ou não), orientar cuidadores, auxiliar na formação de graduandos e pós-graduandos da área, e desenvolver materiais que possam contribuir para o conhecimento científico. O Programa atende pacientes com Doença de Parkinson, que estejam no estágio de leve a moderado da doença e que tenham locomoção independente.

Os pacientes passam por avaliações cognitivas e funcionais. As atividades ocorrem durante a semana e contam com duas modalidades de exercícios. Os ingressantes passam por uma etapa de adaptação, quando realizam exercícios básicos, relacionados às tarefas da vida cotidiana; e de atividade física geral, que enfatizam os componentes da capacidade funcional, distribuídos em 2 grupos que variam de acordo com a situação física e cognitiva dos pacientes.

Anualmente, é realizado o “Encontro PROPARKI”, referente ao Dia Mundial da Doença de Parkinson, celebrado no dia 21 de abril. O evento é aberto à população, conta com palestras informativas e divulgação dos resultados obtidos através das pesquisas realizadas com os pacientes.

Estes resultados indicam que há melhora nos componentes da capacidade funcional e na mobilidade e manutenção das funções cognitivas. Desta forma, o PROPARKI tem favorecido o engajamento desses pacientes em outras atividades, como fazer compras, a recuperação de algumas habilidades, que haviam sido perdidas, e a redução do risco de quedas.

O PRO-CDA

Em 2006, a família de uma idosa diagnosticada com doença de Alzheimer procurou a Universidade para inscrevê-la no PROFIT, o que se mostrava inviável. No entanto, alunos de pós-graduação elaboraram um protocolo específico de atividade física geral, para um estudo de caso. No ano de 2007, a partir dessa experiência, outros pacientes passaram a participar, dando origem ao Programa de Cinesioterapia Funcional e Cognitiva em Idosos com Doença de Alzheimer (PRO-CDA), desvinculado do PROFIT. Em 2009, o PRO-CDA passou a oferecer atividades aos familiares e/ou cuidadores desses pacientes.

O PRO-CDA foi elaborado com o intuito de atenuar as manifestações motoras e comportamentais, auxiliar no tratamento não-farmacológico, contribuir para a redução da sobrecarga dos familiares e cuidadores, para a formação profissional de alunos de graduação e pós-graduação e para o desenvolvimento de estudos que elevem o conhecimento da relação entre atividade física e a doença de Alzheimer.

O programa atende pessoas com diagnóstico de Doença de Alzheimer, que estejam no estágio de leve a moderado da doença, que possuam locomoção independente e seus respectivos cuidadores. Os participantes, tanto pacientes, como cuidadores, realizam avaliações de capacidade funcional e cognitivas. Distribuídos em grupos, participam de diferentes atividades ao longo do ano.

No mês de julho ou agosto é realizado o “Encontro de Cuidadores e Familiares de Idosos com Doença de Alzheimer”, com a apresentação de palestras destinadas aos cuidadores dos idosos que participam do PRO-CDA e a toda a comunidade interessada. Os temas são diversos, proporcionando conhecimentos so-



PRO-CDA



PROPARKI



PROFIT - Dança



PROFIT - Musculação



PROFIT - Tapete



PROFIT - Voleibol adaptado

bre a doença, formas de cuidado e a prática de atividade física e suas implicações para a saúde.

O dia 21 de Setembro é o Dia Mundial da Doença de Alzheimer, e o PRO-CDA realiza um evento para a comunidade. Normalmente realizado na praça central da cidade, o evento disponibiliza informações sobre a doença, realização de avaliações e distribuição de informativos para auxiliar no cuidado de pacientes com a doença.

A partir de 2009, no mês de novembro, o PRO-CDA passou a promover a Jornada de Cinesioterapia e Doença de Alzheimer, voltada a estudantes e profissionais da área de saúde interessados no tema, com a participação de pessoas de diversas instituições de ensino e de prestação de serviços nas áreas de saúde. Nesse evento, os vários profissionais envolvidos no projeto apresentam os conhecimentos em relação à Doença de Alzheimer e a importância da atividade física, principalmente em relação aos estudos realizados no Projeto e à produção científica atual.

Atualmente, o PRO-CDA atende a aproximadamente 30 idosos com Doença de Alzheimer e seus respectivos cuidadores.

Este projeto é um dos primeiros desenvolvidos no Brasil e as pesquisas já realizadas e publicadas em periódicos e eventos nacionais e internacionais, indicam que a atividade física proporciona melhora dos distúrbios de comportamentos em geral, tais como: redução nos sinais e sintomas de ansiedade, depressão, alucinações, delírios, agitação, agressividade, irritabilidade, perambulação, apatia e distúrbios do sono, além da melhora da capacidade motora. Em relação aos cuidadores, tem sido observada a melhora da capacidade funcional e a diminuição da sobrecarga decorrente do cuidado, como a melhora da qualidade do sono, menores níveis de estresse, menor incidência de depressão, entre outros.

Para obter maiores informações sobre os programas, as pessoas podem procurar pelo Laboratório de Atividade Física e Envelhecimento (LAFE) ou o Laboratório de Estudos da Postura e Locomoção (LEPLO) na UNESP de Rio Claro, que fica situada na Avenida 24-A, nº. 1515, no bairro da Bela Vista ou também pelo telefone (19) 3526-4312. •

REFERÊNCIAS

SEBASTIÃO, E.; GOBBI, S.; Programa de Atividade Física para Idosos: Integração Comunidade - Universidade. Rev. Ciênc. Ext. v.4, n.1, p.88, 2008.

GOBBI, S.; VILLAR, R.; ZAGO, A. S. Bases teórico - práticas do condicionamento físico. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2005, 265 p.

STEIN, A. M.; VITAL, T. M.; GARUFFI, M.; HERNANDEZ, S. S. S.; COSTA, J. L. R.; STELLA, F. Programa de Cinesioterapia Funcional e Cognitiva em Idosos com Demência de Alzheimer - PRO-CDA. In: 5º Congresso de Extensão Universitária da UNESP, Águas de Lindóia, 2009.

LABORATÓRIO DE ATIVIDADE FÍSICA E ENVELHECIMENTO - <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/LAFE/index.php> - Acessado em 12 de agosto de 2010.

DI CALLORE, L. - Criado programa para pacientes com Mal de Parkinson - <http://jornalcidade.uol.com.br/rioclaro/jc-feito-voce/dia-a-dia/1189-Criado-programa-para-pacientes-com-Mal-de-Parkinson>. Junho de 2010. - Acessado em 12 de agosto de 2010.

REDAÇÃO. EVENTO: Unesp discute a melhoria da qualidade de vida das pessoas com doença de Parkinson - <http://jornalcidade.uol.com.br/rioclaro/dia-a-dia/saude/58840-EVENTO:-Unesp-discute-a-melhoria-da-qualidade-de-vida-das-pessoas-com-doenca-de-Parkinson>. Abril de 2010. - Acessado em 12 de agosto de 2010.

REDAÇÃO. Programa para idosos com Alzheimer é único no país -

<http://jornalcidade.uol.com.br/rioclaro/educacao/vestibular/28419-Programa-para-idosos-com-Alzheimer-e-unico-no-pais>. Agosto de 2008. - Acessado em 12 de agosto de 2010.

Literatura e Memória: experiências da oficina de leitura e criação literária para adultos maiores

Sandra R.S.Baldessin

Escritora. Consultora em Comunicação Escrita. Idealizadora e coordenadora das Oficinas de Terapia Literária, inscritas no Plano Nacional do Livro e da Leitura.

O embrião da ideia

O projeto “Oficina de Terapia Literária” surgiu em 2003, ocasião em que eu atuava como voluntária no Instituto Consulado da Mulher – ICM. À época, junto com as lideranças do ICM, pensávamos uma forma para trabalhar a leitura no contexto da clientela atendida pela entidade: mulheres acima de 16 anos, em situação de risco social e egressas das populações de baixa renda.

Ao idealizar um projeto, a questão que se me impunha era: será possível atender os objetivos do ICM, a inclusão social de mulheres? Como aproximar a literatura dos deserdados da leitura e da escrita?

Foi assim que surgiu a ideia de realizar oficinas de leitura, usando contos da tradição oral e das Literaturas Brasileira e Portuguesa, visando à “terapia literária”, ou seja, que as pessoas se reconheçam nas histórias e, através disso, compreendam o valor da Literatura como fonte de conhecimento e a função fundamental que a leitura representa para a qualidade de vida, tanto cognitiva como afetivamente.

Atribuir funções terapêuticas à leitura não é novidade. Muitas áreas do conhecimento empregam recursos da linguagem com essas finalidades: a psicanálise se apropria das funções narrativas; a filosofia operacionaliza o conhecimento através da filosofia clínica; há um ramo da psicologia que utiliza a logoterapia – terapia pela palavra. Além dessas áreas, temos a biblioterapia, que explora a cura pelos livros, pela leitura.

A terapia literária surge nesse mesmo contexto, mas a diferença é que emprega apenas textos literários e contos da tradição oral. Procuramos, na Literatura, os *anima farmakon* – remédios da alma, as *iatroi logoi* – palavras medicina. De onde vem o potencial terapêutico da literatura? Segundo o poeta pantaneiro Manuel de Barros (2006): “Os delírios verbais me terapêutam”. Empregando uma definição teórica: “a linguagem literária chega para desorganizar o que está arrumado, o que está pronto e acabado.” (Fonseca, 1993).



Alunos da oficina durante o “Sarau da Árvore”, na chácara da Dra. Licia M. Perin.

Foto: Cristina Helena Sciarra Nonato



Sra. Mariângela Pezzotti, aluna da oficina.

Foto: Cristina Helena Sciarra Nonato



Sra. Hedi Duarte, aluna da oficina lendo o seu texto. Foto: Cristina Helena Sciarra Nonato

Costumo dizer que a literatura arranca as palavras do contexto prosaico, e as tensiona ao limite máximo da significação – o contexto poético; e é nesse ponto que há a possibilidade de ocorrer um processo de identificação entre o leitor/ouvinte e o texto que fala de um outro que somos nós mesmos.

O nascimento da Oficina de Leitura e Criação Literária da Faculdade 3ª. Idade Claretianas

Em 2005, quando a Faculdade da 3ª. Idade Claretianas deu início às suas atividades em Rio Claro, a coordenadora – Profª Mestre Andreia Nadai Carbinatto - convidou-me a participar do projeto. Inicialmente, trabalhei de modo segmentado, abordando a importância da leitura para a qualidade de vida, ministrando palestras ocasionais sobre obras específicas de nossa literatura.

À medida em que o interesse dos alunos em torno do tema literatura se consolidava as portas se abriram, e tive oportunidade de oferecer um minicurso, cujo tema foi “Terapia Literária”. Estudamos “A Terceira Margem do Rio”, de Guimarães Rosa; A hora da estrela, de Clarice Lispector; o reencantamento do cotidiano na obra de Adélia Prado, entre outros.

A grande aceitação das aulas, envolvendo a leitura e a terapia literária, culminou, em 2008, no convite da Profª Andreia para que eu trabalhasse uma oficina semanal de leitura e criação literária. Elaborei o projeto com foco específico na vertente da função terapêutica da literatura, no despertamento da emoção estética provocada pela leitura sensível e não apenas inteligível.

O objetivo é que cada aluno aprenda a exercer sua subjetividade através da criação de textos; ou seja, exercer a subjetividade como potencial criativo para ressignificar

a própria vida. E, nesse contexto: “Entende-se subjetividade como um valor de poder criativo, uma potência de criar dispositivos novos, inovadores, uma intrincada e dialética (social – individual) produção de sentidos.” (MACHADO et AL, 2009, p. 1031).

Sob aspectos metodológicos, devido à diversidade de perfis dos alunos (alguns com formação superior e outros com poucos anos de estudo), optei por trabalhar com a Estética Recepcional (JAUSS, 1993) que concebe a arte literária com base na ação do leitor. Esse método propõe a integração do processo de conhecimento com a experiência desse leitor.

No final de 2008, ao observar os excelentes resultados da primeira edição da oficina, inscrevi a oficina no Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL. Em agosto de 2010, a “Oficina de Leitura e Criação Literária da Faculdade Terceira Idade Claretianas” foi selecionada para ser apresentada como destaque no III Seminário Internacional de Bibliotecas e III Fórum do PNLL. Sem dúvida, uma oportunidade diferenciada para divulgar um projeto construído por muitas mãos, por muitas histórias, e com muita paixão. A “nossa oficina”, como eu e os alunos gostamos de dizer, foi o único programa do interior paulista selecionado para participar do evento.

O reconhecimento público é um incentivo. Mas a grande motivação da Oficina, que já está em sua 5ª. Edição, é a colaboração irrestrita dos alunos. Não há recompensa que se compare a esta. Cada texto redigido, lido e comentado em sala de aula faz-nos acreditar na premissa de Walter Benjamin: “(...) a narração não criaria, muitas vezes, o clima apropriado e a condição mais favorável de uma cura? Não seria toda doença curável se ela se deixasse levar pela correnteza da narração até

a foz?” E Benjamin vai mais longe ao afirmar: “Resgatar a arte de narrar e ouvir narrativas também propõe o resgate da subjetividade do sujeito.”

Através dos textos literários estudados, e dos textos criados pelos alunos, juntos estamos criando um espaço para vivenciar de modo terapêutico aquilo que, inutilmente, tentamos evitar: “(...) as dores da condição humana (finitude, envelhecimento, angústias, conflitos)” (MACHADO et AL, 2009).

Também, apostei na abordagem dos vínculos entre literatura e memória, e, juntamente com os alunos, estudamos as questões da recordação e do esquecimento como uma prática social que pode se amalgamar às experiências de leitura e de produção literária. Juntos, entendemos os intrigantes versos de Cecília Meireles:

Vejo as asas, sinto os passos/
De meus anjos e palhaços/
Numa ambígua trajetória/
De que sou o espelho e a história./

Murmuro para mim mesma:/
É tudo imaginação!/ Mas sei que tudo é memória (MEIRELES, 1994).

Sob o aspecto do duo literatura/memória, através dos contos, poemas e crônicas lidas encontramos uma espécie de “fio condutor” - a possibilidade de preservar valores tradicionais, valores da cultura, valores familiares que remetem, primeiramente, à organização familiar que experimentamos, mas, no segundo momento, falam de toda a teia social que vivenciamos em dada época. Aqui, se entrelaçam literatura e história oral.

Alguns exercícios propostos em “nossa oficina” desafiam os alunos a recuperarem aspectos de seu passado. Mas, quando compartilhamos esses aspectos, quando aquela lembrança que é específica

de cada um se transforma num relato público ela ganha uma dimensão social, influencia os ouvintes, faz com que outros ampliem sua experiência. Transforma-se em ficção.

É assim que, juntos, temos resgatados histórias que falam de uma Rio Claro que não conhecíamos: a cidade da Teresona e do Bertão (relato da Dra. Licia M. Perin); a cidade que tinha a “escola do quilombo” (relato da Sra. Mariangela Pezzotti); as histórias que ninguém contou, relacionadas ao racismo e preconceito de classes (relatos da Geni Bizzo e da Cidinha Nicoletti).

Cito pequenos exemplos, entre tantas belas narrativas que temos partilhado em “nossa oficina”, para dar voz e sangue ao pressuposto de Halbwachs: “Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória.” ●

REFERÊNCIAS

BARROS, M. de. Livro sobre nada. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

FONSECA, E. A palavra in-sensata: poesia e psicanálise. Escuta Editorial, 1993.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Ed. Centauro, 2006.

MACHADO et AL. Subjetividade e pós-modernidade na Enfermagem. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2009;11(4):1031-6. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n4/v11n4a30.htm>.

MEIRELES, C. Poesia Completa. São Paulo: Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.



Sra. Rosemarie B. G. Bóbbio, aluna da oficina lendo o seu texto.

Foto: Cristina Helena Sciarra Nonato



Turma de alunos da Oficina de Literatura da Faculdade da 3ª Idade Claretianas.

Foto: Cristina Helena Sciarra Nonato



Sra. Alice Ferreira, aluna da oficina lendo poema.

Foto: Cristina Helena Sciarra Nonato

Associação de Teatro Amador Rio-clarense - A.T.A.R.

Cerjio Mantovani

*Ferrovário, diretor artístico, ator, contador de histórias,
cantor de músicas italianas, declamador, produtor cinematográfico e palhaço.*

Estavam em atividade o Grupo Dramático São Pedro, fundado em 1943 e dirigido por Olívio Mantovani; o Teatro dos Ferrovários, fundado em 1950 e dirigido por Cerjio Mantovani; o Teatro Cultura Artística Samuel Klainer, fundado em 1930, mas desativado até 1956 quando foi reativado e dirigido por Hélio da S. Matos; o Grupo Dramático Indaiá, fundado em 1956 e dirigido por Ernestino Pereira; o Grupo Dramático São Luiz, fundado em 1957 e dirigido por Jácomo Gracioli; e, finalmente, o Grupo Dramático Padre Vitório Nardon, sem direção artística, pois os próprios atores se dirigiam.

Corria o ano de 1957 quando o ilustre deputado rio-clarense Dr. José Felício Castellano, o Gijo, então presidente do Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, entusiasmado com a efervescência do teatro amador em Rio Claro, idealizou, organizou e realizou o “1º FESTIVAL BRASILEIRO DE TEATRO AMADOR”, com a participação, é claro, de seis grupos atuantes naquele momento.

A Comissão Julgadora foi constituída por Vicente Margara, Alberto Tim, Carlos José, Domingos Fernandes, Renato Bonini, J. Triste, Benedito Marques, Joaquina Epiphanyo, Coralice Prado e Ribeiro Mancuso. Como vemos, todos, de alguma forma, ligados às artes: teatro, poesia, crônica, jornalismo...

No primeiro turno, restrito aos dramas, saíram vencedores: o Teatro dos Ferrovários como o melhor elenco, Olívio Mantovani, do Grupo Dramático São Pedro, como 1º ator e Wanda Goi, do mesmo grupo, como 1ª atriz.

No segundo turno, reservado às comédias, venceram: Grupo Dramático São Pedro e Teatro Cultura Artística Samuel Klainer empatando como melhores elencos, William Holland, do Ferrovário como 1º ator e Maria Adelina Mantovani como 1ª atriz.

Terminado o segundo turno, realizado em 1958, o sucesso foi tão deslumbrante que os dirigentes dos grupos decidiram unir-se em uma associação para estimular e difundir o teatro por todos os meios possíveis.

Assim surge, em setembro de 1958, a “ASSOCIAÇÃO DO TEATRO AMADOR RIO-CLARENSE” - A.T.A.R. tendo sido eleitos, pelos dirigentes dos grupos de teatro, o grande incentivador Dr. Milulo Montenegro para presidi-la e Luzo dos Santos Ferro, vice presidente, e Helio Jorge dos Santos, secretário. À essa altura já se havia criado o Grupo Dramático São Gonçalo, depois renomeado, “Associação Artística Eletricitária”, dirigida por Archangelo José Cezar. Diga-se de passagem que também existia, desde 1941, o Grupo Teatral São José da Casa de Nossa Senhora, dirigido por Afonso Cezar, que, por desconhecidas razões, nunca se juntou aos demais.

A imprensa, falada e escrita, rio-clarense, através dos jornais “Cidade de Rio Claro”, “Diário do Rio Claro”, “Jornal de Rio Claro”, “Rádio Clube de Rio

Claro” e “Rádio Educação e Cultura”, teve papel importante na evolução do nosso teatro, pois, seus cronistas como Ribeiro Mancuso, J. Triste, Luzo dos Santos Ferro, Helio Bergamasco, Walderez, Escribas, Altino Silva, Violeta, Miguel Simões Chaves, Olga Passafaro e alguns outros, jamais se furtaram a divulgar e comentar as apresentações dos grupos, criticando positivamente, quer elogiando ou puxando a orelha de algum ator, atriz ou diretor que por desventura tivesse cometido quaisquer deslizes.

Alavancada por esse apoio incontestável da imprensa e de autoridades, tais como Dalva Christofolletti Paes da Silva, na época Secretária Municipal da Cultura, Deputado Estadual Dr. José Felício Castellano já guindado a Secretário Estadual da Cultura, a A.T.A.R. mobilizou-se e engendrou o primeiro espetáculo realizado por um conjunto de atores e atrizes oriundos dos Grupos Teatrais existentes, sendo convidado para dirigir essa “seleção” Olívio Mantovani, coadjuvado por João Batista de Andrade Filho. A peça escolhida foi “ONDE ESTÁS FELICIDADE” de Luiz Iglesias. O elenco convocado foi: Wanda Goi, Adhemar Cattuzo, Wilma Winckler e Leonilda Ap. Silva, do Grupo Dramático São Pedro; Eliza Adria Eichemberger, Belmiro F. de Almeida e Cerjio Mantovani, do Ferroviário; Ernestino Pereira, Aracy Stein, Armando Luiz Bonani e Elizabete Pinheiro, do Grupo Dramático Indaiá. O espetáculo aconteceu no dia 24 de abril de 1959 no Cine Variedades. O sucesso foi total. O público aplaudiu em pé.

Em 1966, a A.T.A.R., atendendo ao Conselho Municipal de Turismo e Cultura de Rio Claro encetou nova jornada no sentido de montar um espetáculo a ser exibido no aniversário da cidade, no mês de junho. Reunidos, os dirigentes dos Grupos optaram por um clássico da literatura universal: “Antígone”, de Sófocles. Cerjio Mantovani foi o escolhido para di-

rigir e levar a bom termo o projeto, sendo coadjuvado por Archangelo José Cezar. Após um estudo do texto, foram selecionados os seguintes atores e atrizes: Maria do Carmo Franzini, Neusa Maria Scaravatto, Wanda Goi, Armando Luiz Bonani, Irineu Trivelatto, Cerjio Mantovani, Belmiro F. De Almeida, Ubaldino Spatt, Wilsom Silva, Ricardo Freitas, Hernani de Palma, Raul Krigner, Carlos Crivelari, Pedro C. Riani, José A. Martinati, Alberto J. Catuzzo e René Newbawer. Esse espetáculo, depois de ser exibido em Rio Claro, participou da Final do IV Festival de Teatro Amador do Estado de São Paulo, realizada em São Carlos.

No ano de 1967, novamente a cidade é premiada, no mês do seu aniversário, com um espetáculo de grande monta. A.T.A.R. e o Conselho Municipal de Turismo e Cultura se juntam para encenar outro grande clássico: “ÉDIPO, REI”, também de Sófocles.

Novamente Cerjio Mantovani é posto à frente, com a coadjuvação de Archangelo José Cezar para realizar o projeto. Mais uma vez são chamados atores e atrizes dos grupos em atividade. Foram eles: Irineu Trivelatto, Nair Cãnola, Belmiro de Almeida, Hernani de Palma, Ubaldino Spatt, Helio Bergamasco, Arlindo Baumgartner, Silvia Cãnola, Antonio Mantovani, Denise Bergamasco, Rosemeire de Almeida, e seis coreutas.

Além dessa prestação de serviços às entidades municipais, a A.T.A.R. realizou os Festivais de teatro, um por ano, desde 1958 até 1970.

Em 1964 a Comissão Estadual de Teatro iniciou a popularização do teatro realizando Festivais em todo o estado. Dividiu o estado em regiões e em cada região escolheu uma cidade para ali instalar uma Federação de teatro.

Coube a Rio Claro, graças ao excelente movimento teatral, aqui existente, sediar a FEDERAÇÃO ESTADUAL DE TEATRO AMADOR



Elenco da peça “Onde estás felicidade”
1º espetáculo da A.T.A.R.



Wilma Winckler, Wanda Goi e
Cerjio Mantovani. Peça “Onde estás felicidade”

DA MÉDIA PAULISTA – FETAMP.

A partir daí as funções da A.T.A.R. e FETAMP começaram a mesclar-se e a A.T.A.R. que não tinha personalidade jurídica tendeu a desaparecer. Substituí-a a FETAMP que, não tendo alguém com pulso para administrá-la, foi entregue de mão beijada a Piracicaba.

EIS O FIM DA A.T.A.R.
UMA ENTIDADE CRIADA POR
IDEALISTAS QUE DESEJARAM
ENSINAR E EDUCAR COM A
FORÇA DO TEATRO. ●

Rio Claro revela sua História II

Cantos e Encantos da Ferrovia

Maria Teresa de Arruda Campos

Psicóloga, pedagoga, doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp, superintendente do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, SP.

E-mail: teresa.arruda2010@gmail.com



Gilberto de Campos Nogueira – Estação de Trem

Estar na comunidade fazendo parte dela, trazendo para dentro do Arquivo sua história viva repleta de curiosidades, de segredos e de desafios: esse tem sido o foco dessa Autarquia que completa seus trinta e um anos de vida nesse outubro de 2010. O mais importante desse tipo de trabalho que o Arquivo Público pode e deve realizar é ajudar nossa gente a olhar para a cidade e presentear a cada um de nós com esse seu olhar e com isso, provocar em nós um certo espanto. Espanto é algo que nos move, que nos faz lembrar que nosso coração bate, que olha em nós aquilo que, às vezes, não conseguimos enxergar.

O espanto nos move, nos tira o sossego de achar que tudo está no seu lugar e nos faz deixar de naturalizar o que está posto como sendo aquilo que “sempre foi assim”. O espanto nos move a querer mais, a acreditar que podemos ousar construir um tempo de mais justiça, de direitos garantidos e de mais alegria para todos. Quando estamos sossegados, algo está morrendo em nós... A vida é o porvir.

O concurso fotográfico Rio Claro Revela sua História realizado em 2010 foi organizado por uma comissão composta por: Kátia Guidotti, Onivaldo Dagnollo, Renê Neubauer, Maryzilda Couto Campos, Marisa Campos e Teresa Arruda. Esse segundo ano do concurso contou com cinquenta e oito fotografos e duzentas e três fotografias de pessoas que aderiram ao nosso apelo, que ouviram nosso chamado sem perguntar quanto ganhariam por sua dedicação, por seu tempo, por sua participação. É muito bom saber que a arte em Rio Claro conta com pessoas assim e que com elas novos elementos podem nos chamar para avançar no processo civilizatório que tanto almejamos.

Fizeram parte do corpo de jurados, em 2010: Marisa Campos, professora e fotógrafa amadora; Lourival Isler Junior, fotógrafo e professor de fotografia nas Faculdades Claretianas; Leopoldo Laium, fotógrafo e publicitário; Teresa Arruda, psicóloga, doutoranda em Educação e superintendente do Arquivo e Renê Mainardi, artista multimídia e curador do concurso e da exposição.

Interessante o envolvimento e o reconhecimento da equipe do arquivo na produção do concurso e da exposição. O coquetel e abertura da exposição aconteceu no Casa-rão da Cultura, equipamento ligado à Secretaria Municipal de Cultura.

Patrocinaram os prêmios oferecidos do 1º. ao 5o. lugar, o Jornal Cidade, o Supermercado Pantoja, a OMNI Informática e Sub-sede da Gaviões da Fiel.

Durante o período da exposição, o fotógrafo piracicabano Júlio César Garbellini brindou a cidade com uma mostra de fotos de sua autoria também sobre a ferrovia. Com seu olhar atento e sensível, o fotógrafo pode apresentar o que produziu sobre o tema, qualificando ainda mais positivamente o Concurso.

Algumas pessoas podem perguntar o porquê um Arquivo Público e Histórico realiza esse tipo de concurso. A resposta é simples quando se pode entender que a missão de um Arquivo não é somente a de guardar os documentos, mas produzir conhecimento. É contribuir para que a comunidade se veja como participe de sua história, que olhe para o seu dia-a-dia e veja que ele poderá ter sua contribuição mais ativa, mais presente, mais integrada às suas necessidades. Só se cuida daquilo que faz sentido, do que lhe é caro, do que provoca sentimento de pertença. Sentir-se par-

te da história de sua cidade favorece esses sentimentos e esse tipo de atividade provoca isso, provoca adesão e participação na comunidade.

A fotografia tem essa magia, ela pode perpetuar um instante, registrar um momento, sugerir uma atitude. É arte construída ao longo do nosso processo civilizatório que desencadeou uma grande produção científica, reunindo elementos da física, da química, das ciências humanas. A fotografia não é neutra como nenhuma arte e nenhuma ciência é. Ela mostra e denuncia o belo e o feio, a justiça e a injustiça, a alegria e a tristeza, o medo e a esperança...

O Concurso fotográfico Rio Claro Revela sua História visa ainda contribuir para o registro atual de nossa cidade. Nesse ano optamos por registrar a nossa ferrovia, marco da economia e da cultura em nosso município desde sua criação em 11 de agosto de 1876.

A atual estação ferroviária foi inaugurada após reconstrução, em 1911 e com esses produtos prestamos nossa homenagem a esse cartão postal da Cidade Azul.

Assim, retratar a nossa ferrovia, o que representou e carregou em seus vagões demonstra o compromisso do Arquivo com o cuidado da cidade e de sua gente, importantes pontos da atual administração municipal. A ferrovia, marco que divide

a cidade em dois espaços distintos, o antes e o depois dos trilhos, está prestes a ter um novo desenho. A retirada dos trilhos de um trecho da ferrovia inviabilizará sua passagem pelo centro da cidade. Outra região de Rio Claro estará sendo ativada para esse fim. Em lugar dos trilhos, uma avenida que levará mais agilidade à cidade, necessidade desses tempos modernos onde esperar a passagem do trem numa porteira não cabe mais. O desenvolvimento da cidade exige uma integração que mudará a paisagem urbana da cidade. Parte do registro está nesse concurso outra parte na agenda para 2011 que está sendo produzida numa parceria entre o Arquivo, professoras e estagiárias do Curso de Arquitetura da Asser e deverá ser lançada no próximo novembro.

Aberto a todas as pessoas, residentes ou não em nossa cidade, de qualquer faixa etária, profissional ou amador, o concurso visa valorizar a arte fotográfica e essa forma de representação tão significativa de nossas vidas. Outros mais virão. Rio Claro tem sido palco de fotógrafos reconhecidos em vários pontos por sua criatividade e olhar sensível.

Mais uma vez a história está escrita pelas artes e por muitas mãos.

Além das obras premiadas, outros fotógrafos foram selecionados para participar da exposição. São eles:

“Participantes do Rio Claro revela sua História II”

Ana Rosa Baptista
Anderson Ap. Candido
Anita Sandroni
Benedito Rolim Saullo
Betto Colangelo
Camilo Cazonatto
Carla Priscila da Cunha
Cristina H. O. Queiroz
Danilo Correia Bernardes
Dayane Cristina Corrocher
Demétrio Tadeu Ceccatto
Edna Bonfim
Emerson Thiago Fontana
Felipe Guidotti Augusto

Gerson Roberto Queiroz
Gilberto de Campos Nogueira
Guilherme Gleriano de Moraes
Gustavo Polido
Ibrahim Cesar Nogueira de Souza
Josimeire Maira da Silva
Kelly Cristina Pascon
Marcelo Ramos Ribeiro
Marcos Antônio Fagadalli
Maria A. M. Cerri
Maria Angélica Ferreira
Mario Milani
Nathália Aparecida Ferreira
Raissa Klain Belchior

Raissa Rodrigues Villanova
Rhayssa Thassy Biotto
Rogério Laureano Gomes
Sâmara Roberta Martine Silva
Samuel Corrêa Bueno
Sebastião Luiz Miotto
Tábata Rafaela Cardoso da Cunha
Thalis Cristina de Oliveira Queiroz
Traléu F. O. Queiroz
Vagner Knetsch
Vitor Correia Bernardes
Wesley Henrique Zanoti
Willian Rodrigues Brandão

Premiados do 1º. ao 5º. Lugar:

1º. Lugar: Marcelo Ramos Ribeiro

O Tempo



Sala de Espera



2º Lugar: Danilo Correia Bernardes
Estação...Batovi



3º Lugar: Rogério Laureano Gomes
O Chefe da Estação de Rio Claro



4º Lugar: Guilherme Gleriano de
Moraes – Memórias em decom-
posição



5º Lugar: Gilberto de Campos
Nogueira – Trem

Menções Honrosas para:



Menção Honrosa Olhar Criativo:
Anita Sandroni - A vida nos trilhos

Menção Honrosa pelo Conjunto: Benedito Rolim Saullo



Manhã fria



Esquentando os motores



Viagem de madrugada

Menção Honrosa pelo Conjunto: Demétrio Tadeu Ceccatto



Locomotiva



Linha Férrea



Vagões Tanques



Menção Honrosa Olhar Inusitado:
Cristina Helena de Oliveira Queiroz - O Céu
e a Estação

Menção Honrosa Olhar Sensível: Sebastião Luiz Miotto



Em azul



Resistência



Para outras viagens



Menção Honrosa Olhar Criativo:
Marcos Antonio Fegadolli - Fascinação



Sinal de vida



Nunca mais

Menção Honrosa pelo Conjunto: Felipe Guidotti Augusto



Trilhos azuis da Cidade Azul



Trilhos sem fim



Pontualmente Rio Claro



Em cima do Trilho, cadê o trem?

Menção Honrosa pelo Conjunto: Vagner Knetsch



Encruzilhadas



Que hora é?



Pare



O vagão



Trem das cinco

Memória Viva: arte, cultura e história

Ana Carolina Rios Gomes

Geógrafa, Mestranda em Geografia pela Unesp de Rio Claro, Analista Cultural do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro-SP. E-mail: carol.rios@gmail.com

Carolina Pinto da Silva

Licenciada em Geografia e aluna do Bacharelado Regular do curso de Geografia da UNESP de Rio Claro. Estagiária do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. E-mail: cagolina@gmail.com

Maria Teresa de Arruda Campos

Psicóloga, Pedagoga, Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp, Superintendente do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, SP. E-mail: teresa.arruda2010@gmail.com

O Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó” vem trabalhando para adequar-se às novas tecnologias com o intuito de disponibilizar e mapear toda sua documentação histórica. Por meio do projeto *Memória Viva: arte, cultura e história*, a Autarquia busca preencher as lacunas da história através do registro em vídeo da história oral, lançando luz sobre os fragmentos ocultos da história de nossa cidade - fatos que se perderiam no tempo e no espaço se não fossem retratados por seus cidadãos.

O projeto utiliza-se de software livre e tem como parceiros a UNESP (Campus de Rio Claro), o *Ponto de Cultura Rio Claro Cidade Viva* e o Grupo *Kino Olho*. Nosso principal objetivo é registrar a vida e a história de cidadãos até aqui silenciados e desvalorizados historicamente.

Queremos apontar para um novo conceito de história, viva, onde outras pessoas até então desvalorizadas possam saber-se importantes e possam com isso olhar para suas vidas e para a vida da cidade como partícipes. Enquanto os assuntos escolhidos pela elite como dignos de nota são devidamente registrados nos jornais e fotografados, diversas manifestações somente ficam registradas nas memórias daqueles que delas participaram. Quanta riqueza da aventura humana não foi ignorada com o passar dos anos?

Os jornais, livros, fotos e documentos, devido a implicações sociais e econômicas, são um recorte limitado de tudo o que ocorreu. É a história de fazendeiros, comerciantes e barões. As outras histórias, por serem plurais, sobrevivem até que sejam transmitidas para uma nova geração ou são perdidas para sempre, e grande parte desse conhecimento nunca é passado para frente. Um idoso que falece é toda uma biblioteca que se queima. Cada testemunho oral torna-se um recurso para a elaboração de documentos e arquivamento, proporcionando a análise de diferentes contextos históricos e facilitando o enten-

dimento dos processos sociais.

É com esta preocupação que estas outras histórias, ignoradas pela historiografia oficial, são narradas por seus protagonistas e apreendidas e registradas através do uso de recursos audiovisuais.

O *Memória Viva* é formado por uma equipe de estagiários responsável pelo levantamento de possíveis temas e depoentes, entrevistas, gravações, edição do material e finalização do documentário, utilizando a metodologia da História Oral. Ao longo do processo de produção, os entrevistados apresentam suas histórias, mostram documentos e fotografias que, de alguma forma, comprovam suas falas e, ainda, sugerem outros personagens, cujas histórias também devem ser registradas e divulgadas pelo *Portal*. A íntegra do material é incorporada ao acervo do Arquivo, enquanto o material editado é divulgado no *Portal Memória Viva* e em eventos da Autarquia e da cidade, como forma de tornar públicas histórias até então desconhecidas.

São histórias orais de vida e temáticas que valorizam os aspectos subjetivos do comportamento narrativo e traçam um recorte histórico a partir do presente – o chamado documento vivo, do aqui e agora – para o passado. É a memória viva capturada em bits & bytes e compartilhada com todos. A velha e enriquecedora arte de contar histórias traçando coletivamente, com base em diversos relatos, histórias e acontecimentos, a identidade do município.

Apesar de recente, o projeto conta com um número considerável de documentários finalizados, além dos que estão sendo produzidos no momento. Como consequência deste trabalho, a iniciativa *Memória Viva: arte, cultura e história* está entre as 40 do país, e entre as 10 na categoria Gestor Público, classificadas como finalistas da **3ª Edição do Prêmio Cultura Viva**. Este prêmio reconhece e procura dar visibilidade a práti-

cas culturais de todo o território nacional, visando promover a difusão da diversidade cultural do Brasil. Criado em 2005, o prêmio integra as ações do Programa Memória Viva – idealizado pelo Ministério da Cultura e patrocinado pela Petrobrás, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

Documentários produzidos pelo
Portal Memória Viva



Almerindo Zotarelli

Narra o feito histórico de Almerindo Luis Zotarelli, o mais jovem a pilotar um avião com apenas 13 anos e 7 meses de idade, sobrevoando a cidade de Rio Claro-SP no ano de 1942. Relatando essa história ocorrida durante sua infância, podemos reconhecer um acontecimento histórico com repercussão nacional, confirmado por meio de um telegrama de Getúlio Vargas e o testemunho da aquisição de terras para construir a Academia da Força Aérea, em Pirassunga-SP.

Equipe de produção: Guilherme Souza, João Paulo Miranda.

Rio Claro – Fevereiro/2010



Encontro com o Romantismo

Desvenda a origem das Serestas na cidade. Recorrendo às memórias da juventude, Ney Fina e Narciso Trevilatto contam sobre uma Rio Claro das décadas de 1940 e 1950, onde a noite e o silêncio compunham o cenário que inspirava os jovens músicos populares a embalsarem serenatas sob as janelas das moças. Os músicos explicam o que é a serenata, expressam suas visões em relação ao jovem de hoje e o abordam o significado do que foi vivido: emoção, sensibilidade, poesia e música.

Equipe de Produção: Carolina Pinto da Silva, Lesley de Souza Silva, Lívia Perez, Willian Brandão.

Rio Claro – Maio/2010



Orquidófilos

Registra a história do Círculo Rio-clarense de Orquidófilos e explica as motivações que levam muitos rio-clarense a se dedicarem à arte do cultivo de orquídeas: o cuidado e a paciência, os processos laboratoriais envolvidos na produção das orquídeas, o amor pela arte do cultivo transmitido através de gerações. Participação de Augusto Krugner, Henrique Krugner e Roberto Ferreira.

Equipe de produção: João Paulo Miranda, Carolina Pinto da Silva e Willian Brandão

Rio Claro – Junho/2010



O Tamoio

Recorte da trajetória do negro na cidade de Rio Claro a partir da história do Clube Tamoio, seu significado, representação e importância para essa comunidade. Contamos com a participação de Dona Olga Maurício Mendonça, que nos retratou a origem do Clube como uma alternativa de resistência ao preconceito sofrido pelos negros na cidade, e com o olhar de Kizie de Paula Aguiar sobre a importância do espaço para os adolescentes e jovens negros de hoje.

Equipe de produção: Guilherme Serapião e João Paulo Miranda.

Rio Claro – Julho/2010



Uma Homenagem à Olga Maurício

Homenagem à cidadã rio-clarense Olga Maurício Mendonça, símbolo da resistência negra na cidade de Rio Claro, fa-

lecida em 02 de julho de 2010. Dona Olga nos conta parte de sua trajetória de vida: sua infância, sua família e os preconceitos enfrentados por ser negra.

Equipe de produção: Lesley de Souza Silva, Carolina Pinto da Silva e Willian Brandão

Rio Claro – Julho/2010



Durval Augusto

Durvalzinho do pandeiro conta como colocou sua Escola de Samba “Grassifs - A Voz do Morro” nas ruas de Rio Claro na década de 1950. Durval se coloca como um dos protagonistas do início de uma mudança na história da comunidade negra ao lutar para que seus iguais conquistassem um espaço na avenida e para que pudessem se manifestar por meio de suas letras, melodias, batuques e gingado. O gingado para lidar com o preconceito. O samba como resistência.

Equipe de produção: Lesley de Souza Silva, Carolina Pinto da Silva, Willian Brandão, Júlio César Pedroso, Kátia Guidotti e Maria Teresa de Arruda Campos.

Rio Claro – Agosto/2010



Salve o Velo Clube, Galo de Vitória mil...

Retrata a origem do time rio-clarense, contando seu início e principais jogadores por meio dos relatos de José Roberto Sotero, José Otávio Sanches Varela (atual dirigente do clube), e dos ex-jogadores Vicente Pero Portes, Jaime Luiz Fiório e Tito Lívio Maule. O documentário apanha impressões pessoais daqueles que fizeram parte de sua História. Os 100 anos de história do Velo Clube Rio-clarense torna-se documentário por meio da contribuição valiosa dos pesquisadores José Roberto Sotero e Nelcy Poletto.

Equipe de produção: Guilherme Serapião, Aline Picelli, Willian Brandão, Thiago Santos e João Paulo Miranda.

Rio Claro – Agosto/2010

GIJO, um Homem de todos os tempos

Luis Antônio de Arruda Campos

Advogado

Sempre considerei um privilégio ser amigo de José Felício Castellano. Assim que me mudei para Rio Claro, a saudosa Cidade Azul, tive a felicidade de conhecer um moço chamado Benito. Depois conheci seu irmão o Gijo. As características de ambos, creio que por atavismo, se identificavam. Ambos quando encontravam na rua com uma pessoa tinham o mesmo costume de chamá-las pelo nome ou apelido. Eu me sentia muito importante, já que, aos quatorze anos, ambos me cumprimentavam pelo apelido: Bom dia Dêde, o que dava uma impressão de amizade e que éramos bastante considerados. E assim iam pelas ruas e avenidas de Rio Claro distribuindo cumprimentos: Bom dia Di, Bom dia Juca, Bom dia Boca e assim por diante.

O Benito ia me buscar com uma “Chimbica” (carro) preta e passávamos nas casas de outros meninos para jogarmos no infantil do Velo, clube do nosso coração. Para nós crianças era uma mordomia. Sempre liguei os dois irmãos. Nunca falo do Gijo sem lembrar do Benito e vice-versa. Quando me despedi do Benito e quando me formei na faculdade e me despedi do funcionalismo público, despedindo-me do amigo Gijo, senti uma imensa sensação de perda.

Ambos foram pessoas que se arraigaram nos corações dos amigos e não desaparecerão, jamais, de nossos pensamentos. São pessoas especiais. Guimarães Rosa disse: “Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nós nos detivermos em nossa imagem quando iniciamos e ao término, certamente lembraremos de quanto nos custou chegar até o ponto final e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas somos mais justos. Sabemos mais uns dos outros e é por esse motivo que dizer adeus se torna complicado. Digamos então que nada se perderá. Pelo menos dentro da gente”.

Quando fui servir à pátria, no então TG-40, lá estava o Gijo ministrando aulas de cidadania, representando o Sesi. Fiquei bastante orgulhoso de receber, no fim do ano, uma nota dez do ilustre professor.

Mais tarde, quando cursava o quarto ano da saudosa Faculdade do Largo São Francisco, a velha sempre nova Academia, prestei um concurso público e pude escolher o local onde iria trabalhar. Preferi um local vizinho da Faculdade, pois daria tempo de comer um sanduíche antes da primeira aula.

Na ocasião, não gostei do serviço que era burocrático demais e recorri ao amigo Gijo para que me tirasse daquele inferno.

Imediatamente fui atendido. O Gijo era Chefe de Gabinete do Governador e me atendeu como sempre: Bom dia Dêde.

Foi um orgulho trabalhar com aquele homem digno e honesto que eu conhecia formalmente e pude constatar sua competência e inteligência, na prática, sempre a favor do bem e dos mais desfavorecidos.

Não era um homem de Gabinete. Fazia suas visitas e seus contactos com todas as personalidades da época e visitava, constantemente, os locais sob sua administração. Criou a Secretaria da Promoção Social. Já naquela época os problemas dos menores abandonados foram estudados pelo Gijo e deixou inúmeros trabalhos, levantamentos, estudos e orientações para seus sucessores. Tinha especial cuidado com os velinhos e destinava a eles recursos e materiais indispensáveis. Ajudava, também, as Santas Casas, fornecendo verbas para reformas e manutenções.

Além disso, o Gijo fazia intercâmbios entre os municípios, principalmente entre os municípios vizinhos. Criou uma espécie de Consórcio entre os Municípios. Se em Piracicaba havia um trator e em Rio Claro havia uma empilhadeira, os municípios faziam uma troca para resolverem seus problemas específicos e depois devolviam as máquinas emprestadas. Eram idéias muito avançadas para a época. Tinha uma equipe muito eclética: bons políticos, trouxe para trabalhar com ele o intelectual Miroel Silveira, que salvou a maior parte de acervo da Pinacoteca Paulista, que militares despreparados queriam destruir e Miroel escondeu. Trouxe, também, Ademar Ferreira da Silva o recordista mundial e olímpico do salto triplo e trouxe muitas outras pessoas capacitadas e, inclusive, a Cristina que foi minha namorada e madrinha de Formatura e com quem eu quase me



José Felício Castellano - GJO

casei. Muitas das realizações de Gijo perduram até hoje e servem de embasamento para novas idéias.

Sou grato ao Gijo. Muito aprendi com seu exemplo de cidadania, com sua simplicidade, com sua capacidade e com sua inteligência.

A escritora americana Rachel Naomi Kemer, autora do livro “As bênçãos do meu avô” definiu a forma de comportamento de homens da estirpe do Gijo, a saber: “O profissionalismo revestiu o ato de servir com uma certa neutralidade e distância. Entretanto, no nível mais profundo, servir é ligar-se com o outro e com o mundo que nos cerca. É essa ligação que nos dá o poder de abençoar a vida nos outros. Sem a ligação, a vida que existe neles não responderá a nossa ação”.

Toda a geração da minha

época em Rio Claro admirava aquele representante do povo que era exemplo de fidalguia e de honestidade (ser honesto era apenas um detalhe naqueles bons tempos).

Quando fico comparando aqueles políticos da estirpe de um Gijo com certos políticos que vieram posteriormente, fico triste e envergonhado, infelizmente. Como o Gijo faz falta na política! Como seu exemplo e sua presença fazem falta!

Tomo a liberdade de, pensando em meu homenageado, citar Fernando Pessoa que retrata o meu amigo, o amigo de Rio Claro, o nosso amigo Gijo: “O Valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”. ●

João Rehder Neto: O Tigre Brasileiro e Orgulho de Rio Claro

Américo Valdanha Netto

Doutorando em Ciências da Motricidade – UNESP Rio Claro

José Roberto Gnecco

Prof. Dr. UNESP – Rio Claro

“Assim, vinham paralelos a maquina e seu competidor, até o fim da reta, quando o ferroviário alegremente apitava, continuando sua viagem até a estação”.
Federação Paulista de Atletismo, 1983

O COMEÇO DO CAMPEÃO

Em 19 de outubro de 1905 nascia João Rehder Neto, filho de imigrantes alemães que chegaram à cidade de Rio Claro, motivados pela forte presença de outros imigrantes alemães, para trabalhar na lavoura e também inspirados pela “Escola Alemã”, posterior “Colégio Koelle”, onde seus filhos teriam a oportunidade de estudar nos moldes alemães. “Foi nessa escola que Rehder Neto encontrou ambiente ideal para desenvolver suas aptidões” (REVISTA CONTRA O RELÓGIO, 1997, p. 40). Aos 15 anos praticava Ciclismo, no Velo Clube de Rio Claro, com o passar dos anos mostrava habilidades para o Basquetebol e Futebol, mas se interessou pelo Atletismo. Em 16 de março de 1930, influenciado por parentes inscreveu-se no Campeonato de Estreantes do Clube Campineiro de Regatas de Natação, no qual venceu sete provas. O interessante dessa competição fica por conta do trecho retirado do jornal “A gazeta Esportiva”:

Quando era jovem costumava Rehder Neto visitar sempre os familiares de sua mãe que moravam em Campinas, quando foi levado por alguns primos ao clube campineiro de regatas, e ficou entusiasmado pelo campeonato de atletismo que ocorreria alguns dias depois, resolveu se inscrever em oito provas. Era um campeonato de estreantes, assim o fato despertou incredulidade em todos sobre a sua capacidade esportiva, uma vez que ele desconhecia a mais elementar regra e nada sabia da técnica de qualquer prova. Ele ganhou sete provas e classificou-se em segundo lugar em outra. (NETTO, 1975, p. Folha Solta)

O ATLETISMO E A PECULIARIDADE DOS TREINAMENTOS

Considerado o esporte-base, por testar todas as características básicas do homem, o atletismo não se limita somente à resistência física, mas integra essa resistência à habilidade física. Comporta três conjuntos de provas, disputadas individualmente que são as corridas, os saltos e os lançamentos. Conforme as regras de cada jogo, as competições realizadas em equipes somam pontos que seus membros obtêm em cada uma das modalidades. A história do Atletismo começa com os primórdios de nossa civilização. O homem das cavernas,

de forma natural, praticava uma série de movimentos, seja nas atividades de caça ou em sua defesa própria. Ele saltava, corria, lançava, enfim desenvolvia uma série de habilidades atualmente relacionadas com as diversas provas de uma competição de atletismo. Pode-se verificar que as provas de atletismo são atividades naturais e fundamentais do homem: o andar, o correr, o saltar e o arremessar.

João Rehder Neto se dedicou ao decatlo, competição do atletismo composta por 10 provas que envolvem diferentes capacidades: corrida de 100m rasos, salto em distância, arremesso de peso, salto em altura, corrida de 400m rasos, arremesso de disco, corrida de 110m sob barreiras, salto com vara, arremesso de dardo e corrida de 1.500m rasos. O decatlo é um símbolo dos Jogos Olímpicos. A prova tem por objetivo apontar o atleta mais completo. É a mais estafante das competições. O que exige do atleta um forte e especializado treinamento.

Nessa época, 1930, Rio Claro não contava com um campo próprio para treinamento do atletismo, tão pouco havia na cidade pessoas com conhecimento sobre treinamentos para melhora da *performance* de atletas. Distante das capitais, João Rehder Neto desenvolveu formas peculiares de treinamento, como afirma Roberto Palmari em seu discurso durante a abertura dos 51º Jogos Abertos do Interior, no ano de 1986, realizados em Rio Claro:

Para ganhar velocidade, corria ao lado de velhas locomotivas. Para saltar melhor, servia-se de abandonados barris em fundos de quintais, e, para arremessos mais firmes, empilhados tijolos. Ensinou-lhe agilidade o gato. Os segredos dos vôos, pássaros libertos, pois outros mestres não teve, nem lhe fora preciso. (PALMARI, 1986)

As palavras de Roberto Palmari deixam muito clara a relação das técnicas de treinamento de Rehder Neto com o cotidiano em sua volta. Ele treinava seus arremessos e saltos no quintal do depósito de álcool



Equipe brasileira no Porto de Santos. Embarque para o XI Campeonato sul-americano de Atletismo em Lima, no Peru, em 1939. (João Rehder é o 4º da direita para a esquerda). Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder

e gás carbônico de seu pai, com quem trabalhava. As corridas eram feitas na estrada entre Rio Claro e Santa Gertrudes, onde ele “apostava” corrida com os trens de carga da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Acertava com os maquinistas (que ele conhecia por residirem em Rio Claro) e ficava a espera do trem que chega às 5 da tarde. O maquinista, já prevenido, na última curva para chegar à reta combinava, dava os apitos convencionais e acertava a velocidade do comboio. Assim vinham paralelos à locomotiva e o seu “competidor”, até o fim da reta, quando o ferroviário alegremente apitava, continuando sua viagem. (JOÃO Rehder..., 1997, p.40)

Os treinamentos de arremesso de dardo também eram realizados no quintal de sua casa. Famoso por sua pontaria sempre havia um amigo disposto a colocar uma lata de massa de tomate sobre sua cabeça para que Rehder Neto arremessasse o dardo certo. Outra particularidade dos treinamentos com o dardo, eram os momentos que o mesmo tinha o desejo de enviar um bilhete para sua namorada que costumava esperar pela passagem da condução no portão do Horto Florestal de Rio Claro que não

ficava muito distante do portão do quintal de sua casa, assim, Rehder Neto prendia um bilhete na ponta do dardo e o lançava em direção ao poste.

Em 1935, com ajuda dos amigos construiu, em espaço cedido pelo Velo Clube, antiga equipe de ciclismo que nesse período se dedicava unicamente ao futebol, uma caixa de areia para treino dos saltos. Local que permanece até os dias atuais sendo utilizado pelos atletas da equipe de futebol do Velo Clube.

DE ATLETA AMADOR A REVOLUCIONÁRIO; O INÍCIO NO CLUBE GERMÂNIA

Após sua estréia em 1930, na competição de estreantes na cidade de Campinas, Rehder Neto participa do Campeonato Paulista de estreantes da Federação Paulista de Atletismo, onde ganha os títulos das modalidades de salto em extensão e salto em altura. Esta competição também marca sua primeira participação no Decatlo. Em 1931, representa o Brasil nos Jogos Sul Americanos da Argentina, em Buenos Aires, onde alcança o quarto lugar do salto triplo.

Logo no início teve de interromper sua carreira de atleta, devido a seu alistamento voluntário na Revolução Constitucionalista de 1932.

A Revolução Constitucionalista de 1932 veio interromper as competições esportivas e a nossa juventude partiu para os “fronts” na defesa dos ideais paulistas. João Rehder Neto e seu irmão Walter alistam-se como voluntários. (NETTO, 1975, p. Folha Solta)

Terminada a Revolução, de volta à ativa no esporte, Rehder Neto, em 1933, passa a competir pelo Esporte Clube Germânia, hoje conhecido como Esporte Clube Pinheiros, da cidade de São Paulo. Sua primeira competição pelo novo clube é um desafio entre Brasil e Japão e ao final do desafio, João Rehder Neto é considerado o melhor saltador brasileiro da época.

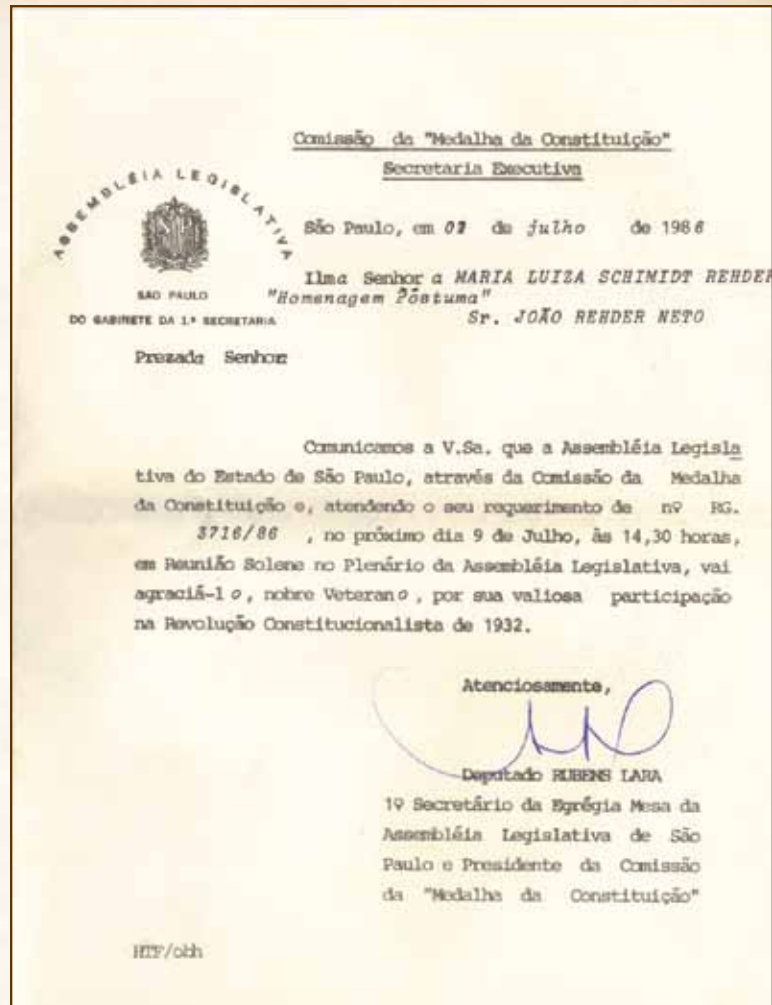
Defendendo o clube Germânia, porém vivendo e treinando em Rio Claro, Rehder Neto começa a colher resultados expressivos: em 1933 faz o recorde brasileiro de salto triplo com a marca de 13,15 m durante o campeonato paulista. Em 1934 marca o recorde brasileiro de salto em extensão em 7,22 m durante o “troféu Prado Junior” realizado no Clube Paulistano. No Chile, em 1935, vence o título sul americano de salto em extensão. Durante campeonato estadual em 1936 bate seu próprio recorde do salto triplo, atingindo a marca de 13,80 m.

O NOME NACIONAL

Os resultados conquistados nos últimos anos, desde que iniciou os trabalhos no clube Germânia, principalmente durante os jogos sul americanos no Chile, levaram João Rehder Neto às páginas dos principais Jornais Esportivos da época. Sua presença nos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936 era dada como certa:

Entretanto isto não aconteceu, porque nas últimas eliminatórias ele sofreu um acidente no pé esquerdo, que o reteve por dois meses fora das pistas, ocasião em que o próprio médico opinou que ele não voltaria a ter condições para o atletismo. (NETTO, 1975, p. Folha Solta)

De volta a Rio Claro, após se recuperar começa a insistir em treinos leves, e, assim como até o final de sua vida, mantém um trabalho de recuperação com o uso da bicicleta, uma de suas paixões. Retorna ao cenário das competições de atletismo no ano de 1937, um retorno consagrador, pois além de vitórias nos campeonatos nacionais é o maior destaque do Brasil nos X Jogos Sul Americanos de Atletismo, realizados em São Paulo. João Rehder Neto se consagrava como o maior decatleta do Brasil, para a alegria da cidade de Rio Claro que comemorava ao ver, na capa de todos os jornais esportivos



Carta da Assembléia, 1932. Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder



Certificado de Desincorporação, 1932.
Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder



Equipe do Sport Club Germânia. Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder



Lançamento de disco. Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder



Salto em distância. Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder

da época, as fotos de Rehder Neto ao lado de seu irmão Walter Rehder campeão da prova de salto com vara no mesmo evento. Enquanto Rehder Neto saltava para superar novamente seu próprio recorde na prova de salto triplo com a marca de 14,59 m, além da vitória na prova de salto em extensão o que somando a outros resultados lhe conferiu o título do Decatlo.

Durante o campeonato recebe da imprensa sul americana o apelido de “El Tigre Brasileiro” (JOÃO Rehder..., p. 40). O Jornal A Gazeta Esportiva apresenta em sua capa do dia 31 de Maio de 1937 uma foto inteira de João Rehder Neto juntamente com um suplemento especial sobre o atleta rio-clarense.

Após essa participação, por se sentir muito velho, aos 32 anos, Rehder Neto abandona as competições do atletismo. Passa parte do ano de 1937 e o ano todo de 1938 sem aparecer em nenhum evento. Vivia ainda marcado pela frustração de não ter participado das Olimpíadas de Berlim em 1936. Porém, a esperança de participar em uma Olimpíada em 1940 levou-a a aceitar o convite da Federação Paulista de Atletismo para representar o Brasil na XI edição dos Jogos Sul Americanos de Atletismo em Lima no Peru. Por estar parado há muito tempo foi treinando nos estádios das cidades portuárias e exercitando-se no próprio navio. Mesmo assim Rehder Neto se destaca na competição, pela segunda vez consecutiva, e o Brasil vence o campeonato de campo e de pista, graças aos esforços de João Rehder Neto, rei do decatlo de 1937, que se colocou em segundo lugar naquela prova (decatlo) (NETTO, 1975, p. Folha Solta).

A segunda guerra mundial tirou do mundo as esperanças da realização de uma nova Olimpíada. João Rehder Neto se afastou de vez do atletismo após sua última competição sul americana, considerada por muitos um fecho de ouro para sua carreira.

O ATLETA LAVRADOR

Pouco tempo depois de abandonar o esporte Rehder Neto casou-se em 14 de Dezembro de 1947, teve dois filhos. Passou a dedicar-se à lavoura de sua fazenda que ficava entre Rio Claro e a cidade de Piracicaba. Sobre sua vida cotidiana na cidade existe um registro:

Na Cidade Azul é uma das pessoas mais conhecidas; é bem humorado, não fuma, não usa bebidas alcoólicas e não deixa sua bicicleta. Está sempre recordando com saudades de seus tempos de atletismo, dizendo que foram as melhores coisas de sua vida. (NETTO, 1975, p. Folha Solta)



Salto em barreira. Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder



João Rehder cruza a linha de chegada ao final da corrida. Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder



Seleção Brasileira em comemoração durante o IX Campeonato sul-americano de Atletismo em Santiago, no Chile, em 1935. Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder



Equipe brasileira em conversa com o treinador Dietrich Gerner. (João Rehder é o 2º da direita para a esquerda). Fonte: Arquivo pessoal da Família Rehder

Sempre ligado ao esporte Rehder Neto treinou atletas para o Velo Clube Rio-clarense e encaminhou alguns deles para seu antigo clube, o Esporte Clube Germânia, atual Pinheiros, na cidade de São Paulo. Por muitos anos integrou a diretoria da Comissão Central de Esportes de Rio Claro. Morre no dia 8 de Julho de 1979, aos 73 anos, vítima de complicações de um acidente, mesmo após passar por inúmeras cirurgias.

Teve seu caixão velado pela bandeira do Velo Clube Rio-clarense, clube de sua predileção, que lhe franqueara a pista desde adolescente para as corridas de bicicleta e depois para os saltos. (JOÃO Rehder..., 1997, p. 41)

No discurso de Roberto Palmari poucas palavras que expresam quem foi João Rehder Neto: No peito uma medalha de ouro. Na ponta do dardo um bilhete de amor. Sim! Imbatível e duro. Mas humano. (PALMARI, 1986)

UMA PALAVRA FINAL

No artigo é dado destaque especial a João Rehder Neto, atleta que construiu uma bela história de vitórias e de particularidades relacionadas a seus treinamentos. Figura sempre carismática era admirado por muitos na época em que competia, e passou a ser idolatrado pelas ruas da cidade mesmo após sua morte. Na cidade existem hoje poucos registros sobre João Rehder Neto. Destaco como exemplo um Centro Social Urbano que atende uma grande faixa da população de Rio Claro e que leva o nome do atleta em seus portões. Porém são raras as pessoas que relacionam o nome do atleta com sua importância na história do esporte de Rio Claro.

A carência de material para referência é fato marcante confirmado durante a realização deste artigo. O que se encontra é uma riqueza infinita de contos presentes nas conversas dos moradores mais velhos da cidade, sempre dispostos a narrar com evidente saudosismo

ufanista. É assim que este artigo (um esboço de um trabalho que deve ser levado adiante) se construiu, a partir da destacada necessidade de escrever a história que é contada, de coletar os materiais existentes e organizá-los.

Da importância de João Rehder Neto, além das citações de Roberto Palmari retiradas de seu discurso na abertura dos Jogos Abertos do Interior em 1986, existem tantas outras passagens, mas a saudade de muitos aperta quando se lembram das palavras que ouviam no rádio durante as transmissões do X Campeonato Sul Americano de Atletismo realizado em São Paulo em 1937, momentos que antecederam seu novo recorde brasileiro do salto triplo. Momento como este narrado pelo radialista SPEAKER e transcrito no artigo do Jornal "A Gazeta Esportiva".

Rehder vai saltar. Agora acaricia o chão de sua terra onde deixará a marca de seu salto! (depois o locutor coloca o microfone no chão e grita) Senhores! Escutem as passadas do Tigre! Lá vai ele correndo, lá vai ele passando. (NETTO, 1975, p. Folha Solta). ●

REFERÊNCIAS

BILAC, E. D., Família de trabalhadores: estratégias de sobrevivência, 1ª edição, São Paulo, Símbolo, 157p.

FEDERAÇÃO paulista de atletismo. Federação Paulista de Atletismo, São Paulo, 30 de Jan. 1983.

GARCIA, L. B. R., Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro: trabalho e vida operária 1930 - 1940. 1992. 1 v. Tese de Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

JOÃO Rehder Neto "O tigre brasileiro", Contra o Relógio, São Paulo, v. 5, n. 45, p. 40-41, 1997.

NETTO, R., Bilhetes de amor na ponta do dardo, A Gazeta Esportiva, São Paulo, 31 maio 1937, Folha Solta, 1-5.

PALMARI, R., No peito uma medalha de ouro, na ponta do dardo um bilhete de amor, Diário de Rio Claro, Rio Claro, 07 Jun. 1986, p. 8.

Eventos Mensais

Batepapo na Floresta

O projeto Batepapo na Floresta procura valorizar a nossa Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade como espaço da cidade e incentivar o debate em relação ao meio ambiente para que possamos pensar juntos e, assim, traçar outras possibilidades de olhar Rio Claro, com seus encantos e seus problemas.

Reunir as pessoas torna viável o encontro soluções de conservação, valorização, convivência harmoniosa e melhoria na qualidade de vida daqueles que aqui vivem.

O Batepapo na Floresta utiliza uma metodologia participativa e lúdica, com atividades corporais e trilhas pela Floresta, orientada por educadores ambientais. A realização desse evento tem por princípio contribuir para a valorização de outros modos de conversar sobre as questões que envolvem a vida, seus desafios e o meio ambiente.



Batepapo Cultural

O Batepapo Cultural promove em Rio Claro o encontro entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e a comunidade, sempre com a preocupação de apresentar um outro olhar para a realidade, com novos desafios a serem aprendidos.

A proposta é possibilitar, por meio desses espaços de diálogo, a identificação e compreensão de diferentes temas que estão sendo estudados, pesquisados e debatidos, e permitir que esse contato nos provoque a construir uma história diferente, onde aprendamos a nos posicionar como agentes do nosso dia-a-dia.



Desenvolvimento e
Meio Ambiente



Secretaria
de Planejamento



Secretaria Municipal
de Cultura



Secretaria Municipal
da Educação



Ferrovia - ("Trilhas" - Camilo Cazonatto)



Arquivo
Público Histórico
Rio Claro

Revista do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro

Rua 6, 3265 - Alto do Santana - 13504-099 Rio Claro-SP - 19 3522.1938

Atendimento ao Público: de Segunda a Sexta das 13h15 às 16h45

www.aphrioclaro.sp.gov.br | www.memoriaviva.sp.gov.br | arquivo@aphrioclaro.sp.gov.br

